



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

**AS INICIATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS NA
TENTATIVA DA DIMINUIÇÃO DA ABSTENÇÃO ELEITORAL**

Beatriz Nunes Ribeiro da Mota

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico do Porto para obtenção do Grau
de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

Professor Doutor Pedro Manuel Miranda Nunes
Professor Doutor António José Monteiro de Oliveira

Versão Final
Inclui as alterações sugeridas pelo Júri.

Porto, dezembro de 2020.



ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

**AS INICIATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS NA
TENTATIVA DA DIMINUIÇÃO DA ABSTENÇÃO ELEITORAL**

Beatriz Nunes Ribeiro da Mota

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico do Porto para obtenção do Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

Professor Doutor Pedro Manuel Miranda Nunes
Professor Doutor António José Monteiro de Oliveira

Versão Final
Inclui as alterações sugeridas pelo Júri.

Porto, dezembro de 2020.

Resumo

Este trabalho, realizado no âmbito do Mestrado em Gestão das Organizações, ramo de Gestão Pública, tem como tema *As Iniciativas de Gestão Pública dos Municípios na Tentativa da Diminuição da Abstenção Eleitoral*.

Como se verá ao longo do trabalho, o município é uma das entidades mais próximas dos cidadãos com atribuições para atuar em diversas matérias, motivo pelo qual se optou por relacionar esta entidade com a abstenção eleitoral.

Por forma a obter os dados pretendidos fez-se uma análise de bases documentais e a utilização de métodos quantitativos e qualitativos: o inquérito por questionário e, posteriormente, a triangulação de dados. O inquérito por questionário visou, essencialmente, perceber o nível de preocupação dos municípios com a abstenção, se implementavam medidas na tentativa de a contrariar e que medidas sugeriam para o efeito. Em simultâneo, e porque esta é uma dissertação na área da Gestão Pública, relacionou-se um modelo de gestão pública que poderá ser aplicado nas autarquias locais com o objetivo de colmatar, melhorar ou implementar medidas, projetos ou processos de trabalho. Este modelo é o *Whole-of-Government* (doravante WG) cuja teoria pressupõe o trabalho conjunto para atingir um objetivo comum. Daqui surgiu a base para uma das hipóteses que se pretendeu investigar com a aplicação dos métodos referidos anteriormente.

O objetivo principal desta dissertação foi perceber quais as iniciativas de gestão pública, ao nível municipal, que podem ser tomadas na tentativa de diminuir a abstenção eleitoral. As principais conclusões a que se chegou foi que, apesar de os municípios demonstrarem preocupação, ainda não foram aplicadas muitas medidas concretas para tentar diminuir a abstenção. Os autarcas creem que o dever assenta mais ao nível nacional e não tanto ao nível local, não obstante, apresentam possíveis medidas que serão confrontadas com outras encontradas na literatura.

Palavras-chave: Abstenção, Autarquia Local, Município, *Whole-of-Government*.

Abstract

This work, carried out within the scope of Master in Enterprise Management, specialization in Public Management, has as theme *The Public Management Initiatives of Municipalities in Attempt to Reduce Electoral Abstention*.

As it will be seen throughout the work, the municipality is one of the closest entities to the citizens with power to act in various subjects, reason why it was decided to relate this entity to the electoral abstention.

In order to obtain the aimed data, an analysis of documentary bases and the use of both quantitative and qualitative methods were carried out: the questionnaire and then the data triangulation. The questionnaire mainly aimed to understand the level of concern of the municipalities with abstention, whether measures were implemented in attempt to counteract it and what measures they suggested for that purpose. At the same time, and because this is a thesis in Public Management area, it was decided to relate with the main topic a public management model that can be used in local administration in order to bridge, to improve or to implement measures, projects or work processes. The model is the Whole-of-Government (henceforth WG) whose theory assumes working together to achieve a shared goal. From here emerged the basis for one of the hypotheses intended to be researched with the application of the methods previously mentioned.

The main objective of this thesis was to understand which public management initiatives at the municipal level can be taken in attempt to reduce electoral abstention. The main conclusions reached were that, even though the municipalities showed concern, concret measures have not yet been applied in order to try to reduce the abstention. Mayors and councillors believe that duty lays more at the national level and not so much at the local one, nevertheless, they present possible policies that will be confronted with others found in the literature.

Keywords: Abstention, Local Autarchy, Municipality, Whole-of-Government.

Resumen

Este trabajo, realizado en el ámbito de la Maestría en Gestión de Organizaciones, rama de Gestión Pública, tiene como tema *Las Iniciativas de Gestión Pública de Municipios en el Intento de Reducir la Abstención Electoral*.

Como se verá al largo del trabajo, el municipio es una de las entidades más cercanas a los ciudadanos con facultades para actuar en diversas materias, por lo que se decidió relacionar esta entidad con la abstención electoral.

Para obtener los datos deseados se realizó un análisis de las bases documentales y el uso de métodos cuantitativos y cualitativos: el cuestionario y, posteriormente, la triangulación de datos. El cuestionario tuvo como objetivo fundamental conocer el nivel de preocupación de los municipios por la abstención, si se ha implementado medidas para intentar contrarrestarla y qué medidas han sugerido para tal fin. A su vez, y por tratarse de una disertación en el área de Gestión Pública, se ha enumerado un modelo de gestión pública que se puede aplicar en las administraciones locales con el fin de tender puentes, mejorar o implementar medidas, proyectos o procesos de trabajo. Este modelo es el *Whole-of-Government* (WG) cuya teoría supone trabajar juntos para lograr un objetivo común. De aquí há surgido la base de una de las hipótesis que se pretendía investigar con la aplicación de los métodos antes mencionados.

El objetivo principal de esta disertación fue comprender qué iniciativas de gestión pública, a nivel municipal, se pueden tomar para intentar reducir la abstención electoral. Las principales conclusiones a las que se llegó fue que, si bien los municipios mostraron preocupación, aún no se han aplicado muchas medidas concretas para intentar reducir la abstención. Los alcaldes creen que el deber recae más a nivel nacional y no tanto a nivel local, sin embargo, presentan posibles medidas que serán confrontadas con otras encontradas en la literatura.

Palabras-clave: Abstención, Autarquía Local, Municipio, *Whole-of-Government*.

Agradecimentos

A realização deste trabalho contou com o apoio e colaboração de diferentes pessoas e entidades, às quais apresento o meu sincero agradecimento.

Ao professor e orientador Pedro Nunes, pela pronta disponibilidade que demonstrou em orientar a minha dissertação e pelos importantes conselhos que me deu ao longo da realização da mesma.

Ao professor António Oliveira, que coorientou esta dissertação, por todo o tempo dedicado, pela motivação, entusiasmo e ensinamentos, que tanto contribuíram para a realização da mesma.

À minha família, que sempre demonstrou interesse nos meus deveres e me motivou e apoiou em todos os momentos.

Às Câmaras Municipais que colaboraram no preenchimento do questionário, permitindo, assim, que tivesse dados para trabalhar nesta investigação e conseguisse retirar conclusões.

Aos meus colegas e amigos com os quais partilhei as minhas experiências, inquietudes e expectativas no âmbito desta dissertação.

Ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e aos professores que dele fazem parte e cruzaram o meu caminho ao longo destes cinco anos, com os quais aprendi e evoluí.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho e me permitiram chegar onde estou hoje, o meu muito obrigada.

Lista de Abreviaturas e/ou Siglas

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

CIA – *Central Intelligence Agency*

CM – Câmara Municipal

CRP – Constituição da República Portuguesa

EUA – Estados Unidos da América

JUP – *Joined-up-Governement*

NPM – *New Public Management*

ONG – Organização não Governamental

OP – Orçamento Participativo

PT – Portugal

PR – Presidente da República

RRI – *Responsible Research and Innovation*

WG – *Whole-of-Governement*

UE – União Europeia

Índice Geral

Índice de Figuras	xix
Índice de Tabelas	xxi
Introdução.....	1
1. <i>Whole-of-Government</i> – Um Modelo de Gestão Pública	3
1.1 Introdução ao <i>Whole-of-Government</i>	3
1.2 Área de Atuação do WG	6
1.3 Objetivos do WG	7
1.4 Implementação da Política do <i>Whole-of-Government</i>	8
1.5 Fatores Viabilizadores da Implementação do WG.....	9
1.6 A Justificação da Necessidade de Adoção do WG.....	12
1.7 Benefícios da Implementação do WG.....	13
1.8 A Abordagem Estrutural ao WG.....	13
1.9 A Abordagem Cultural ao WG.....	13
1.10 Desafios do WG	14
1.11 Conclusão.....	15
2. Caracterização do Sistema Político Português, o Voto e a Participação Eleitoral em Portugal..	17
2.1 Democracia	17
2.1.1 Democracia em Portugal e tipos de democracia	18
2.2 Tipos de Sistemas Eleitorais e o Sistema Eleitoral Português	21
2.3 Tipos de Eleições em Portugal.....	23
2.4 O Ato Eleitoral	24
2.5 O Voto Obrigatório	25
2.6 A Participação Eleitoral em Portugal: 1975 – 2019	27
3. Caracterização da Administração Autárquica	33
3.1 Autarquia Local	33
3.2 Município	34
4. Enquadramento e Delimitação do Estudo, Questões de Investigação e Metodologia	37
4.1 Enquadramento, Delimitação do Estudo e Questões de Investigação.....	37
4.1.1 Questões gerais	38

4.2 Metodologia	38
4.2.1 Enquadramento	38
4.2.2 As técnicas de recolha e análise de dados	39
4.2.3 Caracterização da amostra	41
5. Apresentação, Análise Descritiva e Discussão dos Resultados	43
5.1 Análise Descritiva e Estatística Descritiva dos Dados	43
5.1.1 Análise demográfica dos respondentes	44
5.1.2 Análise da abstenção	45
5.1.3 Análise do voto	54
5.1.4 Análise das ações para contrariar a abstenção	58
5.1.5 Análise do <i>Whole-of-Government</i>	66
5.1.6 Triangulação dos dados – <i>Whole-of-Government</i>	70
5.1.7 Medidas de gestão pública e implementação de medidas por parte dos municípios para contrariar a abstenção.....	71
6. Caracterização Estatística da Amostra	73
6.1 Confiabilidade.....	73
6.2 Análise Derivada do Método CHAID	74
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação	81
Referências Bibliográficas	85
Apêndices.....	93
Apêndice A: Inquérito por Questionário	93
Anexos.....	97
Anexo A Tabela de estatística descritiva	97
Anexo B Testes de hipóteses	98
Anexo C Análise da correlação	99

Índice de Figuras

Figura 1: Taxa de abstenção nas eleições autárquicas.....	28
Figura 2: Taxa de abstenção nas eleições presidenciais.	29
Figura 3: Taxa de abstenção nas eleições legislativas.....	30
Figura 4: Taxa de abstenção nas eleições europeias.	30
Figura 5: Modelo Concetual da Estrutura do Design de Investigação.....	39
Figura 6: Percentagem de respostas por região.....	44
Figura 7: Cargo.....	45
Figura 8: Perceção relativamente ao facto da abstenção ser, ou não, um problema.	46
Figura 9: Perceção relativamente ao facto da abstenção ser, ou não, um problema que preocupa o inquirido.	47
Figura 10: Perceção relativamente ao facto da abstenção ser, ou não, um problema com solução.	48
Figura 11: Perceção relativamente ao facto da abstenção se explicar, ou não, pela falta de interesse dos eleitores.	49
Figura 12: Perceção relativamente ao facto da abstenção se dever, ou não, à falta de confiança nos políticos.	50
Figura 13: Perceção relativamente ao facto da abstenção se explicar, ou não, pela falta de entendimento da importância do voto.	51
Figura 14: Perceção relativamente ao facto da abstenção se explicar, ou não, enquanto forma de protesto.....	52
Figura 15: Perceção relativamente ao facto da abstenção se explicar, ou não, enquanto forma de participação política.....	53
Figura 16: Entendimento dos votos nulos e dos votos em branco como abstenção.....	54
Figura 17: Obrigatoriedade do voto.	55
Figura 18: Voto obrigatório do ponto de vista democrático.	56
Figura 19: Voto na área de residência.	57
Figura 20: Voto eletrónico.	57
Figura 21: Voto antecipado.	58
Figura 22: Desenvolvimento de ações por parte da UE.	59
Figura 23: Desenvolvimento de ações por parte de Portugal.	60
Figura 24: Desenvolvimento de ações por parte dos municípios.	61

Figura 25: Eficácia das ações desenvolvidas pelos municípios.	62
Figura 26: Eficácia das ações desenvolvidas pelos cidadãos.	63
Figura 27: Ações desenvolvida pelos cidadãos com o apoio dos municípios.	64
Figura 28: Ações desenvolvida pelos municípios com o apoio dos cidadãos.	65
Figura 29: Conhecimento do WG.	66
Figura 30: Utilização do WG.	67
Figura 31: Possibilidade de utilização do WG.	68
Figura 32: Possibilidade do WG auxiliar os municípios.	69
Figura 33: Utilização do WG por região.	70
Figura 34: Ações para contrariar a abstenção por região.	71
Figura 35: Relação entre o facto de a abstenção ser um problema e o desenvolvimento de ações.	74
Figura 36: Relação entre o facto de a abstenção ser um problema e o voto obrigatório.	75
Figura 37: Relação entre a utilização do WG e a apresentação de exemplos práticos.	76
Figura 38: Relação entre a existência de exemplo prático do WG e o alcance dos resultados esperados.	76
Figura 39: Relação entre o desenvolvimento de ações e o alcance dos resultados esperados.	77
Figura 40: Relação entre a utilização do WG e a preocupação com a abstenção.	78
Figura 41: Relação entre a utilização do WG e o desenvolvimento de medidas para diminuir a abstenção.	79

Índice de Tabelas

Tabela 1: Definições de alguns autores sobre o WG.....	5
Tabela 2: Estatística descritiva.....	97
Tabela 3: Teste da hipótese <i>Os municípios estão preocupados</i>	98
Tabela 4: Teste da hipótese <i>O WG pode auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção</i>	98
Tabela 5: Valores de referência para o Coeficiente de Correlação.....	99
Tabela 6: A abstenção é um problema.....	99
Tabela 7: A abstenção é um problema que me preocupa.....	101
Tabela 8: A abstenção é um problema com solução.....	103
Tabela 9: A abstenção explica-se pela falta de interesse dos eleitores.....	104
Tabela 10: Explica-se pela falta de confiança nos políticos.....	106
Tabela 11: Explica-se pela falta de entendimento da importância do voto.....	107
Tabela 12: Explica-se enquanto forma de protesto.....	108
Tabela 13: Explica-se enquanto forma de participação política.....	110
Tabela 14: Os votos nulos e os votos em branco devem ser entendidos como abstenção.....	111
Tabela 15: O voto deve ser obrigatório.....	112
Tabela 16: O voto obrigatório não pode ser defendido em bases democráticas.....	114
Tabela 17: O voto na área de residência aumenta a participação eleitoral.....	115
Tabela 18: O voto eletrónico aumenta a participação eleitoral.....	116
Tabela 19: O voto antecipado aumenta a participação eleitoral.....	117
Tabela 20: A União Europeia deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.....	118
Tabela 21: Portugal deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.....	119
Tabela 22: O Município deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.....	120
Tabela 23: As ações desenvolvidas a nível Municipal são as mais eficazes para contrariar a abstenção.....	121
Tabela 24: As ações desenvolvidas pelos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção.....	121
Tabela 25: As ações desenvolvidas pelos cidadãos com o apoio do Município são as mais eficazes para contrariar a abstenção.....	122
Tabela 26: As ações desenvolvidas pelo Município com o apoio dos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção.....	123

Tabela 27: Conheço o conceito do <i>Whole-of-Government</i> (WG).	124
Tabela 28: O WG é um modelo utilizado neste Município.	124
Tabela 29: O WG é um modelo passível de ser utilizado neste Município.	125
Tabela 30: O WG pode auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção.	125
Tabela 31: Exemplo prático da aplicação do WG.	126
Tabela 32: A implementação do WG permitiu o alcance dos resultados esperados.	127
Tabela 33: Que possíveis medidas de gestão pública podem ser implementadas pelas autarquias locais para minimizar o problema da abstenção eleitoral.	127

Introdução

Desde o primeiro ato eleitoral (eleições para a Assembleia da República) realizado em Portugal após o 25 de abril de 1974 tem-se constatado um aumento da abstenção nos atos eleitorais ocorridos no país¹. O propósito desta dissertação é analisar e, deste modo, contribuir para que seja possível encontrar uma solução que possa minimizar este problema.

O estudo da abstenção eleitoral, proposto nesta dissertação de Mestrado, não sendo um tema recente (Freire, 2000), acaba por ser, ao mesmo tempo, um tema atual (Carvalho, 2017; Costa e Silva, 2013; R. Martins, 2010). O principal fator que torna este tema atual é a controvérsia que o mesmo tem suscitado (Lacroix, 2007; Lever, 2009), dando origem a diversos artigos que comprovam a polémica e o debate que o sustentam.

Hoje, quando se fala em eleições é quase inevitável não falar da abstenção associada e é precisamente este subtema que nos propomos desenvolver.

Se temos o privilégio de viver num regime democrático (Pinto, Sousa e Magalhães, 2013), por que não usufruímos dos direitos que o mesmo nos concede? Por outras palavras, porquê que não

¹ Ver ponto 2.6.

exercemos o direito ao voto? E, sendo o voto um direito, não deveria ser, simultaneamente, um dever? Não é a abstenção um problema e uma ameaça ao regime? Estas são questões que suscitaram interesse nesta temática e que motivaram o desejo de a querer investigar. Contudo, a análise proposta vai para além das razões que levam as pessoas a votar ou não. O que se pretende perceber é o que pode ser feito pelos titulares de órgãos políticos – nomeadamente os titulares dos órgãos autárquicos – para diminuir a abstenção. Assim, pretende-se investigar quais as medidas de gestão pública que podem e devem ser tomadas, genericamente, pelos órgãos do poder central e pelos órgãos do poder local, especificamente, pelas autarquias locais municipais, de forma a aumentar a participação dos cidadãos. Mais do que apelar ao voto propõe-se, aqui, demonstrar as possíveis desvantagens de uma opção de abstenção, salientando a importância de assumir a responsabilidade de votar e numa perspetiva mais alargada, assumir um papel ativo na vida política, uma vez que tal “contribui para a manutenção da estabilidade social” (Vichi, 2007, p. 2).

Esta dissertação encontra-se dividida em duas partes: a revisão da literatura e a investigação empírica. A primeira parte aborda o *Whole-of-Government* enquanto modelo de gestão pública, a caracterização do sistema político português e a caracterização da administração autárquica. Na segunda parte surge a questão de investigação e as hipóteses de investigação, a metodologia, a apresentação, análise e discussão dos resultados e a análise estatística. Por fim, a conclusão, que inclui as limitações do trabalho e linhas futuras de investigação.

Os objetivos principais desta dissertação são a caracterização da abstenção eleitoral em Portugal; obter respostas concretas em relação às medidas de gestão pública que podem ser tomadas pelos municípios na tentativa de diminuir a abstenção eleitoral; e perceber em que medida o WG pode atuar como um modelo auxiliador dos municípios na tentativa de diminuir a abstenção eleitoral.

Os objetivos secundários consistem em perceber se o WG é um modelo de gestão pública conhecido e utilizado pelos municípios portugueses e conhecer a perceção dos municípios relativamente ao facto do problema da abstenção poder ser mais facilmente colmatado com pressões externas – isto é, se a União Europeia deve tomar medidas para inverter esta situação.

1. *Whole-of-Government* – Um Modelo de Gestão Pública

1.1 Introdução ao *Whole-of-Government*

Um dos principais objetivos desta investigação é perceber em que medida este modelo de gestão se pode adaptar às necessidades de desenvolver medidas de gestão pública que contribuam para inverter as atuais taxas de abstenção. O WG foi o modelo escolhido devido às suas características, que naturalmente já apelam à participação conjunta das entidades.

O WG, enquanto modelo colaborativo de gestão pública (Halligan, Buick e O'Flynn, 2011; Othman e Razali, 2018), define os princípios que vão de encontro à eficácia e eficiência ambicionadas na Administração Pública Portuguesa, de forma a satisfazer os objetivos e desafios deste setor. Este modelo irá ser discutido de seguida.

O modelo WG – governo² participado ou conjunto – emerge como uma abordagem holística à gestão pública e por esta razão assenta de igual forma em todas as ciências sociais e não tanto nas ciências económicas (Bogdanor, 2005), como até então acontecia.

O modelo surgiu com o grande objetivo de reestabelecer a desintegração causada por modelos anteriores, genericamente designados como *New Public Management* (doravante NPM), ao mesmo tempo que promove estratégias de coordenação interna e externa (Hood, 2005; Charbit e Michalun, 2009; Halligan *et al.*, 2011). Por outras palavras, o modelo passa a ser adotado na tentativa de ultrapassar os problemas do próprio setor público (coordenação interna), já que este modelo pressupõe e define o trabalho colaborativo entre organismos do setor, bem como o trabalho colaborativo com os organismos do setor privado (coordenação externa), para que juntos e em sintonia possam oferecer soluções integradas para os problemas comuns do serviço público (Bouckaert e Halligan, 2008; Christensen e Lægreid, 2007; Peters, 2015). Assim, em vez de uma abordagem fragmentada, que pode resultar da complexidade da estrutura das organizações públicas, as iniciativas do WG reúnem, não só, as infraestruturas, conhecimentos e recursos relevantes de todo o setor público como também, e cada vez mais, as do setor privado (Hunt, 2005).

O WG desenvolve-se a partir do *Joined-up-Government* (doravante JUG), designação utilizada pela primeira vez em 1997 por Tony Blair³ (Halligan *et al.*, 2011). O JUG propunha a implementação de sistemas de coordenação horizontal e vertical (Pollitt, 2003) como forma de garantir o cumprimento dos objetivos definidos em termos de políticas públicas que, entre outros, Ling (2002), Pollitt (2003) e Halligan *et al.* (2011) identificam como:

- A eliminação das situações em que diferentes políticas se prejudicam mutuamente;
- A utilização ótima dos recursos disponíveis;
- A criação de sinergias entre as diferentes hierarquias; e,
- A disponibilização, aos cidadãos, do acesso contínuo e integrado a um conjunto de serviços relacionados entre si.

O WG emerge a partir do desenvolvimento operacional destes objetivos no final da década de 1990 (Christensen e Lægreid, 2007) e como resposta aos efeitos negativos causados pelas reformas na NPM (Drechsler, 2005). Com o WG o foco passa a ser um governo conjunto, que descarta a ideia da descentralização estrutural, da desagregação e de organizações de propósito único (Charbit e Michalun, 2009; Drechsler, 2005). Esta tendência foi mais evidente em países anglo-saxónicos, nomeadamente no Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia (O'Leary *et al.*, 2006).

O conceito do WG foi descrito por Ling (2002) como um conceito abrangente para dar resposta ao problema crescente da fragmentação do setor público e dos respetivos serviços, com a ambição de aumentar a coordenação, integração e capacidade daqueles. O seu principal propósito é promover

² O termo *governo*, com letra minúscula, será utilizado ao longo desta dissertação para designar o ato de governar, de administrar, e não como designação do Governo de um país, este último com letra maiúscula.

³ Tony Blair é um advogado e político britânico que foi membro do parlamento britânico entre 1983 e 2007 e Primeiro Ministro do Reino Unido entre 1997 e 2007.

a integração ao nível local e apostar na criação de parcerias público-privadas, com a aspiração de colmatar a fragmentação deste setor.

O foco do WG é bastante abrangente. As suas metodologias de trabalho podem estabelecer-se através de ligações verticais e horizontais, bem como entre os diferentes objetos sobre os quais incidem as suas iniciativas: os alvos podem ser um grupo específico, uma localidade ou um setor político (Christensen e Læg Reid, 2007). As ações desenvolvidas pelo WG são igualmente amplas, podendo abranger todos, alguns ou apenas um nível das entidades governativas, assim como envolver grupos fora da administração pública. As definições do WG também variam, sendo que algumas incidem em objetivos de carácter mais operacional, como a coordenação e a integração, enquanto outras se centram nos resultados esperados e outras, ainda, incluem todos estes conceitos. O trabalho do WG visa, essencialmente, ultrapassar as barreiras entre os departamentos e os organismos da administração e, dependendo do foco e da dimensão da iniciativa, entre os diferentes níveis dos organismos do Estado (Colgan, Kennedy e Doherty, 2014). No fundo, tudo se resume a criar ligações entre as diferentes estruturas, tanto às de topo, como às da base, mas veja-se as definições de alguns autores e as comparações entre elas (Tabela 1).

Tabela 1: Definições de alguns autores sobre o WG.

Shergold (2004)	O WG consiste em organismos do serviço público que trabalham além dos limites do portefólio para alcançar uma meta partilhada e uma resposta integrada a questões específicas.
Hunt (2005, p. 4)	"As estratégias do WG envolvem, geralmente, mas nem sempre, ação deliberada por parte do Governo, para facilitar a cooperação interdepartamental e entre organismos no desenvolvimento da implementação de uma determinada política pública e/ou na prestação de serviços".
Charbit e Michalun (2009)	O WG é caracterizado como aquele onde o Governo, de forma ativa, usa redes formais e/ou informais entre os diferentes organismos para coordenar o desenho e a implementação do leque de intervenções que os organismos do Governo farão para aumentar a eficácia dessas intervenções de forma a alcançar os objetivos desejados.
Halligan <i>et al.</i> (2011)	(...) coordenação e gestão de um conjunto de atividades entre duas unidades organizacionais que não têm controlo hierárquico entre si e cujo objetivo é gerar resultados que não podem ser alcançados por unidades que trabalhem isoladamente.

Fonte: Elaboração própria.

As quatro definições apresentadas têm em comum o foco na coordenação e cooperação, que são dois elementos de destaque em todas as abordagens até então apresentadas do WG. As definições apresentadas por Halligan *et al.* (2011) e por Charbit e Michalun (2009) salientam os objetivos e os resultados esperados, ou seja, colocam ênfase nos *outputs* que resultam de um trabalho integrado entre diferentes organismos. A definição de Hunt (2005) concebe a ideia de que o WG é, também,

usado por organismos não-governamentais e que as suas estratégias estão associadas a decisões políticas e à prestação de serviços.

Enquanto modelo de gestão, o WG induz (em algumas situações impõe⁴) a realização de atividades conjuntas pelos diferentes ministérios, pela Administração Pública e por outras entidades públicas, com o objetivo de encontrar uma solução comum para um problema concreto. As áreas de atuação do WG podem relacionar-se, entre outras, com o desenvolvimento de políticas, a gestão de projetos ou serviços públicos (Shergold, 2004).

1.2 Área de Atuação do WG

As principais áreas de atuação do WG são:

Nível organizacional

O WG pode atuar entre departamentos do mesmo organismo, entre diferentes unidades governamentais, entre diferentes organismos locais e/ou nacionais e ainda em programas cujo desenvolvimento seja partilhado por diferentes setores (Bezes e Le Lidec, 2016; Christensen e Lægheid, 2007, 2017; Colgan *et al.*, 2014).

Exemplo: na Healthy Ireland, o Comité do Gabinete de Política Social supervisiona a implementação de um programa de saúde e bem-estar de várias partes interessadas, liderado pelo Departamento de Saúde (Colgan *et al.*, 2014).

Grupos sociais específicos

Segundo Colgan *et al.* (2014) e Pollitt (2003), os grupos podem ser pensionistas, jovens, emigrantes, entre outros.

Exemplo: a iniciativa irlandesa denominada *Estratégia de Incapacidade da Irlanda para 2016*, que consiste num projeto para apoiar pessoas com deficiência.

Setor político

Os transportes e a educação são exemplos da atuação do WG no setor público (Bakvis e Juillet, 2004; Galvin e Geraldine, 2017; Halligan e Adams, 2004; Sharpe *et al.*, 2018).

Exemplo: na Escócia, a Justiça Juvenil apoia os parceiros para promover o desenvolvimento de um sistema conjunto que envolva racionalização e planeamento consistente, bem como avaliação e tomada de decisões para jovens com um comportamento ofensivo, de forma a garantir que eles recebam a ajuda adequada no momento certo.

Área geográfica

As áreas de atuação do WG podem ser numa localidade, país, ou outra área geográfica (Colgan *et al.*, 2014).

⁴ O atendimento digital ao público implica o trabalho conjunto dos serviços de informática e dos serviços de atendimento ao munícipe (Halligan *et al.*, 2011; Ling, 2002).

Exemplo: o programa *Limerick Regeneration* reúne funcionários dos principais departamentos governamentais e agências do Estado, parcerias com entidades municipais e com outras partes interessadas locais.

Modo de prestação de serviços

A atuação do WG na prestação de serviços é bastante visível nos portais de Governo Eletrónico (Charbit e Michalun, 2009; Kearney, 2009; Othman e Razali, 2018; Roy e Langford, 2008; Trein, Meyer e Maggetti, 2019).

Exemplo: o *Service Canada* oferece aos canadianos acesso personalizado aos serviços e benefícios do Governo do Canadá.

1.3 Objetivos do WG

De acordo com Colgan *et al.* (2014) e Othman e Razali (2018), os objetivos do WG agrupam-se em: macropolíticos; atuar como resposta a problemas fraturantes; ser um facilitador estratégico; permitir uma prestação aos cidadãos mais acessível; agir como gerenciador de crises; e dar resposta à pressão externa.

Objetivos macropolíticos

Uma das justificações da abordagem do WG pode ser encontrada em alguns países ao nível político, na medida em que este modelo é utilizado para colmatar as lacunas do anterior, como a reintegração de organismos governamentais e o trabalho conjunto independentemente das hierarquias (Drechsler, 2005; Othman e Razali, 2018).

O WG é visto como uma ferramenta capaz de restabelecer um controlo central e direto mais estreito sobre os órgãos públicos, deixando para trás a mentalidade competitiva que se verificava na NPM (Halligan *et al.*, 2011). Além do mais, fortalece a liderança central, a gestão financeira e o grau de responsabilidade.

Dar resposta a problemas fraturantes

De acordo com de Brí, Commissioners e Bannister (2010), os problemas fraturantes resultam de questões que geram discussão e discórdia, que se prolongam e cuja resolução é complexa. Os autores salientam os problemas de desigualdade social, o desemprego, a pobreza, as falhas na educação e na saúde.

Os Governos com a tradicional estrutura vertical tendem a falhar quando lidam com este tipo de problemas (Roy e Langford, 2008). A sua abrangência e as suas características não permitem que estes problemas sejam eficazmente resolvidos por um só departamento ou entidade (Pollitt, em OCDE, 2003). Pelo contrário, requerem um trabalho conjunto entre diversas entidades para a sua mitigação, o que por outras palavras se traduz na abordagem ao WG (Colgan *et al.*, 2014).

Ser um facilitador estratégico

O WG é visto por alguns governantes como um meio eficaz para lidar com problemas políticos de alto nível, como a defesa e a segurança nacional e mesmo até problemas de segurança

internacional. Exemplos disso são a defesa contra ataques terroristas, que deve envolver uma preocupação e trabalho conjuntos, quer o problema ameace apenas um país, ou vários. Desta forma, o WG atua como uma ferramenta de desenvolvimento de estratégias e de apoio à implementação das que já existem para que a resposta seja mais eficaz.

Permitir que a prestação de serviços aos cidadãos seja mais acessível

Um dos exemplos mais visíveis da aplicação prática do WG é a prestação integrada de serviços ao cliente (Othman e Razali, 2018). Existe uma pressão relativamente à prestação contínua de serviços, que resulta das expectativas cada vez mais elevadas da comunidade para que esta prestação seja continuamente integrada e modernizada, permitindo um atendimento mais célere (Kearney, 2009; Management Advisory Committee [MAC], 2004; Roy e Langford, 2008).

Isto requer coordenação e sintonia entre os diferentes serviços que prestam atendimento ao público de forma a que seja dada uma resposta eficiente ao cliente. Para que isto aconteça, é igualmente importante a existência de políticas conjuntas e estruturas que forneçam os mecanismos necessários, como por exemplo, portais eletrónicos que facilitam e agilizem o atendimento integrado dos clientes (Colgan *et al.*, 2014; Othman e Razali, 2018).

Agir como um meio gerenciador de crises

Os objetivos do WG não se reduzem unicamente à prestação de serviços ao público ou à resolução de problemas políticos, sociais e económicos a nível local ou nacional. As iniciativas deste modelo de gestão pública são de tal modo abrangentes que podem ser aplicadas noutras áreas que à primeira vista não parecem tão óbvias.

O WG pode ser adotado como uma medida de gerenciamento de crises de níveis mais extremos, como guerras ou terrorismo. Pode igualmente ser aplicado na esfera ambiental, como forma de mitigação e prevenção de fenómenos naturais ou provocados pelo Homem, assim como na área da saúde, aquando da ocorrência de pandemias que colocam em risco a população a nível mundial (Colgan *et al.*, 2014).

Dar resposta à pressão externa

As pressões externas podem incluir o desafio da globalização (Kearney, 2009), a crise financeira global (Halligan *et al.*, 2011) e a resposta ao terrorismo e à segurança da população (Kearney, 2009; Management Advisory Committee [MAC], 2004).

1.4 Implementação da Política do *Whole-of-Government*

O desenvolvimento e implementação de políticas do WG é diferente do desenvolvimento e implementação de políticas mais gerais no que respeita à extensão do espectro de questões a abordar, à quantidade de partes interessadas que precisam de estar envolvidas e na análise mais complexa de políticas que é necessária para sustentar o trabalho (Whelan, 2003). A elaboração de políticas conjuntas é, segundo Christensen, Fimreite e Lægreid (2007) e o Office of the First Minister and Deputy First Minister (OFMDFM, 2003), um dos dez recursos de política eficazes e ressalva a capacidade de desenvolver sistemas de implementação como uma habilidade crítica dos

funcionários públicos envolvidos neste processo. Esta convergência implica a necessidade do WG ser a norma no desenvolvimento e implementação de políticas, ao invés de ser apenas um subconjunto de um trabalho político mais amplo.

O processo de implementação de políticas do WG começa no estágio de desenvolvimento dessas mesmas políticas e é também nesse estágio que se certificam que o WG é, efetivamente, uma boa opção para o desafio político em questão. As bases para uma implementação bem-sucedida começam com a avaliação da extensão das interdependências envolvida nessa implementação em termos de áreas e níveis governamentais; de seguida, importa decidir se a extensão dessas interdependências justifica a implementação do WG; o passo seguinte é fazer um levantamento das partes interessadas no processo e cujo trabalho terá impacto no sucesso ou não sucesso da implementação (incluindo ONGs e outros organismos não governamentais mas que podem ter influência); por fim, com base no conhecimento e experiência das partes interessadas, projetar e desenvolver a política de forma eficaz desde o início. Após o desenvolvimento da política, o planeamento detalhado que foi feito previamente pode ser útil na estruturação dos facilitadores que são identificados para uma implementação eficaz (Burke, Morris e McGarrigle, 2012): a consulta das partes interessadas, a liderança, os recursos, as estruturas e equipas de implementação, a capacidade da equipa, a cultura de suporte, a comunicação, a monitorização e avaliação e a aprendizagem com base na experiência são, em suma, os facilitadores que torna a implementação do WG eficaz (Colgan *et al.*, 2014).

1.5 Fatores Viabilizadores da Implementação do WG

Os fatores que viabilizam a implementação do WG podem ser considerados segundo os seguintes grupos:

Estruturas

Para que exista uma qualquer iniciativa governamental é necessária a existência de um conjunto de estruturas, cuja escolha depende de dois fatores: o objetivo e o tempo de vida da iniciativa. As iniciativas de curto prazo podem suportar-se em estruturas mais informais. Por outro lado, os projetos mais elaborados, que visam trazer mudanças significativas a longo prazo, carecem de sistemas mais estruturados, que podem incluir legislação, reestrutura organizacional, novos processos e novas competências (de Brí *et al.*, 2010). Neste seguimento, as estruturas mais comumente utilizadas são as parcerias interdepartamentais, programas intersectoriais, as forças-tarefa e as agências de propósito específico. Cada uma das estruturas têm os seus pontos fortes e fracos e isso depende, também, da adequação das estruturas de acordo com o objetivo, como já foi referido anteriormente.

Processos de trabalho

O trabalho eficaz do WG depende do alinhamento dos processos de trabalho, de forma a que estes possam apoiar a implementação desta abordagem. Os principais processos incluem sistemas de responsabilidade, orçamentos e gestão de informação (Colgan *et al.*, 2014).

Relativamente ao sistema de responsabilidade, dependendo da sua complexidade, todas as abordagens ao WG tendem a tornar este sistema ambíguo (Christensen, Fimreite e Lægreid, 2012). É, por isso, importante que haja uma abordagem multidimensional da responsabilidade num sistema político conjunto. Isto passa por um alinhamento de responsabilidades em termos políticos, administrativos, jurídicos, profissionais, sociais, hierárquicos e horizontais (Christensen *et al.*, 2012).

Outro aspeto importante nas abordagens ao WG é a forma como os orçamentos são geridos. Não existe consenso acerca da forma como isto deve acontecer de forma eficaz: uns defendem que os orçamentos compartilhados devem ser evitados, pois as regras e especificidades que apresentam são difíceis de gerir, especialmente quando abrangem várias unidades orgânicas; outros sugerem que deve existir financiamento dedicado a projetos intersectoriais evitando, assim, possíveis cortes no orçamento (Fafard, 2013).

Em termos de gestão de informação, uma ferramenta importante inerente ao WG é o *e-Government* (governo eletrónico) e a interoperabilidade dos sistemas de dados e de informação. Isto reflete-se, essencialmente, na prestação de serviços ao cliente, quer a nível local, quer a nível nacional, pois o atendimento integrado ao público necessita de um *software* sofisticado relativamente à partilha de informação, para que o resultado seja o mais eficiente possível (Shergold, 2004). Contudo, a eficácia dos sistemas de informação é apenas uma parte das soluções do WG. Existem outros desafios que vão para além das barreiras tecnológicas, como os culturais, organizacionais e estruturais, que precisam também de ser trabalhados (de Brí *et al.*, 2010).

Liderança política e administrativa

A liderança do WG é vista como um tipo de liderança específico, que permite que os políticos gerenciem as complexidades institucionais que este modelo de gestão pública exige. Este tipo de liderança política é chamado de estilo “artesão” (O’Flynn *et al.*, 2011, p. 250), uma vez que é cunhada pela capacidade de moldar os processos de implementação de políticas para que melhor se adequem às necessidades da comunidade, e pode consistir na reformulação de mandatos, de sistemas, estruturas e programas.

A liderança administrativa do WG deve concentrar-se na construção, manutenção e aperfeiçoamento de relacionamentos, gestão da complexidade e da interdependência, bem como na gestão de responsabilidades mútuas e conflitantes (Fafard, 2013).

Cultura e capacidades

As ligações entre o comportamento organizacional e o desempenho organizacional estão interrelacionados no que concerne ao desenvolvimento de uma organização e estão em papel de destaque no que ao WG diz respeito. Para os críticos do assunto, a cultura organizacional tem influência na consecução dos objetivos de uma organização, podendo ser um apoio ou um entrave. O papel de determinados colaboradores-chave é, por isso, crucial nas abordagens ao WG, porque atuam como *boundary-spanners*, isto é, têm a função de vincular as redes internas da organização às fontes externas de informação, contribuindo, assim, para o melhoramento da performance da organização (Williams, 2002). As habilidades destes agentes de informação incluem a capacidade

de cultivar relacionamentos interpessoais, comunicação, habilidades políticas e a avaliação das interdependências envolvidas na compreensão e na resolução de problemas complexos, bem como no trabalho horizontal e vertical. Características como empatia, reciprocidade, confiança e capacidade de olhar para o problema da perspectiva social e tendo em conta os valores das outras partes interessadas são, por isso, características-chave (Colgan *et al.*, 2014). Uma outra habilidade que se destaca é a capacidade de gerir por influência, que consiste na capacidade de os funcionários públicos analisarem e moldarem os seus ambientes externos e as necessidades das suas partes interessadas (Boyle, 1999). Segundo este autor, esta capacidade é crucial para a gestão de questões transversais.

Colaboração

A colaboração é outra capacidade essencial e que assume um papel de destaque na abordagem ao WG e o seu significado pressupõe a existência de componentes estruturais e de atitude. A colaboração consiste num relacionamento mutuamente benéfico e bem definido, assegurada por duas ou mais entidades para alcançar objetivos comuns. O relacionamento que daí resulta inclui um compromisso com objetivos e relações recíprocos, uma estrutura desenvolvida em conjunto e responsabilidade, autoridade e sucessos partilhados (Halligan *et al.*, 2011).

Como tem vindo a ser referido ao longo do capítulo, a colaboração é a base do WG e, como tal, estes pressupostos devem ser verificados.

Suporte para capacitação de *boundary-spanning*

As necessidades do desenvolvimento de capacidades variam de acordo com os níveis pré-existent de conhecimento e experiência. As necessidades de capacitação serão, assim, maiores onde novas funções e procedimentos têm de ser criados. As iniciativas para apoiar o desenvolvimento de uma mentalidade colaborativa entre funcionários públicos e ministros incluem uma expansão do conhecimento acerca de ligações e experiências analisadas criticamente e partilhadas entre jurisdições, empreendimentos conjuntos, projetos inovadores, intercâmbios de funcionários e oportunidades de diálogo (Roy e Langford, 2008). As pessoas são mais propensas a agir de forma colaborativa se existir a expectativa realista de que, no futuro, essas relações vão continuar a existir. As colaborações bem-sucedidas precisam de estabilidade e, segundo Williams (2002), é pouco provável que a capacidade relacional dentro da mesma organização surja em estruturas baseadas no controle e poder hierárquico.

Para construir as capacidades culturais e organizacionais para o trabalho do WG é preciso afastar-se das abordagens tradicionais da gestão e priorizar as iniciativas colaborativas, o *networking* empresarial, a mobilidade da equipa, o suporte necessários para lidar com as diferenças culturais e o acesso a uma equipa de consultores de aprendizagem e desenvolvimento. Estes mecanismos são fundamentais para o sucesso da implementação de um modelo de gestão pública como o WG (Colgan *et al.*, 2014).

1.6 A Justificação da Necessidade de Adoção do WG

Uma das principais razões que levou ao surgimento do WG foi a existência de lacunas no antigo modelo (NPM), nomeadamente o facto de este modelo não ter em consideração os problemas da coordenação horizontal (Fimreite e Lægreid, 2005). O facto da NPM ser orientada para o princípio da existência de organizações de propósito único fazia com que existissem muitas funções especializadas e com poucos aspetos em comum, o que intensificou a fragmentação dos serviços públicos. Isto provocou, conseqüentemente, falta de cooperação e de coordenação, bem como falhas de eficácia e de eficiência (Boston e Eichmbaum, 2005).

O propósito de existência do WG é eliminar ou reduzir departamentos que trabalham isoladamente, de forma a obter um Governo sem quebras entre as suas unidades orgânicas, assim como visa evitar a existência de diferentes políticas que, ao se cruzarem, prejudicam-se mutuamente. O WG pretende otimizar o impacto do Governo usando todos os instrumentos à disposição do Estado de uma maneira integrada para apoiar os resultados esperados. Também a redução de custos (Kearney, 2005) e ineficiências (Roy e Langford, 2008) são motivos que podem impulsionar a adoção de modelos como o WG.

Charbit e Michalun (2009) descrevem a necessidade de implementação do WG como o reconhecimento da interdependência entre os diferentes níveis do Governo e entre os organismos do mesmo nível (entre ministérios, entre regiões e entre autoridades locais). Referem, ainda, que “o setor público se tornou uma matriz de perspetivas transversais” (*idem*, p. 9), sendo que uma das questões-chave assenta na capacidade de capitalizar sinergias entre diferentes domínios da intervenção pública. Assim, para alcançar objetivos políticos num “ambiente dominado por um cruzamento vertical, horizontal ou em rede, é necessário um forte grau de coordenação, bem como um entendimento da dependência mútua” (*idem, ibidem*, p. 9). Quer isto dizer que num sistema em rede, “cada parte interessada depende da outra para cumprir as suas responsabilidades individuais, que coletivamente ajudam a alcançar um objetivo maior” (Charbit e Michalun, 2009, p. 9).

Outro motivo que despoletou a emergência da abordagem do WG foi o facto de o mundo se estar a tornar mais perigoso e inseguro. Países como os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a Austrália sentiram a necessidade de reformas no setor público precisamente por estarem mais conscientes acerca dos desastres, crises e ameaças que surgiam à escala mundial (Halligan e Adams, 2004). As medidas do WG podem ter um impacto positivo na atenuação destes problemas, na medida em que os países devem unir esforços e trabalhar em conjunto para travar ou, pelo menos, mitigar estas ameaças (Christensen e Lægreid, 2007).

Um aspeto importante na adoção do WG é que o mesmo só deve ser implementado quando é inequívoco que é o melhor modelo para dizimar os problemas do momento e alcançar os resultados desejados. As abordagens ao WG podem ser grandes consumidoras de recursos financeiros e temporais, pelo que é importante especular se este será, efetivamente, o melhor modelo a adotar tendo em conta a situação.

1.7 Benefícios da Implementação do WG

Os benefícios em adotar uma abordagem do WG para determinado assunto político resumem-se nas possíveis melhorias e eficiências que podem ser obtidas. De uma forma geral, a adoção deste modelo aumenta ou melhora a eficiência, a partilha de informação, o ambiente de trabalho, a competitividade, a responsabilidade e a coerência política. Adicionalmente, permite a redução de custos, de desperdício, da duplicação do trabalho, dos conflitos entre as diferentes políticas e do tempo necessário para concluir uma tarefa (Colgan *et al.*, 2014).

Estes benefícios são alcançados através da combinação de recursos, da resolução precoce de problemas e da partilha de informação entre os diferentes membros do Governo.

Um outro benefício que se destaca nas iniciativas no WG é o trabalho preventivo. Este modelo de gestão é caracterizado pela intervenção antecipada, isto é, apresenta uma prévia e rápida atuação no cerne dos problemas antes que eles se agravem (Mulgan, 2009).

1.8 A Abordagem Estrutural ao WG

Do ponto de vista estrutural, o WG é, de uma forma geral, um projeto organizacional ou de reorganização consciente. Os líderes políticos viram no WG um instrumento de união entre as organizações governamentais de forma a trabalharem em conjunto (Christensen e Lægreid, 2007).

Existem dois pontos de vista principais na abordagem estrutural: o hierárquico e o da negociação (Christensen e Lægreid, 2007; March e Olsen, 1983). De acordo com os dois últimos autores, o ponto de vista hierárquico diz que a liderança política e administrativa é homogénea e vai de encontro às características do WG. Neste ponto de vista existem duas opções quanto à implementação do WG em termos hierárquicos: uma opção é adotar um estilo *top-down* agressivo, aumentando o papel de liderança estratégica nas diferentes unidades; a outra opção é fortalecer e reforçar o centro governamental, através do estabelecimento de unidades estratégicas, da criação de estruturas coordenativas dentro das estruturas centrais já existentes, revisões e acordos da administração pública (Halligan *et al.*, 2011). O ponto de vista da negociação é baseado na ideia de que a exposição pública é heterogénea internamente, composta por diferentes unidades, com estruturas e funções diferentes (March e Olsen, 1983). A abordagem ao WG terá de ter, necessariamente, recursos que permitam a negociação, seja a nível interno, entre os diferentes departamentos e unidades, seja com entidades externas que estejam ou venham a estar envolvidas em programas ou projetos conjuntos (Christensen e Lægreid, 2007).

1.9 A Abordagem Cultural ao WG

A importância da história das trajetórias percorridas e tradições numa instituição pública é um fator evidente (Krasner, 1988). Por esta razão, equilibrar a fragmentação com a integração, a individualização com a identidade coletiva e a pressão do mercado com a coesão social torna-se um desafio nas reformas da administração pública (Lægreid e Wise, 2007). Como tal, quando as organizações públicas são sujeitas a reformas, de acordo com a perspetiva cultural, todo o processo

associado deve ter em conta e respeitar o histórico cultural da organização, compatibilizando-se com o mesmo (Brunsson e Olsen, 1993).

A estrutura do WG, por si só, não é suficiente para completar os objetivos deste modelo de gestão. A mudança cultural é, também, necessária e várias características da abordagem do WG podem ser entendidas através de uma perspetiva cultural (Centre for Management and Policy Studies, 2000).

1.10 Desafios do WG

Não existem estudos suficientemente relevantes que permitam obter conclusões acerca da capacidade do WG para implementar políticas de integração e colaboração entre as organizações públicas. Contudo, existem algumas experiências realizadas em torno do WG e que serão apresentadas de seguida, bem como os desafios que este modelo de gestão enfrenta (Christensen e Lægreid, 2007).

Muitos se questionam até que ponto as abordagens integrativas do WG são viáveis, devido a fatores de desagregação como a comercialização, a privatização e a terceirização. Um exemplo real é o caso do sistema político administrativo dos EUA. Após o 11 de setembro, foram várias as tentativas de coordenação num sistema que se encontrava fragmentado, tais como a reorganização da segurança nacional e a organização militar (Kettl, 2013). De facto, a maioria concorda que os esforços para que exista cooperação e organização para combater, neste caso, o terrorismo, são importantes, porém também assumem que são mecanismos complexos de implementar e executar, aliado ao facto da dificuldade em conseguir a cooperação das unidades administrativas subordinadas.

As abordagens do WG são vistas como positivas, no entanto difíceis de implementar. A divisão e especialização do trabalho e dos diferentes serviços é algo inevitável numa organização, o que dificulta a implementação das iniciativas do WG. O processo de trabalhar horizontalmente é uma atividade que consome bastante tempo, bem como outros recursos, o que se torna noutro obstáculo à implementação do modelo. Ainda neste seguimento, o trabalho horizontal pode suscitar confusão nos funcionários, que se deparam perante o problema de como fazer a ponte entre a separação vertical hierárquica que naturalmente existe e a divisão horizontal (Halligan *et al.*, 2011).

A responsabilidade e a gestão de risco são preocupações centrais e uma questão chave que se impõe é como se pode trabalhar segundo o modelo de Governo Conjunto que o WG apresenta e, ao mesmo tempo, apurar a responsabilidade vertical do desempenho de cada unidade orgânica (Shergold, 2004). O WG parece não clarificar as linhas de responsabilidade e, segundo Ryan e Walsh (2004), o desafio é precisamente equilibrar a responsabilidade vertical e horizontal, bem como a responsividade do topo para a base. Além do mais, torna pouco claro os papéis de cada pessoa dentro da organização, tornando-se difícil de definir um líder e, uma vez que o trabalho é colaborativo, fará com que algumas pessoas percam o seu poder, controlo e influência (Kearney, 2009).

Do ponto de vista cultural, esta vertente pode ser vista como um facilitador, como aliás já foi anteriormente mencionado, contudo pode ser, ao mesmo tempo, o maior obstáculo. A implementação do trabalho horizontal levanta questões relativas à reorganização das estruturas organizacionais, que devem prestar maior foco na mudança de mentalidades e no combate às barreiras culturais. Uma vez que as pessoas passam a colaborar de forma horizontal, o contacto será maior e as divergências culturais mais notórias, daí ter de existir uma maior preocupação com este fator (Halligan *et al.*, 2011; Whelan, 2003).

O WG não é um modelo totalmente abrangente e não tem a capacidade de mitigar todos os problemas da Administração Pública. A sua aplicação deve ser seletiva, tendo em conta as circunstâncias e o tipo de atividades de determinado setor público (Pollitt, 2003). O efeito que resulta da aplicação do WG pode ser, precisamente, o oposto. Em vez de promover a cooperação, o facto de se trabalhar horizontalmente na mesma área política pode levar a uma maior competitividade e rivalidade (Bakvis e Juillet, 2004).

A implementação do WG e a consequente avaliação da sua eficácia é algo difícil de medir. A ação de trabalhar cooperativamente e se as partes envolvidas trabalham bem em conjunto é pouco avaliada e recompensada (Colgan *et al.*, 2014). Diferente do que se passa com a avaliação do desempenho de um único departamento, em que é fácil apurar se determinado objetivo foi ou não cumprido. Para além disso, e ainda de acordo com os mesmos autores, apresenta metas mal definidas e prioridades conflitantes, o que dificulta o trabalho dos colaboradores.

Construir um modelo como o WG é um projeto a longo prazo que requer tempo para ser implementado. A mudança na cultura organizacional e a reconstrução de confiança nas novas relações em contexto laboral são ações que se desenvolvem lentamente e por isso é preciso ser-se paciente. Esta postura é, assim, essencial para a concretização de reformas com sucesso (March e Olsen, 1983).

1.11 Conclusão

Tendo em conta os aspetos relativos ao WG, este é um modelo implementável no futuro, dado os problemas que têm vindo a surgir ao nível social e económico, nacional e internacional (Colgan *et al.*, 2014). Os pontos fortes que fazem do WG um modelo passível de ser adotado incluem o foco na prevenção, a satisfação do cliente, que resulta do atendimento integrado, os melhores resultados expectáveis e um melhor ambiente de trabalho, devido à abordagem horizontal. Estes benefícios podem não ser notórios imediatamente, mas a médio prazo. As primeiras pessoas a adotar as iniciativas do WG reconhecem estes benefícios e não voltam atrás com a sua opção, apesar de ainda existirem arestas por limar e barreiras que devem ser ultrapassadas (*idem*, 2014).

A tomada de decisão da implementação do WG deve ser ponderada, ter em conta a estrutura e objetivos da organização, os problemas que esta enfrenta e se este modelo de gestão será eficaz, ou não, para os colmatar.

2. Caracterização do Sistema Político Português, o Voto e a Participação Eleitoral em Portugal

Neste ponto irão ser abordados temas como a democracia, os vários sistemas eleitorais e o sistema eleitoral português, o voto obrigatório e a participação eleitoral em Portugal. A abordagem destes temas tem como objetivo contextualizar e caracterizar a situação política e eleitoral em Portugal e mostrar os dados relacionados com a abstenção, que servem de base das hipóteses e do desenvolvimento deste estudo.

2.1 Democracia

A democracia pode ser definida em dois sentidos: substantivo (ou nominal) e institucional. No sentido substantivo, traduz o “governo exercido a favor do povo” (Cardia, 1998, p. 1), isto é, aquilo que do governo resulta como sendo vantajoso para os cidadãos. No sentido institucional, a democracia é o poder político baseado na soberania popular, formando, assim, um sistema de organização do Estado (*idem*, 1998). Traduz o direito que é concedido aos cidadãos de participar livre e igualmente na política (Lever, 2009). Consiste numa “síntese da liberdade e da igualdade

política” (Munck, 2016, p. 1), sendo que, ainda nas palavras deste autor, “um sistema político é democrático na medida em que incorpora os valores de liberdade e igualdade política” (Munck, 2016, p. 2). A definição básica de democracia pressupõe a existência de, pelo menos, sufrágio universal e adulto e vai muito mais além que a mera existência de um partido político. Pressupõe a realização de eleições de forma recorrente, livre, competitiva e justa e sugere que as instituições democráticas, os direitos e o processo decisivo não devem ser influenciados por elites não-eleitas nem por poderes externos (Morlino, 2004). Partindo deste pressuposto, é possível inferir que a antropologia da democracia estuda o comportamento do ser humano face à igualdade política, ou seja, quais as suas ações para garantir o direito da liberdade política.

2.1.1 Democracia em Portugal e tipos de democracia

A 5 de outubro de 1910 deu-se a queda da Monarquia e a implantação da Primeira República Portuguesa, entre 1910 e 1926. Esta foi a primeira tentativa de estabelecer uma democracia parlamentar, contudo, esta república apresentava várias insuficiências, instabilidade política e impotência governamental, tendo sido considerada a mais instável da Europa Ocidental (Wheeler, 1978). A Primeira República Portuguesa caiu e deu origem ao Estado Novo, uma ditadura que durou 41 anos – de 1933 a 1974. Apesar de ser um regime ditatorial, havia igualmente eleições, contudo não eram realizadas da mesma forma que são atualmente. O processo eleitoral era manipulado de forma a garantir a maioria absoluta para um Governo que já estava previamente definido para ganhar (Medina, 1985a).

Após o Estado Novo, quando se deu o 25 de Abril, as eleições foram uma das muitas mudanças que vieram com este ponto de viragem. No próprio dia 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas anunciou, através de documento público que, no prazo de doze meses, seria convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, direto e secreto (Miranda, 2007). Este marco histórico em Portugal foi, aliás, para Huntington (1993), a inauguração da terceira onda de democratização no mundo⁵. Pela primeira vez na História de Portugal, todos os portugueses com idade superior a 18 anos gozavam do direito ao voto, bem como à participação na vida política da comunidade (Medina, 1985b). Dos 6 220 784 eleitores⁶ existentes na altura, 5 693 905 exerceram, efetivamente, o seu direito ao voto, traduzindo-se numa taxa de participação de 91,53%. A apresentação destes valores é importante porque mostra, de facto, o quanto os cidadãos sentiam a necessidade de expressar a sua opinião política e de terem a oportunidade de escolher quem, na sua opinião, seria melhor para representar o seu país. Porém, rapidamente a realidade nas eleições mudou e a taxa de abstenção aumentou de ano para ano⁷. Tendo em conta estes dados, concluiu-se que algo não está a ser bem trabalhado para fomentar esta prática democrática. O decréscimo do número de votantes não acontece aleatoriamente e sem nenhum fator associado. Como tal, nos dias de hoje, mais do que se falar em democracia, é importante falar-se da qualidade da democracia.

⁵ A primeira onda de democratização iniciou nos anos 20 do séc. XIX, com o aumento significativo do número de pessoas masculinas a adquirirem direito ao voto nos EUA; A segunda onda começou após a Segunda Grande Guerra, com o final da era da colonização ocidental (Castro Santos, 2001).

⁶ Dados do PORDATA, disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal>, consultado a 10-03-2020.

⁷ Esta informação será apresentada e discutida no ponto 2.6.

Munck (2016), pese embora defenda que “a democracia é mais do que eleições” (Munck, 2016, p. 1), reconhece que não se têm feito muitos esforços para redefinir este conceito e que é necessário mais trabalho em torno deste fenómeno para esclarecer o significado de qualidade da democracia. Este tema foi amplamente estudado e seguidamente apresentamos algumas das definições propostas.

A qualidade da democracia versa sobre “o grau em que (...) [um país com uma democracia estável] aproxima a democracia perfeita” e, por sua vez, qualidade democrática “diz respeito a quão bem a democracia trabalha na promoção do propósito da democracia” (Lijphart, 2012, p. 276).

Já para Bühlmann *et al.* (2012), a qualidade da democracia refere-se ao grau em que os países (aqueles que satisfazem os critérios de uma definição mínima de democracia) atingiram os dois principais objetivos de uma democracia ideal: liberdade e igualdade política.

Para Lauth (2013), a qualidade de democracia consiste “na realização de três dimensões da democracia: liberdade política, igualdade política e (...) o controlo do poder político” (Lauth, 2013, p. 3).

A Comissão Europeia (2019), no seu programa de trabalho que apresentou recentemente – *Horizon 2020 - Work Programme 2018-2020* – refere que, no contexto da União Europeia (doravante UE), a qualidade da democracia poderá ser melhorada se existir a redefinição da esfera pública em termos económicos, sociais e políticos e tendo em conta o desenvolvimento destes três fatores nos últimos anos. Esta redefinição da esfera pública pode ser igualmente benéfica em termos do carácter liberal da UE, na medida em que as instituições europeias são frequentemente vistas como insuficientemente democráticas e transparentes.

Democracia Direta

A democracia direta é um tipo de democracia que funciona em regimes políticos de pequena dimensão territorial e foi em Atenas que se verificou, pela primeira vez, na Europa, a implementação deste ramo da democracia (Cardia, 1998). Este modelo de democracia assume o princípio da soberania popular, assente num governo de massas, permitindo que as classes sociais mais baixas fossem em busca do seu próprio benefício, gerando uma luta entre classes (Rosenberg, 2006). A democracia direta permite, assim, que os cidadãos se envolvam diretamente nos assuntos públicos.

Democracia Liberal

O liberalismo, que é a base da democracia liberal, pressupõe que todos os cidadãos devem ser dotados da mesma dignidade, ao mesmo tempo que define os procedimentos necessários para garantir a livre concorrência ao poder entre as pessoas (Cerroni, 1992). O pensamento liberal prevê, para além da liberdade individual, ações como a participação na vida política através do voto, de forma a escolher os representantes (Mill, 1970). Partindo destes pressupostos, a democracia liberal busca uma maior liberdade civil e uma maior liberdade de expressão, com uma menor intervenção do Estado, nomeadamente em termos económicos – aspira a um mercado livre com a menor interferência possível do Estado, de forma a que o mercado se ajuste por si mesmo (Carter, 2005).

As democracias liberais têm estado sob pressão nos últimos tempos. Fatores como a descrença nos sistemas políticos, a polarização dos discursos e a baixa participação eleitoral manifestam-se na Europa e fora dela, tendo um apoio muito forte. Neste sentido, o desafio é perceber se e como as abordagens deliberativas e participativas podem preencher por completo a promessa de uma maior e mais esclarecida participação no contexto atual (Comissão Europeia, 2019).

Democracia deliberativa

A democracia deliberativa caracteriza-se por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que fazem com que a sociedade participe na regulação da vida coletiva. Este tipo de democracia consiste num modelo de deliberação política, tal como o nome sugere, e de onde resulta a legitimidade das decisões e das ações políticas (Lüchmann, 2002). Esta legitimidade resulta de processos de discussão, tendo por base princípios de inclusão, o pluralismo, a autonomia, a igualdade participativa e o bem-comum (Lüchmann, 2007).

Posto isto, é possível afirmar que a democracia deliberativa consiste num processo de institucionalização de espaços e mecanismos de discussão pública e coletiva, com o objetivo de alcançar o interesse comum do povo. Os cidadãos têm, assim, legitimidade para decidir sobre assuntos prioritários que estão sob a alçada do sistema estatal, mediante reuniões em espaços públicos onde impera a cooperação e o diálogo racional. Para este tipo de democracia, só desta forma faz sentido que as coisas aconteçam, permitindo, assim, a inclusão na vida política de cidadãos de várias classes e organizações sociais (Lüchmann, 2007).

Democracia participativa

A democracia participativa assenta em princípios como os cidadãos serem mais ativos, informados e racionais, não apenas aquando da eleição do seu representante, mas também na participação ativa na tomada de decisões. Este tipo de comportamento verifica-se quando existe uma educação cívica melhorada, aliada a níveis consideráveis de cultura política e ao interesse por participar em debates públicos, que permitem desenvolver as ideias e o facto de se questionarem mais (Rodríguez Burgos e Sáenz López, 2010).

Touraine (2001) olha para a democracia participativa como a envolvimento de um maior número de indivíduos em problemas sociais, individuais e coletivos para melhorar a tomada de decisão. O autor defende que devem ser dadas condições básicas de liberdade aos indivíduos para elegerem os seus governantes, assim como se deve garantir três condições: o respeito pelos direitos fundamentais, que as pessoas se sintam cidadãos e a representatividade dos dirigentes.

Nas últimas duas décadas, as democracias deliberativas e participativas tornaram-se cada vez mais proeminentes como resposta aos desafios que envolvem democracias representativas liberais. Com base em noções de democracia direta, cidadania ativa e decisões alcançadas através de argumentação, estas novas práticas de democracia têm, na teoria, o potencial de reviver a legitimidade democrática e ajudar a fechar a lacuna entre os cidadãos e as elites políticas, que são muitas vezes vistas como representantes de poderosos grupos de interesse (Comissão Europeia, 2019).

Democracia representativa

A democracia representativa, ou constitucional, consiste na organização do poder político e da sua relação com os direitos das pessoas (Cardia, 1998). Este é o tipo de democracia em que os governantes, eleitos pelo povo, são quem toma as decisões acerca dos assuntos públicos (Rodríguez Burgos, 2015). A eleição é feita com base no critério da maioria através de sufrágio universal e o voto é secreto (Cardia, 1998; Morlino, 2004).

A democracia representativa caracteriza-se pela exposição das decisões públicas ao escrutínio dos cidadãos e pela existência de três poderes distintos e independentes entre si: o poder legislativo, o poder executivo e o poder judicial. Outro pressuposto que caracteriza a democracia representativa é o igual direito de todos os cidadãos à liberdade e aos direitos fundamentais que a mesma concede.

A soberania popular, o poder parlamentar, a limitação de poderes, a submissão do poder à lei, a separação dos poderes e as garantias individuais são algumas das principais características que podem ser encontradas na democracia representativa e que culminam numa só: as limitações dos poderes do Estado (Cardia, 1998).

2.2 Tipos de Sistemas Eleitorais e o Sistema Eleitoral Português

Uma vez que se vai apresentar um sistema eleitoral específico – neste caso o português – importa, antes de mais, caracterizar, de uma forma genérica, a multiplicidade de sistemas eleitorais existentes. Segundo Nicolau (2004), a caracterização de um sistema eleitoral envolve a distinção entre determinadas componentes, sendo que existem três principais em torno das quais assenta a divergência dos vários sistemas eleitorais. A primeira componente diz respeito à estrutura constitucional, ou seja, se o governo é presidencialista ou parlamentar, se existe unicameralismo ou bicameralismo e se o poder está centralizado ou adota uma postura federalista. A segunda componente é a forma como o sistema eleitoral se constitui: as leis que definem a forma de voto, a fórmula de transposição de votos em percentagem de representação, a existência, ou não, de um número mínimo de votos para um candidato ser eleito ou para um partido ter lugar no parlamento, entre outras. Por fim, a terceira é relativa aos procedimentos eleitorais, que consistem em regras mais específicas, de cariz técnico, que podem incluir as leis que regulam a candidatura de uma pessoa a candidato, a distribuição dos espaços de voto, quem pode votar, financiamento das campanhas eleitorais e a imposição, ou não, do voto obrigatório. Posto isto, os sistemas eleitorais dividem-se, segundo o mesmo autor, em três grandes tipos: os maioritários, os proporcionais e os mistos.

Sistema maioritário

Este é o tipo de sistema que prevê apenas a representação do(s) candidato(s) mais votado(s) numa eleição, ficando os restantes partidos sem direito a representação, independentemente do número de votos. Desta forma, todos os candidatos que se seguem ao vencedor ficam sem direito a representação no Parlamento (Duverger, 1985). Dentro deste sistema existem ainda três distinções possíveis: o sistema de maioria simples, o sistema de dois turnos e o sistema do voto alternativo.

O sistema de maioria simples é objetivo e dotado de simplicidade, como o nome indica, pois pressupõe que o candidato eleito é aquele que obtém um maior número de votos, sem ser necessária uma percentagem mínima. É o tipo de sistema geralmente usado em países como o Reino Unido, Estados Unidos da América e Brasil, ou seja, países onde se enfatiza a divisão territorial por distritos.

O sistema de dois turnos rege-se pelas mesmas bases do sistema simples, isto é, a divisão distrital, mas com a diferença de que o candidato com mais votos tem de ter, simultaneamente, maioria absoluta. Caso isso não se verifique, os candidatos mais votados são sujeitos a uma segunda ronda de eleições. Este sistema apresenta vantagens relativamente ao primeiro na medida em que garante que os candidatos são eleitos com votações expressivas.

O sistema do voto alternativo é o que garante que todos os eleitos recebem maioria absoluta sem ser necessário realizar uma nova eleição. O processo para que tal aconteça é transferir os votos dos candidatos menos votados para os outros. E como? Os eleitores não se limitam a votar num único candidato, ao invés disso eles ordenam todos os candidatos existentes por ordem de preferência. Se existir um candidato com mais de 50% dos votos, será ele o eleito. Nos casos em que isso não acontece de imediato, ocorre a transferência dos votos do candidato menos votado para os restantes, ficando este eliminado. Este processo repete-se até se encontrar o candidato com a maioria absoluta.

Sistema proporcional

Este tipo de sistema procura atingir a justiça e a proporcionalidade entre os votos recebidos pelos partidos e a sua respetiva representação. Assim, se um partido recebe, por exemplo, 20% dos votos tem direito a, aproximadamente, 20% de representação. Dentro deste sistema existem duas variantes: o voto único transferível e o sistema de lista.

No voto único transferível, os eleitores podem votar em candidatos de diferentes partidos ordenando-os por ordem de preferência. Este subsistema não tem como objetivo garantir o equilíbrio entre os votos e a representação dos partidos, mas sim que as opiniões da sociedade estejam retratadas.

O sistema de lista é o método em que cada partido apresenta uma lista de candidatos, os votos de cada lista são apurados e a representação de cada partido é proporcional ao número de votos.

Sistema misto

Os sistemas mistos, tal como o nome indica, são aqueles que fundem aspetos dos sistemas maioritários e dos proporcionais na mesma eleição. Neste tipo de sistema, as combinações de subsistemas mais utilizados são a utilização de listas partidárias e a maioria simples, contudo, a escolha das combinações pode variar.

Sistema Eleitoral Português

O atual regime político que vigora em Portugal é uma democracia representativa semipresidencialista, com o poder soberano residente no povo. O sistema proporcional, referido

anteriormente, é o que vigora no nosso país e o direito ao voto é concedido a cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos. O modelo utilizado no sistema eleitoral é o método de Hondt⁸.

2.3 Tipos de Eleições em Portugal

Dentro do sistema eleitoral português existem três grandes grupos de órgãos eleitos providos de diferentes poderes: o executivo, o legislativo e o judicial (Sousa, 2011). O poder executivo e o legislativo são eleitos por escrutínio público, enquanto que o poder judicial é nomeado, e não eleito. De seguida, serão apresentados os tipos de eleições que têm lugar em Portugal⁹.

Eleições presidenciais

As eleições presidenciais são as que têm como objetivo eleger o Presidente da República Portuguesa (doravante PR). A figura do PR, segundo consta da Constituição da República Portuguesa (1976) (doravante CRP), é garantir a “independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas” (artigo 120.º). Uma das principais funções do Chefe de Estado Português é controlar a atividade legislativa dos outros órgãos de soberania, sendo que dois dos exercícios que mais estão associados a estas tarefas são a promulgação e o veto. Ao PR não compete legislar, nem tampouco é dotado dos clássicos poderes executivo, legislativo e judicial. A sua competência tem mais que ver com a fiscalização política.

Um das características das eleições presidenciais é a existência de um só círculo eleitoral, com sede em Lisboa. Das suas variadas regras, destaca-se a obrigatoriedade de o candidato a PR ter de ser eleito com mais de metade dos votos, isto é, com maioria absoluta. Esta lógica advém do facto de que este órgão de soberania representa a nação e defende os interesses do seu povo, pelo que é de esperar que a maioria dos cidadãos simpatize e apoie as suas decisões.

O Presidente é eleito por um período de cinco anos e não pode exercer o cargo por um período superior a dois mandatos consecutivos.

Uma vez que esta órgão de soberania é eleito por lista uninominal, as eleições presidenciais, em Portugal, são as únicas que não seguem o sistema proporcional.

Eleições legislativas

Nas eleições legislativas, o país divide-se por distritos, que compõem os círculos eleitorais e que correspondem aos distritos administrativos existentes em Portugal. Nestas eleições, os deputados da Assembleia da República são eleitos por listas plurinominais, tendo o eleitor direito a votar apenas numa lista. O sistema que vigora é o da representação proporcional, realizada através do método de Hondt.

⁸ O Método de Hondt é um modelo matemático que converte votos em mandatos. A operação consiste na divisão do número total de votos obtidos por cada candidatura por divisores previamente fixados: 1, 2, 3, 4, 5 e assim sucessivamente. (website da Comissão Nacional de Eleições, disponível em <http://www.cne.pt/content/metodo-de-hondt>, consultado a 28 de março de 2020).

⁹ Para definir os tipos de eleições recorreu-se à informação do website do Portal do Eleitor, disponível em <https://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/TipoDeEleicoeseReferendos.aspx>, consultado a 20 de março de 2020).

As eleições legislativas têm o propósito de eleger o Parlamento (órgão legislativo) por um período de quatro anos. O Parlamento tem competências na elaboração de leis, na fiscalização do cumprimento dessas, bem como da Constituição, e no acompanhamento da atuação do Governo (órgão executivo).

Eleições autárquicas

As eleições autárquicas compreendem as eleições para a assembleia e câmara municipal e para a assembleia e junta de freguesia. A divisão do círculo eleitoral corresponde ao território da respetiva autarquia local de tipo territorial: no caso da assembleia e câmara municipal, corresponde o município, e no caso da assembleia e junta de freguesia, a freguesia. Os órgãos são compostos pelos órgãos deliberativos: assembleia municipal e assembleia de freguesia, e pelos órgãos executivos: câmara municipal e junta de freguesia.

O modo de eleições é feito através de listas plurinominais respeitantes a cada órgão, tendo o eleitor à sua disposição um voto singular de lista. Estas eleições realizam-se de quatro em quatro anos e os Presidentes de Câmara e de Junta de Freguesia não podem exercer mais do que três mandatos consecutivos na mesma autarquia local. O método aplicado é, igualmente, o método de Hondt, inserido no sistema proporcional, e os candidatos são eleitos por listas plurinominais.

Dada a menor dimensão territorial das eleições autárquicas, o nível de contacto entre eleitos e eleitores é maior.

Eleições para o Parlamento Europeu

As eleições para o Parlamento Europeu visam eleger deputados que representam cada um dos 27 Estados-Membros da União Europeia e realizam-se de cinco em cinco anos.

O Parlamento Europeu desempenha um papel ativo na União Europeia, na medida em que trabalha na prossecução de leis relacionadas com a sustentabilidade ambiental, com o bem-estar e interesse da comunidade europeia, assim como a igualdade e os direitos dos cidadãos.

2.4 O Ato Eleitoral

A democracia trouxe, numa primeira instância, vantagens evidentes, entre elas a igualdade política, a liberdade de expressão e o direito a eleger a pessoa ou partido político que se quer para governar o país, isto é, a participação eleitoral. A participação eleitoral pode ser definida como “o conjunto dos indivíduos que, dispondo de capacidade eleitoral ativa, exercem o seu direito de voto na escolha dos representantes políticos na eleição em causa” (Freire, 2000, p. 116). Contudo, com o passar dos anos surgiu, de uma forma geral em toda a Europa, a problemática da abstenção eleitoral, que é algo tão simples como a não participação de um indivíduo, de forma voluntária, na atividade eleitoral, isto é, a sua ausência nas urnas no dia das eleições (Novaes Ramos, 2009). Blais (2006) estudou, ao longo de cerca de trinta e cinco anos, 106 democracias e constatou que a participação eleitoral diminuiu a partir da década de 1990. Feddersen e Pesendorfer (1996, 1999) explicam este comportamento devido à falta de informação, que leva os indivíduos menos informados a não votarem, deixando essa tarefa para os mais instruídos. No caso português, nos anos 70 os valores

da participação eleitoral eram próximos da média europeia, mas a partir daí registaram um decréscimo, encontrando-se atualmente abaixo desse nível (Freire e Magalhães, 2002; Solijonov, 2016). Tal facto leva à discussão desta problemática e à discussão de medidas passíveis de diminuir esta tendência. Uma possível medida falada e defendida nos últimos anos por autores como César (2009), Freitas do Amaral (2014) e Rebelo de Sousa (2014) é o voto obrigatório, que será desenvolvido no ponto seguinte.

2.5 O Voto Obrigatório

O voto obrigatório pode ser inteligivelmente definido como “a obrigação legal de comparecer às urnas no momento das eleições e desempenhar as responsabilidades que aí são solicitadas aos eleitores” (Birch, 2009, p. 2). Este é um tema que gera controvérsia e discórdia entre diversos autores, tais como Lacroix (2007), Lever (2008) e Volacu (2019).

Uma vez introduzido o conceito de voto obrigatório, irá abordar-se o tipo de voto que vigora em Portugal. A CRP (1976), no artigo 49.º, estabelece que todos os cidadãos com idade superior a dezoito anos têm direito de sufrágio e que esse direito constitui, simultaneamente, um dever cívico. Apesar disso, a CRP não prevê nenhuma sanção para os abstencionistas. Isto presume que o voto em Portugal não reveste carácter obrigatório e que o facto de ser entendido como um dever cívico significa isso mesmo – é um dever sem força jurídica nem poder coercivo.

Portugal pertence, assim, à maioria dos países onde o voto é facultativo, sendo que em 23 países esta prática é obrigatória¹⁰. Na Europa, existe a Bélgica, Bulgária, Chipre, Grécia e Luxemburgo, de acordo com o Relatório Geral Sobre a Atividade da União Europeia (2018), sendo que na Bélgica o seu incumprimento resulta em penalização (Sheppard, 2015). Fora da Europa, o voto é obrigatório em países como a Argentina, o Brasil e o México, apesar de neste último não existirem sanções perante uma situação de incumprimento (Sheppard, 2015).

A existência do voto obrigatório faz questionar outros países se esta seria uma solução eficaz para colmatar a elevada abstenção. Em Portugal, existe o exemplo de personalidades políticas como César (2009), Freitas do Amaral (2014) e Rebelo de Sousa (2014) que nos seus discursos mostraram já ser a favor desta prática. Também autores estrangeiros, como Lacroix (2007), Brennan e Hill (2014) e Birch (2018) têm discutido esta possibilidade.

Existem várias teorias a favor e contra a prática do voto obrigatório, principalmente em países em que vigora o regime democrático (Lacroix, 2007; Lever, 2008; Volacu, 2019). Importa, assim, dar a conhecer os dois opostos em torno desta questão e refletir sobre os argumentos a favor e contra.

Argumentos favoráveis

O primeiro argumento a favor do voto obrigatório é que o mesmo aumenta a afluência às urnas (Franklin, 2004). Este é um argumento que se apresenta como sendo imediato e óbvio, já que a

¹⁰ Fonte: Central Intelligence Agency (CIA), 2019.

reduzida adesão nos dias de eleição é o principal problema que suscita todo este debate (Brennan e Hill, 2014; Engelen, 2007; Sheppard, 2015).

Outro argumento que pode não parecer tão perceptível à primeira vista é que o voto obrigatório aumenta o nível de cultura política (Hoffman e Graham, 2006; Sheppard, 2015). Isto explica-se pelo facto de os eleitores, uma vez exercendo o dever do voto (neste caso dever e não direito, pois estamos a falar da obrigatoriedade do voto) querem estar informados (Lijphart, 1997) e, assim, o seu nível de interesse e de conhecimento aumenta, bem como o seu nível de educação política (Soares, 2004).

Um outro argumento apresentado a favor do voto obrigatório é de que este pode reduzir os custos na política. Isto pode explicar-se pelo facto de que, segundo Brady, Verba e Schlozman (1995), um dos motivos que levam as pessoas a não votar é porque ninguém lhes pediu para o fazer. Como tal, os candidatos e os partidos fazem campanhas de modo a atrair os eleitores às urnas. Os apologistas do voto obrigatório defendem, assim, que esta medida vem como substituta das campanhas eleitorais, uma vez que os eleitores vão, de qualquer das formas, às urnas. As campanhas eleitorais tornam-se, assim, dispensáveis e desnecessárias, poupando uma fatia dos custos do Estado (Lijphart, 1997).

Argumentos desfavoráveis

Um dos principais argumentos contra o voto obrigatório é o de que a sua implementação leva às urnas pessoas desmotivadas, com falta de interesse e pouco informadas (Abraham, 1955; Brennan e Hill, 2014). No seguimento deste argumento acresce ainda o facto de que os eleitores que vão às urnas obrigados apresentam uma menor probabilidade de votar de forma sincera, comparando com os votantes voluntários, de acordo com um estudo realizado por Bhattacharya, Duffy e Kim (2013).

Um outro argumento defendido pelos opositores do voto obrigatório é de que este é incompatível com a democracia liberal e que não pode ser defendido em bases democráticas (Lever, 2008; Volacu, 2019). Gratschew (2004) afirma que o voto obrigatório “não é consistente com a liberdade associada à democracia” (p. 27). O exercício ou o não exercício do voto implica quer o direito a votar, quer o direito a não votar, pelo que, segundo Ciconne (2001, 2002), ambos os direitos revestem a mesma importância, pelo que o voto obrigatório ameaça o direito a não votar, tornando-se, assim, incompatível com a democracia liberal. Abraham (1955) vai mais além e afirma que o voto obrigatório viola um dos princípios básicos do regime democrático liberal: a liberdade individual. Contudo, este argumento é refutado por autores como Engelen (2004), que afirma que num regime democrático liberal existem leis que obrigam ou proíbem os cidadãos de determinadas coisas, e que isso não é antidemocrático. Também Lijphart (1997) explica que o voto obrigatório é, na prática, a comparência obrigatória às urnas (Ballinger, 2006). Deste modo, os eleitores não são obrigados a votar num candidato, podendo optar por um voto em branco ou nulo, o que não interfere com o direito de não votar. Em 1971, já o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem entendeu que o voto obrigatório não é antidemocrático nem viola a liberdade de pensamento, opinião também defendida por Freitas do Amaral (2014).

A alienação das pessoas relativamente à política é outro argumento que surge contra o voto obrigatório. Tal explica-se pela seguinte razão: se existem já pessoas desinteressadas e alienadas da política, o facto de serem obrigadas a votar fará com que esse sentimento aumente ainda mais, pois estão a fazer algo contra a sua vontade (Ballinger, 2006).

Conclusão

Após o confronto entre os argumentos favoráveis e desfavoráveis do voto obrigatório, pretende-se referir motivos pelos quais a implementação do mesmo seria favorável em Portugal.

Como foi já referido no início deste capítulo, um dos principais argumentos a favor do voto obrigatório é o facto de que o mesmo aumenta a afluência às urnas, que é uma das principais preocupações dos atores políticos. Na década de 1970, Portugal apresentava valores de participação eleitoral próximos à média europeia, valores esses que, trinta anos depois, se encontravam significativamente abaixo (Freire e Magalhães, 2002). Esta evidência é, por isso, um fundamento a favor do voto obrigatório em Portugal, uma vez que pode contrariar um dos principais problemas políticos.

Outro acontecimento que pode ir de encontro à aplicabilidade do voto obrigatório no caso português tem que ver com a alheamento política. As pessoas que têm tendência a ser desinteressadas e alienadas da política podem reverter essa situação, pois como já vimos anteriormente, o voto obrigatório aumenta a cultura política (Hoffman e Graham, 2006). Desta forma, o alheamento poderia diminuir, o que culmina num ponto favorável relativamente à implementação do voto obrigatório em Portugal.

2.6 A Participação Eleitoral em Portugal: 1975 – 2019

Uma vez que a problemática desta dissertação passa pela abstenção eleitoral em Portugal, este capítulo irá versar sobre a participação eleitoral no país, no período de 1975 a 2019¹¹, ou seja, a Terceira República¹². Como já é sabido, durante o período do regime ditatorial não existiam eleições nos mesmo moldes que hoje são conhecidas e os anos anteriores a este regime – entre 1910 e 1926 – carecem de informação clara e precisa.

Foram recolhidos dados relativos às eleições em Portugal¹³ – Autárquicas, Presidenciais, Legislativas e para o Parlamento Europeu – com o objetivo de apurar e discutir as taxas de abstenção e, conseqüentemente, as de participação ao longo dos anos.

¹¹ A análise dos dados relativos às eleições ao longo deste capítulo será sempre entre este período, pelo que doravante tal especificação estará implícita.

¹² Em Portugal existiram, até à data, três Repúblicas: a Primeira República (1910 – 1926); a Segunda República (1926 – 1974); e a Terceira República (1974 – presente) (Saraiva, 1981).

¹³ Os dados foram retirados do website da internet PORDATA, disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal>, consultado a 10-03-2020.

Eleições Autárquicas

As eleições autárquicas ocorreram doze vezes ao longo de quarenta e um anos. Até 1985 aconteciam de três em três anos e, a partir daí e como hoje as conhecemos, de quatro em quatro anos.

A Figura 1 mostra a taxa de abstenção nas eleições autárquicas ao longo de todos os anos em que estas se verificaram.

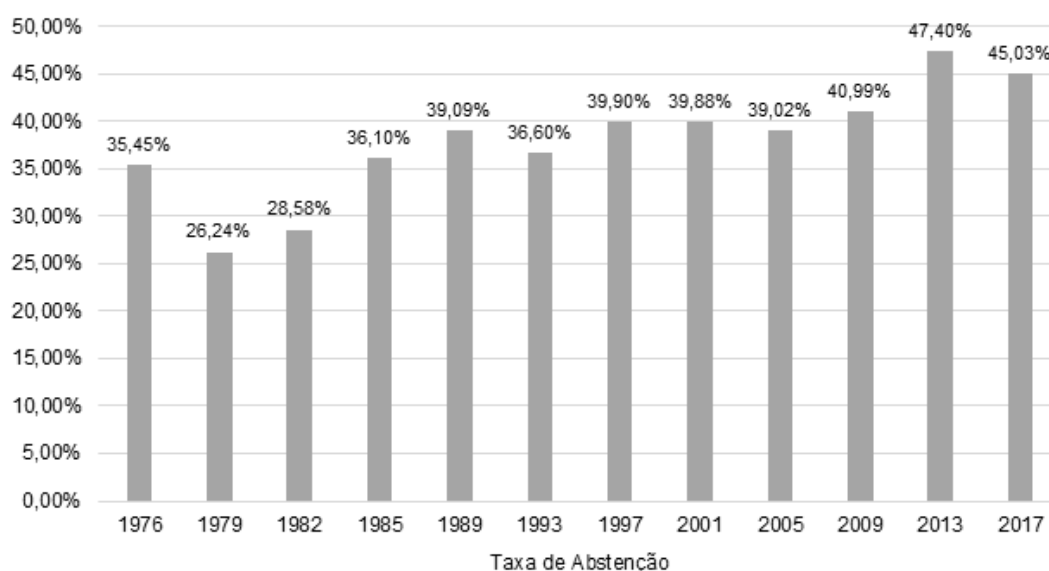


Figura 1: Taxa de abstenção nas eleições autárquicas.
Fonte: Adaptado do PORDATA.

As eleições autárquicas, à escala nacional, jamais apresentaram taxas de abstenção inferiores a 25%.

As últimas eleições autárquicas ocorreram em 2017, onde a taxa de abstenção verificada foi de 45,03%. Apesar de quase metade da população se ter abstido de eleger o seu líder autárquico, este não foi o ano que registou maior taxa de abstenção. Em 2013, este valor atingiu os 47,40% tornando-se, assim, no ano com maior taxa de abstenção relativamente às eleições autárquicas. Por outro lado, o ano com menor taxa de abstenção foi 1979, com 26,24% das pessoas a não votar. A diferença entre estas duas extremidades é de 21,16pp. Comparando o primeiro e o último ano onde se realizaram eleições autárquicas – 1976 e 2017 – a taxa de abstenção aumentou 9,58pp.

Eleições Presidenciais

As eleições presidenciais realizaram-se sempre de cinco em cinco anos e, até à data das últimas (2016) ocorreram nove vezes. A Figura 2 mostra como tem vindo a taxa de abstenção das eleições presidenciais a variar, até então.

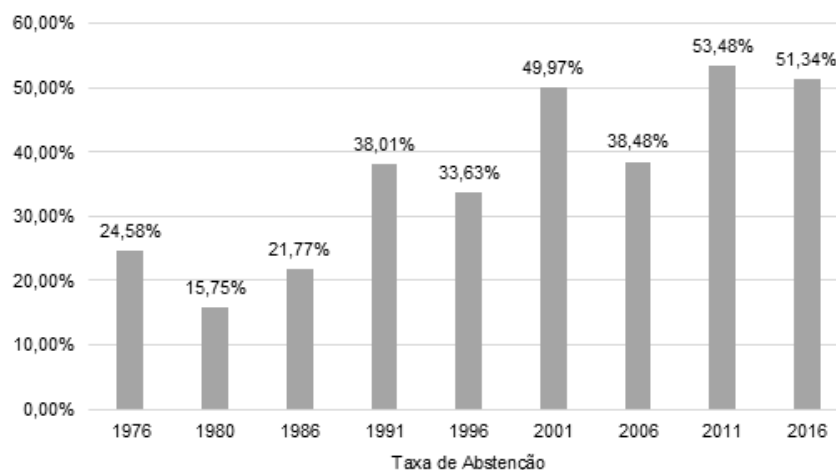


Figura 2: Taxa de abstenção nas eleições presidenciais.
Fonte: Adaptado do PORDATA.

As eleições presidenciais que ocorreram em 1976 tiveram uma taxa de abstenção de 24,58%, o que significa que mais de três quartos da população – mais precisamente, 75,42% – exerceram o direito ao voto. Ainda assim, não foi o ano que registou a participação mais elevada. Quatro anos depois, em 1980, a taxa de participação alcançou os 84,25% (tendo em conta que a taxa de abstenção foi de 15,75%) ficando, assim, registada como a maior taxa de participação da História, em termos de eleições presidenciais. Contudo, esta situação foi-se alterando ao longo dos anos e nos últimos dois onde se realizaram este tipo de eleições a taxa de abstenção ultrapassou os 50%: 2011 registou uma taxa de abstenção de 53,48% e 2016 apresenta uma taxa de 51,34%.

Com base na informação anteriormente apresentada, a diferença entre o ano com menor e maior taxa de abstenção é de 37,73pp e a diferença entre 1976 e 2016, portanto, em quarenta anos, é de 26,76pp.

Eleições Legislativas

Este tipo de eleições foi o que mais se verificou ao longo destes quarenta e quatro anos: tiveram lugar dezasseis eleições legislativas entre 1975 e 2019. A Figura 3 é relativa às taxas de abstenção nestas eleições e de onde serão retiradas as conclusões que se seguem.

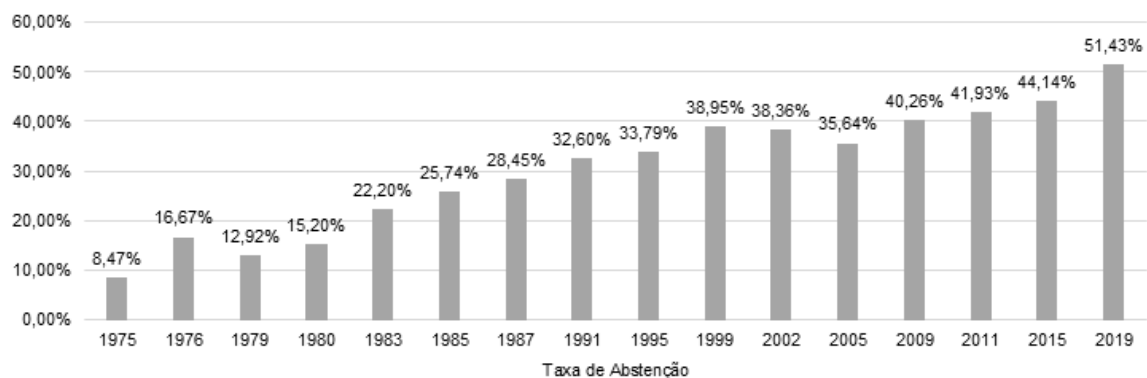


Figura 3: Taxa de abstenção nas eleições legislativas.
 Fonte: Adaptado do PORDATA.

As primeiras Legislativas, realizadas em 1975, apresentam uma taxa de abstenção de 8,47%, a taxa mais baixa da história das eleições. No ano seguinte (1976), em que também ocorreram estas eleições, a taxa de abstenção quase duplicou (16,67%).

Apesar do cenário positivo nos primeiros anos, a verdade é que os números mostram que ao longo do tempo a taxa de abstenção foi aumentando, atingindo uma taxa de 51,43% em 2019. As duas extremidades correspondem ao primeiro e último ano de eleições legislativas e a diferença entre eles é de 42,96pp sendo, também, a maior diferença verificada de entre todas as modalidades de eleições.

Eleições para o Parlamento Europeu

As eleições para o Parlamento Europeu realizaram-se, em Portugal, a partir de 1987, sempre de cinco em cinco anos, à exceção do período entre 1987 e 1989, cujo intervalo de tempo foi de dois anos. A Figura 4 apresenta os valores da taxa de abstenção das eleições europeias ao longo de oito anos.

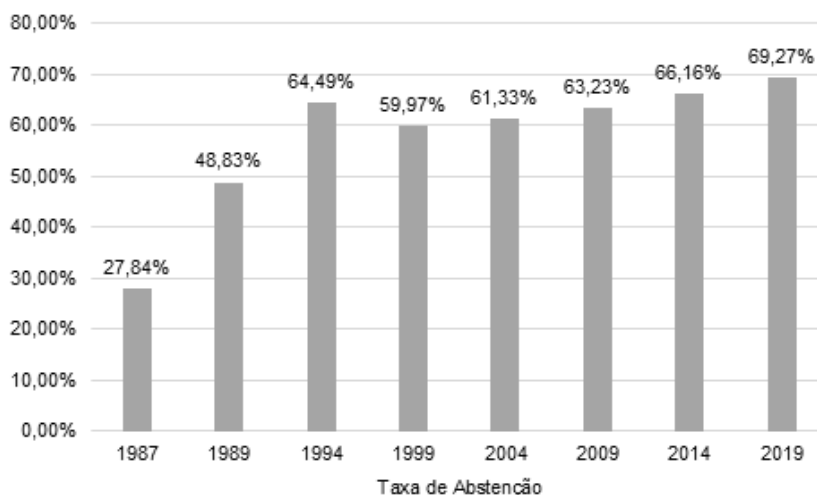


Figura 4: Taxa de abstenção nas eleições europeias.
 Fonte: Adaptado do PORDATA.

As eleições para o Parlamento Europeu, em Portugal, iniciaram com uma taxa de abstenção de 27,84%, tendo sido o ano em que, simultaneamente, se registou a menor taxa. Dois anos depois,

em 1989, esta taxa era já de quase metade da população apta para votar – 48,83%. Pelos dados obtidos, é possível verificar que as eleições europeias foram as que apresentaram níveis de abstenção maiores, alcançando, em 2019, quase 70% de taxa de abstenção (69,27%). A diferença entre o primeiro e último ano de eleições europeias, que são também o ano com menor e maior taxa de abstenção, respetivamente, registou um aumento de 41,43pp. Este tipo de eleições são, cumulativamente, as que apresentam valores mais estáveis de taxa de abstenção, comparativamente com as outras três. A partir de 1999 verificam-se pequenas diferenças de uns anos para os outros, porém, essas diferenças são sempre crescentes.

Conclusão

Face ao exposto na descrição dos gráficos anteriores, pode concluir-se que as eleições para o Parlamento Europeu são as que apresentam, numa visão geral, maiores taxas de abstenção – apenas nos dois primeiros anos estas eleições apresentaram taxas de abstenção inferiores a 50%, sendo que num desses anos a taxa foi bem próxima deste valor (48, 83%).

O gráfico das eleições Presidenciais é o que apresenta mais oscilações e a abstenção nas Legislativas e nas eleições para o Parlamento Europeu tem vindo sempre a aumentar nos últimos cinco anos que ocorreram.

O aumento da abstenção está, assim, evidenciado nos gráficos acima representados e descritos. Esta temática tem sido uma preocupação em Portugal, bem como na Europa em geral (Magalhães, 2001). Contudo, apesar de se ter tornado mais saliente e comentada nas últimas décadas, os esforços para a encarar não têm sido notórios (Cancela e Vicente, 2019). Neste sentido, com a pesquisa aplicada nesta dissertação pretende-se saber o grau de preocupação dos municípios relativamente a esta temática.

3. Caracterização da Administração Autárquica

3.1 Autarquia Local

A CRP (1976) define autarquias locais como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (artigo 235.º, n.º 2). Desta forma, a administração local autárquica corresponde à atividade desenvolvida pelas autarquias locais (Bilhim, 2004).

Tendo em conta esta definição, é possível aferir que as autarquias locais visam dar resposta à necessidade de garantir o cumprimento dos interesses de um conjunto específico de pessoas que reside, precisamente, na área territorial onde determinada autarquia atua (Freitas do Amaral, 2018).

Pelo facto de as autarquias locais serem pessoas coletivas territoriais, é possível afirmar que fazem parte da Administração Autónoma e não da Administração Estadual, ou seja, não estão diretamente dependentes do Estado. Desta forma, “têm suficientes garantias institucionais, não podendo auto extinguir-se nem estabelecer, entre si, acordos de fusão ou de incorporação” (C. Oliveira, 1996, p. 354; Silva, 2006). Desta afirmação importa extrair que as autarquias locais se constituem de baixo para cima, isto é, surgem a partir das populações residentes e não a partir do Estado. O agregado

populacional é, aliás, o elemento mais importante de uma autarquia local, porque é a razão de ser da mesma e a partir do qual se definem os interesses a serem prosseguidos (Freitas do Amaral, 2018).

As autarquias prosseguem determinadas atribuições¹⁴, segunda consta no Regime Jurídico das Autarquias Locais, que consistem na promoção e na salvaguarda dos interesses próprios das populações para as quais trabalham (artigo 2.º). Para a concretização destas atribuições, as autarquias são dotadas de um conjunto de competências¹⁵, legalmente previstas, exercidas pelos respetivos órgãos e que consistem em: consulta, planeamento, investimento, gestão, licenciamento e controlo prévio e fiscalização (artigo 3.º).

As autarquias dividem-se em dois tipos: municípios e juntas de freguesia. Este trabalho irá versar sobre o estudo dos municípios, pelo que será esta a modalidade que irá ser aprofundada no ponto seguinte.

3.2 Município

O município é a “autarquia local que visa a prossecução dos interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos por ela eleitos” (Freitas do Amaral, 2018). Por outras palavras, o município é a figura que, dentro das autarquias locais, atua a nível do concelho, sendo responsável pelo cumprimento dos interesses dos cidadãos residentes nesse concelho.

Segundo a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (2013) – Regime Jurídico das Autarquias Locais – os órgãos representativos do município são a assembleia municipal e a câmara municipal (artigo 5.º). A primeira corresponde ao órgão deliberativo do município, o órgão que toma as grandes decisões e define as linhas de orientação gerais pelas quais a entidade se deve seguir; a segunda representa o órgão executivo do mesmo, aquele que tem com função pôr em prática as decisões e orientações provenientes do órgão deliberativo, de acordo com a mesma Lei (artigo 6.º, n.º 1 e n.º 2) (*idem*, 2018). Ambos os órgãos são representativos porque, tal como o nome indica, representam a população local residente no território da autarquia.

Ainda de acordo com o mesmo diploma legal, os municípios atuam em diversos domínios: educação, transportes, comunicações, património, saúde, promoção do desenvolvimento, entre outros (artigo 23.º, n.º 2), tendo sempre como objetivo principal a prossecução do interesse público.

Tendo em consideração as atribuições e competências dos municípios e sabendo que são as entidades públicas que mais próximas estão da comunidade (*idem, ibidem*, 2018), será de esperar que sejam das mais indicadas para adotar medidas de atuação no campo das eleições. Está claro que este é um problema que carece do trabalho conjunto de diversas entidades a nível nacional e local e que os municípios, sozinhos, pouco podem fazer. Por este mesmo motivo é que se sugere a

¹⁴ As atribuições são os fins mediante os quais a administração pública trabalha, ou seja, os objetivos que pretende atingir (Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, 2015).

¹⁵ As competências são os poderes funcionais para que cada órgão de uma pessoa coletiva possa agir legitimamente na prossecução das suas respetivas atribuições (fins) (*ibidem*, 2015).

adoção de uma estratégia que envolva a colaboração de diferentes organismos públicos, com o objetivo de se encontrar uma solução eficaz para o problema.

4. Enquadramento e Delimitação do Estudo, Questões de Investigação e Metodologia

4.1 Enquadramento, Delimitação do Estudo e Questões de Investigação

O estudo empírico desenvolvido neste trabalho não assenta tanto na verificação de hipóteses da teoria que o suporta, mas sim na descoberta de outra(s) teoria(s) que complementem o enquadramento teórico (Creswell, 2014; Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, citado por Silva, 2006). Tal deve-se ao facto de que, pese embora existam vários trabalhos sobre a abstenção, não se encontrou um que relacionasse a abstenção com os municípios. Como tal, propusemo-nos a fazer este trabalho de investigação junto dos municípios portugueses. Nesta investigação existe, sim, um conjunto de hipóteses que foram testadas e cuja base surgiu da literatura, contudo, surgiram novas questões com as quais se formulou as hipóteses a testar. Desta forma apresenta-se, de seguida, o conjunto de hipóteses que se pretende confirmar ao longo deste trabalho:

- i. Os municípios estão preocupados.

- ii. Os municípios preocupados implementam medidas.
- iii. O WG ajuda os municípios a atuarem contra a abstenção.
- iv. Nos municípios onde se adota o modelo do WG os autarcas estão preocupados com a abstenção.
- v. Nos municípios onde se adota o modelo do WG são desenvolvidas medidas para diminuir a abstenção.

Tendo em conta a problemática apresentada na introdução, definiu-se a questão central de investigação:

Que iniciativas de gestão pública podem ser implementadas pelas autarquias locais – nomeadamente os municípios – para minimizar o problema da abstenção eleitoral?

4.1.1 Questões gerais

- O que caracteriza a abstenção (quais são as razões que a originam)?
- O que caracteriza a evolução da taxa de abstenção?
- O voto: um direito e/ou um dever?
- O WG é um modelo utilizado nos municípios?

4.2 Metodologia

4.2.1 Enquadramento

O conceito filosófico estrutural ou paradigma de investigação assumido é o Pós-positivismo, definido como determinismo provável ou, nas palavras de Creswell (2014, p. 7), “as causas (provavelmente) determinam o efeito”.

Assume-se, assim, um método de Pesquisa de Levantamento do qual devem emergir as hipóteses de investigação que nos possibilitam concretizar os objetivos propostos. Este é um tipo de pesquisa que se utiliza para obter dados relacionados com opiniões ou características de um determinado grupo de pessoas previamente selecionado sobre um problema em estudo (Medeiros, 2019) A análise empírica é fundamentada na metodologia de investigação qualitativa e/ou quantitativa. A revisão da literatura reveste um caráter de importância e constitui a base do desenvolvimento do tema central e respetiva investigação, contudo, como já foi referido, da investigação empírica podem surgir novas perspetivas, questões e soluções, pelo que a análise não deve estar restrita ao quadro teórico do tema (Almeida e Pinto, citado por Silva, 2006).

A partir da base de dados da Associação Nacional de Municípios Portugueses¹⁶ construiu-se uma amostra de todos os municípios do país. Na recolha de dados utilizou-se o inquérito por questionário,

¹⁶ Disponível em <https://www.anmp.pt/municipios/municipios/contactos/?cod=MUN>, acedido a 07-02-2020.

que será explicado no ponto 4.2.2.2 e, de forma complementar, técnicas de Análise de Bases Documentais (ponto 4.2.2.1) e de Triangulação de Dados (ponto 4.2.2.3).

O Design de Investigação que se propõe e que será desenvolvido de acordo com os princípios definidos por Creswell (2014) requer uma prévia reflexão teórica sobre as questões metodológicas que o fundamentam, mas tal não cabe no âmbito desta proposta. Nele descreve-se os métodos técnicos de investigação que se propõe sistematizar no Modelo Concetual de Investigação e as hipóteses de investigação anteriormente enunciadas.

Do ponto de vista metodológico, o Design de Investigação assenta nos três pilares definidos por Creswell (2014):

- O conceito filosófico que estrutura o raciocínio;
- O método de investigação enquanto processo de raciocínio que fundamenta a(s) questão(ões) estruturante(s) da investigação; e,
- A metodologia de investigação enquanto conjunto de procedimentos para a concretizar.

De acordo com o autor, a coerência do Design resulta da interligação dos três conceitos e do modo como estes se articulam com os objetivos da investigação (Figura 5).

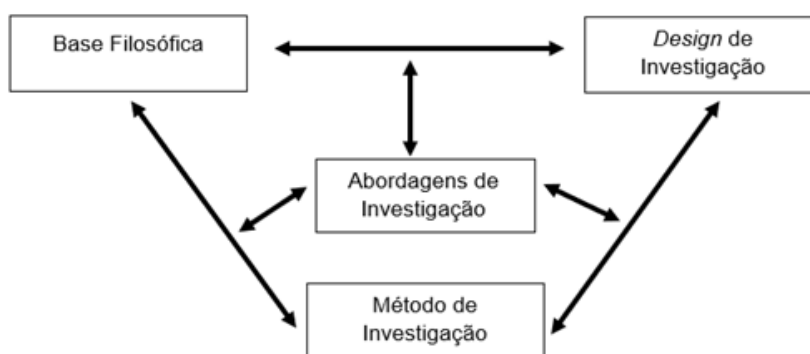


Figura 5: Modelo Concetual da Estrutura do Design de Investigação.
Fonte: Adaptado de Creswell (2014, p. 35).

4.2.2 As técnicas de recolha e análise de dados

4.2.2.1 Análise de bases documentais

A análise de bases documentais, ou análise documental, consiste em conhecer o trabalho de outros investigadores sobre um determinado assunto e a informação relevante que existe acerca de um determinado tema. Esta técnica “caracteriza-se por um processo dinâmico no sentido em que permite representar o conteúdo de um documento de uma forma diferente da original, gerando, assim, um novo documento” (Peña Vera e Pirela Morillo, 2007, p. 59).

A análise documental envolve a seleção e o tratamento do conteúdo existente em documentos para deles retirar interpretações e conclusões para a pesquisa em questão. O objetivo é que, com a informação encontrada, se produza informação original que acrescente algo de novo e que, posteriormente, outros investigadores possam utilizar (Carmo e Ferreira, 2015).

Neste trabalho em específico, a análise de bases documentais permitiu encontrar informação sobre a abstenção, os municípios e o WG, contudo, nenhuma que relacionasse estes três temas, nem os dois primeiros. Como tal, este trabalho não é uma continuidade de trabalhos anteriores, mas antes uma junção de temas com o objetivo de averiguar a eventual relação entre eles e, assim, contribuir com um estudo cujo tema central não tinha sido, ainda, discutido.

4.2.2.2 O inquérito por questionário

A técnica utilizada para a recolha de dados foi o inquérito por questionário, que é apresentada por Quivy e Campenhoudt (2008) como uma técnica de pesquisa rigorosa, metódica e organizada. Este método foi aplicado via online, através do envio de um link por e-mail a todos os municípios do país.

O inquérito por questionário, nomeadamente o online, apresenta vantagens como a poupança de recursos (p. ex: temporais, financeiros) (Oliveira *et al.*, 2016; Quivy e Campenhoudt, 2008), a possibilidade do anonimato das respostas, o facto de permitir atingir, simultaneamente, um elevado número de pessoas numa ampla área geográfica e a possibilidade de poder comparar os dados obtidos com outros questionários com um tema e/ou um público-alvo semelhantes (Kirakowski, 2000). Esta técnica de pesquisa apresenta, ainda, como vantagens uma maior uniformidade na avaliação dos dados e uma menor distorção das respostas, pois não há a presença do pesquisador, não existindo, assim, o fator pressão (Oliveira *et al.*, 2016). Por outro lado, o inquérito por questionário online apresenta algumas desvantagens: eventuais problemas técnicos que possam surgir durante o preenchimento do questionário (Strickland e Grabianowski, citado por Ferreira, 2011), baixa percentagem de respostas recebidas, ausência de resposta ou respostas tardias podem dificultar o desenvolvimento do pesquisador e o respondente pode não ser quem o investigador queria que fosse, podendo invalidar o questionário (Andrade, 2010). Ainda assim, tendo em conta as vantagens e as desvantagens, optou-se por escolher o inquérito por questionário e aplicá-lo via online, pelo facto de poder abranger a totalidade das Câmaras Municipais e posteriormente devido à situação da pandemia, que impossibilitou a deslocação presencial aos municípios.

O princípio inicial adotado quanto ao procedimento de aplicação do inquérito por questionário é que este seria empregue apenas uma vez para efeitos de obtenção de respostas. Todavia, considerando o baixo número de respostas recebidas (35) procedeu-se a uma segunda ronda na tentativa de obter mais dados para a investigação. Com a aplicação da segunda ronda obteve-se um total de 46 respostas e estabeleceu-se um prazo limite a partir do qual não se iria aceitar mais questionários para efeitos de análise dos dados.

O inquérito por questionário aplicado para a recolha de dados nesta dissertação é constituído por vinte e cinco perguntas fechadas, onde é fornecido um conjunto de opções de resposta de entre as quais o inquirido seleciona uma (Hill e Hill, 2012) e cinco perguntas de resposta aberta, em que o inquirido responde aquilo que quer, com as suas próprias palavras. As variáveis presentes neste questionário assumem a forma nominal – município e cargo – e ordinal, representada através da Escala de Likert (Guimarães, 2008; Likert, 1932; McCall, 2000). A escolha deste modelo prende-se com o facto de que é simples para a pessoa inquirida fornecer o seu grau de concordância

relativamente a uma afirmação, de acordo com F. J. Costa (citado por Júnior e F. J. Costa, 2014). Como o que se pretende com a pesquisa são, no geral, respostas claras e diretas, optou-se pela utilização desta escala.

O questionário está organizado em seis partes: o cabeçalho, onde consta a identificação do respondente, neste caso: município, nome (opcional) e cargo da pessoa que preenche o questionário; perguntas do Grupo 1, relativas à Abstenção; perguntas do Grupo 2, relativas ao Voto; perguntas do Grupo 3, acerca das possíveis ações para diminuir a abstenção; perguntas do Grupo 4, sobre o WG; perguntas de resposta aberta (cinco, no total) e comentários a tecer pelo respondente (opcional).

4.2.2.3 Triangulação de dados

A triangulação de dados, no âmbito da investigação, tem como objetivo principal reforçar o significado das conclusões obtidas pelo investigador na sua pesquisa (Zappellini e Feuerschütte, 2015). Segundo Denzin e Lincoln (citado por Zappellini e Feuerschütte, 2015), a triangulação é um combinação de diferentes metodologias para analisar o mesmo objeto, de forma a consolidar e validar a pesquisa. Foi por estas razões que se optou por usar esta técnica de recolha de dados para complementar a pesquisa. Esta técnica foi utilizada para verificar as respostas obtidas no âmbito das afirmações relacionadas com o WG. Após verificar os municípios que apresentaram opinião favorável à afirmação *O WG é um modelo utilizado neste Município* ou que apresentaram exemplos práticos da aplicação deste modelo, procedeu-se por triangulação à validação da veracidade das respostas obtidas. Para atingir este objetivo foi feita uma pesquisa às páginas e documentos oficiais disponíveis destes municípios, na tentativa de encontrar evidências que confirmassem que, de facto, o município implementa modelos de WG. No ponto 5.1.6 serão apresentados os resultados encontrados.

4.2.3 Caracterização da amostra

Tendo em conta o tema geral desta dissertação, a questão central de investigação, as hipóteses de investigação e os objetivos a atingir, pareceu pertinente que este estudo versasse sobre as autarquias locais municipais. Além de ser uma das figuras que mais próxima está dos cidadãos (Freitas do Amaral, 2018), é a que tem a possibilidade de tomar medidas mais imediatas sobre os mesmos, nos mais diversos âmbitos. A prova de que as autarquias locais desempenham um trabalho crucial para os munícipes é, aliás, comprovada pelos mesmos. Através de uma sondagem realizada pela empresa de estudos de mercado *Pitagórica*¹⁷, a pedido da ANMP, apurou-se que 92% dos portugueses admite que as autarquias são importantes para o bem-estar das populações. A opinião dos inquiridos é positiva relativamente à importância das autarquias e dos autarcas para o bom funcionamento de um município, sendo que a maioria está satisfeita com o trabalho desempenhado pelos Presidentes de Câmara, assim como pelos restantes colaboradores. Isto

¹⁷ *Notícias de Coimbra*, disponível em <https://www.noticiasdecoimbra.pt/municipios-levam-ao-congresso-de-vila-real-estudo-com-opiniao-positiva-sobre-autarquias/>, consultado a 12-08-2020.

prova que a decisão de escolher como objeto de estudo as autarquias locais foi uma escolha assertiva e com relevância.

A amostra é composta pelos 308 municípios portugueses, que coincide com a população teórica (Maroco, 2007), acontecimento já verificado noutros estudos (Ferreira, 2011; Kearns *et al.*, citado por Ferreira, 2011).

5. Apresentação, Análise Descritiva e Discussão dos Resultados

5.1 Análise Descritiva e Estatística Descritiva dos Dados

Neste capítulo será feita a descrição dos dados obtidos no inquérito por questionário, em forma de gráficos circulares, o que facilita a leitura e interpretação dos mesmos (Arteaga, 2011), sendo um gráfico adequado para a representação de variáveis nominais (Martins, 2011). Em simultâneo, e por forma a complementar a análise descritiva, será feita também a estatística descritiva dos resultados obtidos no questionário e cuja tabela se encontra no Anexo A. Em aberto esteve, ainda, a possibilidade de comparar os dados deste questionário com um outro de teor semelhante, mas tal não sucedeu porque não foram encontrados questionários com temas similares.

Na recolha de dados foram questionados 308 municípios, dos quais 46 responderam, o que corresponde a 14,9% da amostra. Comparou-se esta taxa de resposta com as de outros questionários aplicados a municípios. O primeiro questionário realizado no âmbito de um estudo empírico nos municípios portugueses, em janeiro de 2011, com o tema *Uso e Utilidade da Contabilidade de Custos para a Gestão Autárquica*, obteve uma taxa de resposta de 37%. O

segundo questionário, com o tema relacionado com sistemas de informação¹⁸, realizado, igualmente, no âmbito de uma dissertação de mestrado em outubro de 2011¹⁹, obteve uma taxa de resposta de 61%. Estes resultados demonstram, à partida, que existe maior interesse por parte dos municípios em temas relacionados com a contabilidade de custos e com sistemas de informação do que, neste caso, com a abstenção.

Como o resultado foi inesperado, pois expectava-se uma maior preocupação com a abstenção em Portugal (Magalhães, 2001), o questionário foi reenviado para os municípios que não responderam, para perceber se existia algum motivo que impediu as respostas no primeiro envio. Tal como referido anteriormente, com a segunda ronda de aplicação dos questionários obteve-se mais onze respostas, perfazendo um total de 46 respostas. Os questionários foram enviados, a primeira vez, em julho de 2020. Talvez se tivessem sido enviados noutra altura a adesão teria sido maior, mas nós não tínhamos como prever tal acontecimento nem qual seria a melhor altura para o fazer.

De seguida serão descritos os resultados obtidos com o a aplicação do inquérito por questionário, bem como as conclusões retiradas da análise estatística²⁰.

5.1.1 Análise demográfica dos respondentes

A parte inicial do questionário, antes da aplicação das questões, pretendia saber qual o município que estava a responder e o cargo da pessoa que respondeu, efetivamente, ao questionário. Estes dois dados demográficos serão analisados na Figura 6 – onde os dados foram agrupados por região, com base na NUTS II²¹ (Instituto Nacional de Estatística (INE), 2015) – e na Figura 7, respetivamente.

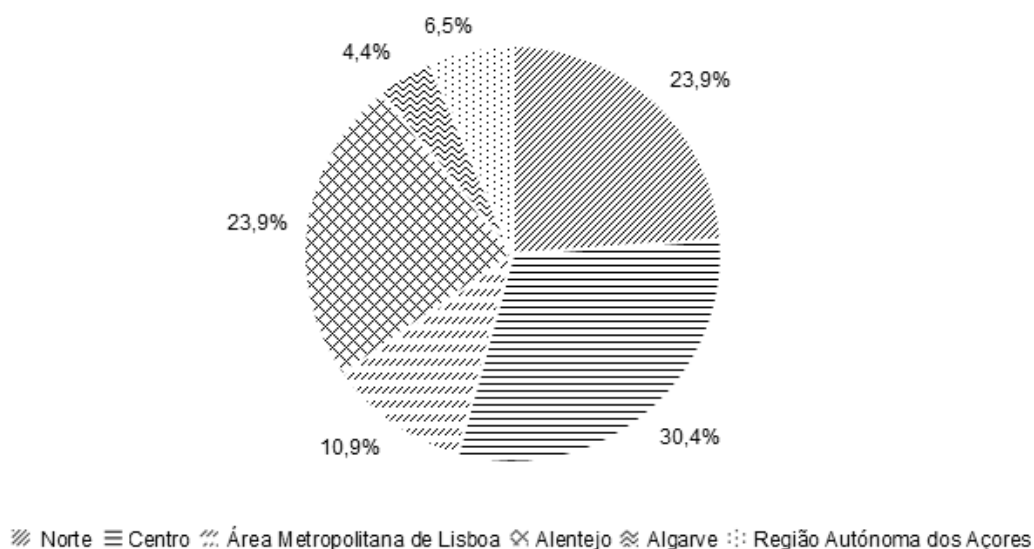


Figura 6: Percentagem de respostas por região.
Fonte: Elaboração própria.

¹⁸Dissertação de Mestrado com o tema *Caracterização das iniciativas de e-participação nas autarquias portuguesas* (2011).

¹⁹O facto de a data de ambos os questionários ser a mesma (2011) é mera coincidência.

²⁰A tabela com os dados da estatística descritiva consta no Anexo A.

²¹ NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

Dos 46 municípios que responderam, a Região Centro lidera, com o maior número de municípios a preencher o questionário – 30,4%. De seguida vem a Região Norte e a Região do Alentejo, ambas com 23,9% das respostas. Em terceiro lugar está a Área Metropolitana de Lisboa, que conta com 10,9% das respostas. Com menos respostas vem a Região Autónoma dos Açores, que perfaz um total de 6,5% de respostas dadas. Por fim, vem a Região do Algarve, que conta com o menor número de autarquias que responderam (4,4%). A Região Autónoma da Madeira não conta com nenhum município que tenha respondido ao questionário.

Uma das indicações do questionário era que o mesmo fosse preenchido por um membro do Executivo da Câmara Municipal, de modo as que as respostas fossem válidas. Através da análise da Figura 7 serão apresentadas as respetivas conclusões.

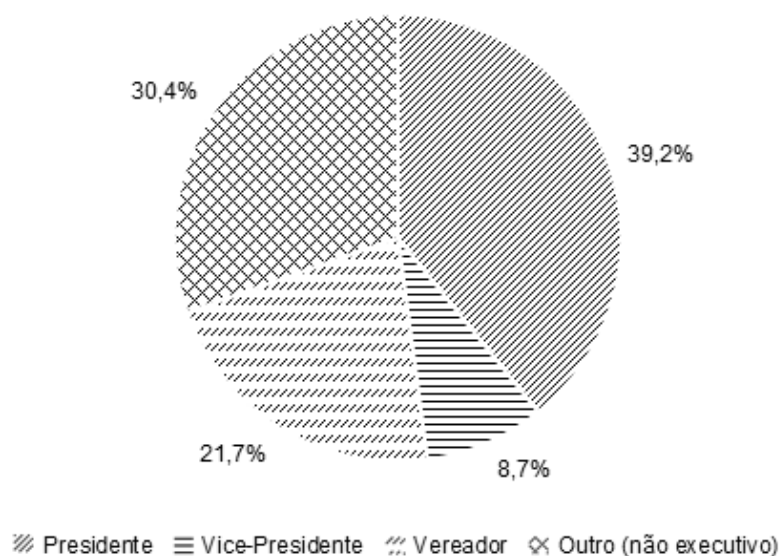


Figura 7: Cargo.
Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a análise da figura, é possível perceber que a maioria dos questionários foi, efetivamente, preenchido por um membro do Executivo – correspondente a 69,6% das respostas. As respostas por membros do Executivo incluem elementos de todos os cargos (Presidente, Vice-Presidente e Vereador), sendo que a maioria das respostas foi dada por um Presidente (39,2%).

Apesar de tudo, existem também respostas dadas por adjuntos, chefes de divisão, técnicos, entre outros cargos, que corresponde a um total de 30,4% da amostra. Apesar de uma percentagem dos questionários não ter sido preenchida por um membro do Executivo, optou-se por aceitar as respostas e contabilizá-las para efeitos de análise dos dados, pois não se sabe até que ponto a pessoa que o preencheu não obteve as informações através de um membro do Executivo.

5.1.2 Análise da abstenção

Neste ponto, serão descritas as respostas dadas pelos inquiridos relativamente às suas perceções quanto aos motivos da abstenção, que correspondem ao Grupo 1 das perguntas fechadas do questionário.

Questão: *A abstenção é um problema.*

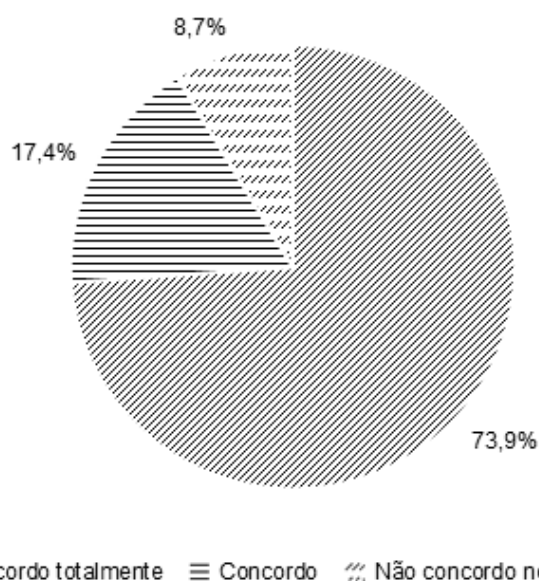


Figura 8: Percepção relativamente ao facto da abstenção ser, ou não, um problema.
 Fonte: Elaboração própria.

Para a afirmação *A abstenção é um problema*, a maioria está de acordo (entre os que concordam totalmente e os que concordam), representando 91,3% das respostas. A maioria (73,9%) concorda totalmente com esta afirmação e não há ninguém que discorde. Existe, ainda assim, 8,7% que demonstra opinião neutra relativamente a esta afirmação. Estes resultados vão de encontro à informação de autores como Freire (2000) e Mattiazzi (2011), que nos seus trabalhos assumiram que a abstenção é um problema.

Do ponto de vista estatístico, a questão apresenta um mínimo de 3 e um máximo de 5, o que significa que ninguém discorda do facto da abstenção ser um problema, existindo, ainda assim, respostas neutras. A média (4,65) está mais próxima de 5 – *Concordo totalmente* e apresenta um erro desvio de 0,640, pelo que as respostas se encontram próximas da média, demonstrando, assim, o quanto os inquiridos assumem que a abstenção é um problema.

Questão: A abstenção é um problema que me preocupa.

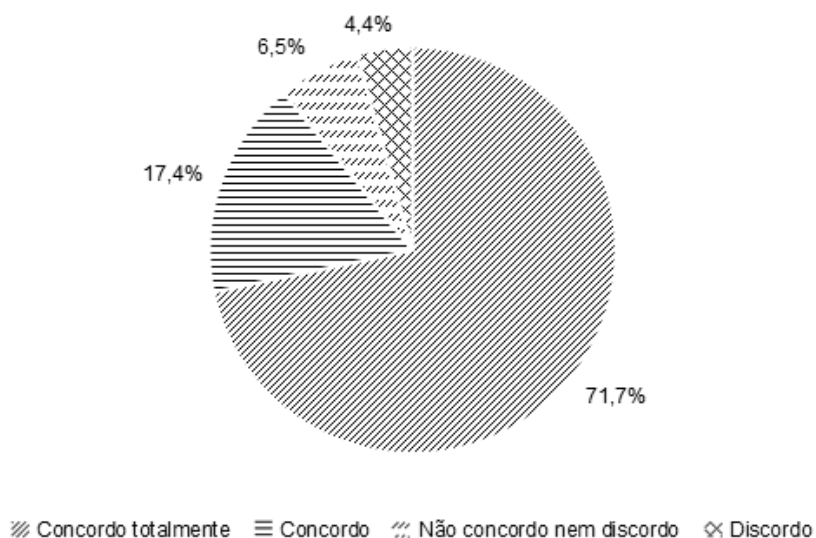


Figura 9: Percepção relativamente ao facto da abstenção ser, ou não, um problema que preocupa o inquirido.
 Fonte: Elaboração própria.

Para esta questão, um total de 89,1% dos inquiridos apresenta opinião favorável, sendo que 71,7% concorda totalmente. Esta preocupação é demonstrada num artigo de Magalhães (2001), conforme já foi mencionado anteriormente na revisão da literatura associada a este tema.

Existe uma parte dos respondentes que são indiferentes a esta afirmação (6,5%) e, ainda, 4,4% que discorda.

Ao nível estatístico, a afirmação apresenta um mínimo de 2 e um máximo de 5, o que significa que existem inquiridos que não estão preocupados com a abstenção e, por outro lado, outros que demonstram bastante preocupação. Apesar de haver respostas negativas, a média é de 4,57 com um erro desvio de 0,807, pelo que dentro da amostra existe, de facto, preocupação com a abstenção.

A questão em análise constitui uma das hipóteses desta investigação definida inicialmente – *Os municípios estão preocupados* – cujos resultados do teste se encontram na Tabela 3 do Anexo B.

Questão: A abstenção é um problema com solução.

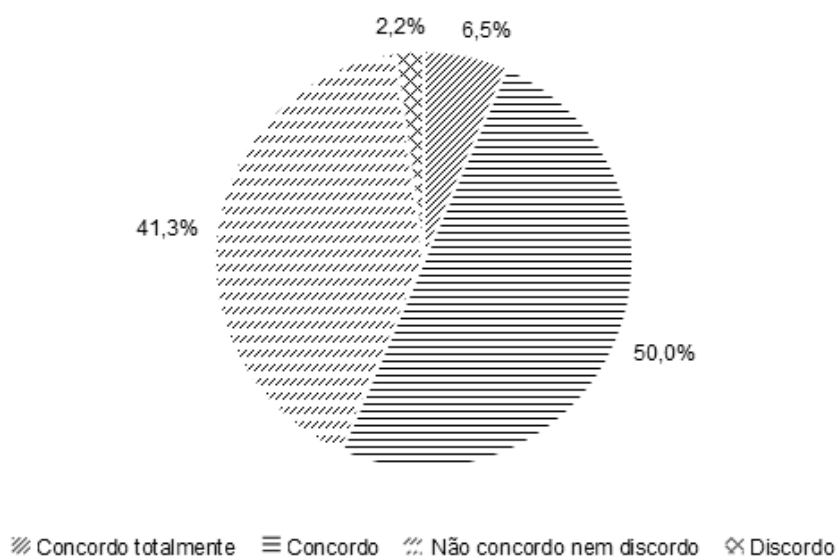


Figura 10: Percepção relativamente ao facto da abstenção ser, ou não, um problema com solução.
Fonte: Elaboração própria.

Mais de metade dos inquiridos tem como opinião que a abstenção é um problema com solução (56,5%). 41,3% apresentam opinião neutra e apenas 2,2% discordam da afirmação. Apesar destes resultados, a literatura é homogénea relativamente ao facto da abstenção ser um problema que tem vindo cada vez mais a aumentar e não são apontadas possibilidades de o solucionar, mas sim medidas que a podem mitigar. Apenas uma possível solução que é várias vezes mencionada é o voto obrigatório, que nos países onde é aplicado aumenta a taxa de participação (Relatório Geral sobre a atividade da União Europeia, 2018).

A questão apresenta um mínimo de 2 e um máximo de 5, com uma média de 3,61 e um erro desvio 0,649. Tendo em conta os valores, pode assumir-se que os inquiridos, em média, concordam com o facto da abstenção ser um problema com solução.

Questão: *A abstenção explica-se pela falta de interesse dos eleitores.*

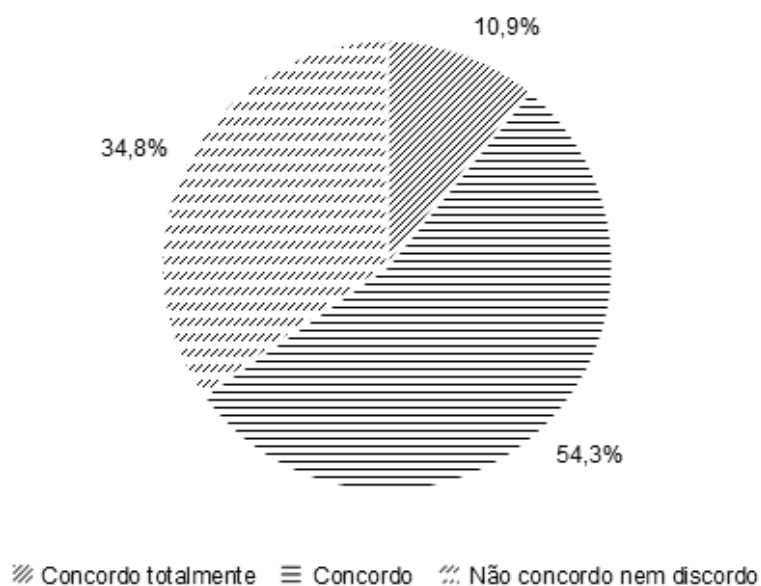


Figura 11: Percepção relativamente ao facto da abstenção se explicar, ou não, pela falta de interesse dos eleitores.

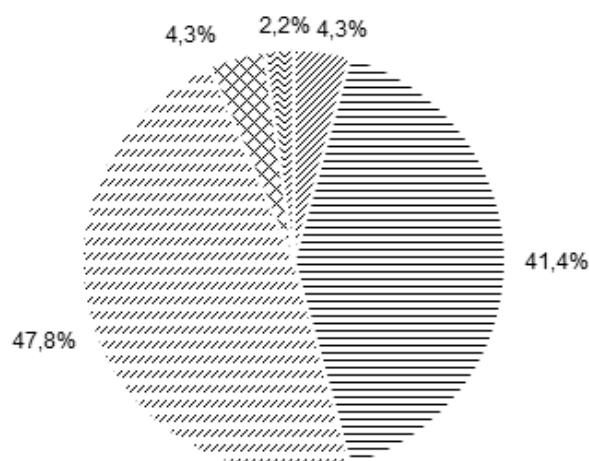
Fonte: Elaboração própria.

A questão *A abstenção explica-se pela falta de interesse dos eleitores* conta com mais de metade de respostas favoráveis (65,2%), o que pode ir de encontro ao facto de existir uma fatia de eleitores com níveis baixos de cultura política (Feddersen e Pesendorfer, 1996, 1999; Gomes, 2005; Menezes, Pereira e Hedtke, 2016; Soares, 2004)²². A opinião neutra perfaz um total de 34,8% de respostas e não há ninguém que discorde.

A afirmação apresenta, em média, uma resposta de concordância ($\bar{X}=3,76$) com um erro desvio de 0,639. Não há ninguém que discorde, apresentando um mínimo de 3 e um máximo de 5.

²² Os dados do Inquérito Social Europeu, reportado ao período 2002-2014, indicam que os portugueses são, entre os europeus, os que menos interesse revelam pela política (38,4%) (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2017).

Questão: A abstenção explica-se pela falta de confiança nos políticos.



/// Concordo totalmente ≡ Concordo // Não concordo nem discordo ✕ Discordo ✎ Discordo totalmente

Figura 12: Percepção relativamente ao facto da abstenção se dever, ou não, à falta de confiança nos políticos. Fonte: Elaboração própria.

Na afirmação *A abstenção explica-se pela falta de confiança nos políticos*, 45,7% dos municípios apresenta opinião favorável. Uma parte maior apresenta opinião neutra, correspondendo a 47,8% das respostas e um total de 6,5% não está de acordo.

De acordo com Delicado *et al.* (2015), numa das suas publicações na revista *Portugal Social em Mudança*, os portugueses demonstram desconfiança em todos os inquiridos europeus em que o tema é a confiança, seja a nível pessoal ou institucional. Ainda de acordo com esta publicação e com a *European Social Survey*, a média da confiança na política e nos políticos em 2012, em Portugal, estava entre 1,8 e 2,8, pertencendo ao grupo de países da Europa onde os níveis de confiança são mais baixos.

O resultado destes dados vai também de encontro ao referido por Silva e Silva (2017) mas aplicado ao contexto brasileiro. Na sua publicação, os autores referem que o voto tem sido banalizado e tal pode dever-se à descrença nos políticos.

A afirmação apresenta os extremos da escala como mínimo e máximo, pelo que a questão dividiu opiniões. A média é de 3,41 pelo que, com um erro desvio de 0,748, não é possível afirmar que os inquiridos concordem ou discordem com o facto da abstenção se explicar pela falta de confiança nos políticos.

Questão: *A abstenção explica-se pela falta de entendimento da importância do voto.*

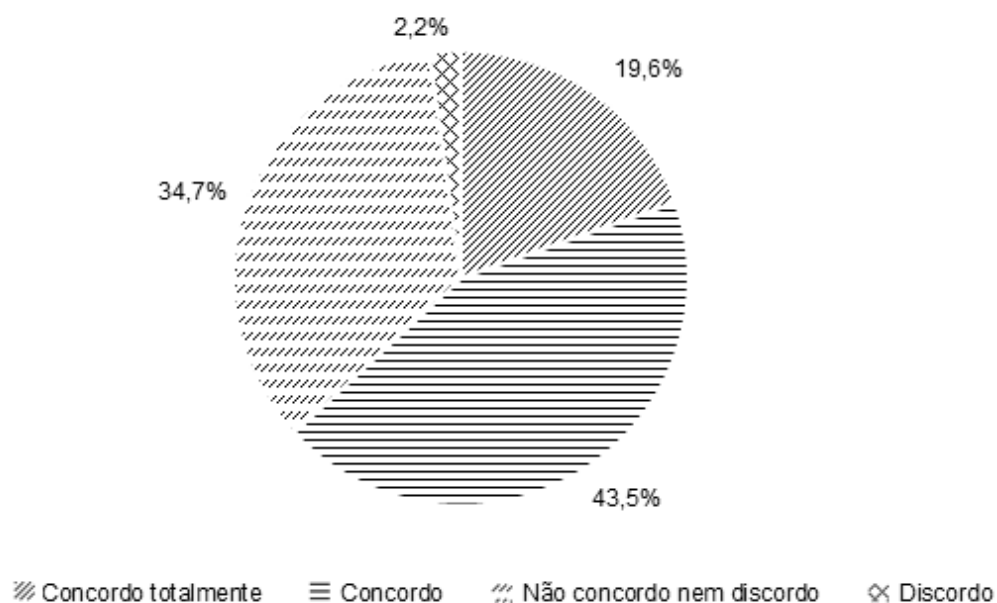


Figura 13: Percepção relativamente ao facto da abstenção se explicar, ou não, pela falta de entendimento da importância do voto.

Fonte: Elaboração própria.

Existe uma parte considerável de inquiridos que concorda com o facto da abstenção se explicar pela falta de entendimento da importância do voto – 63,1%. Uma parte não concorda nem discorda da afirmação (34,7%) e uma pequena percentagem (2,2%) discorda.

A afirmação conta com um mínimo de 2 e um máximo de 5. A média, de 3,80, demonstra que os inquiridos estão de acordo com o facto da abstenção se explicar devido à falta de entendimento da importância do voto, com um erro desvio de 0,778.

Questão: A abstenção explica-se enquanto forma de protesto.

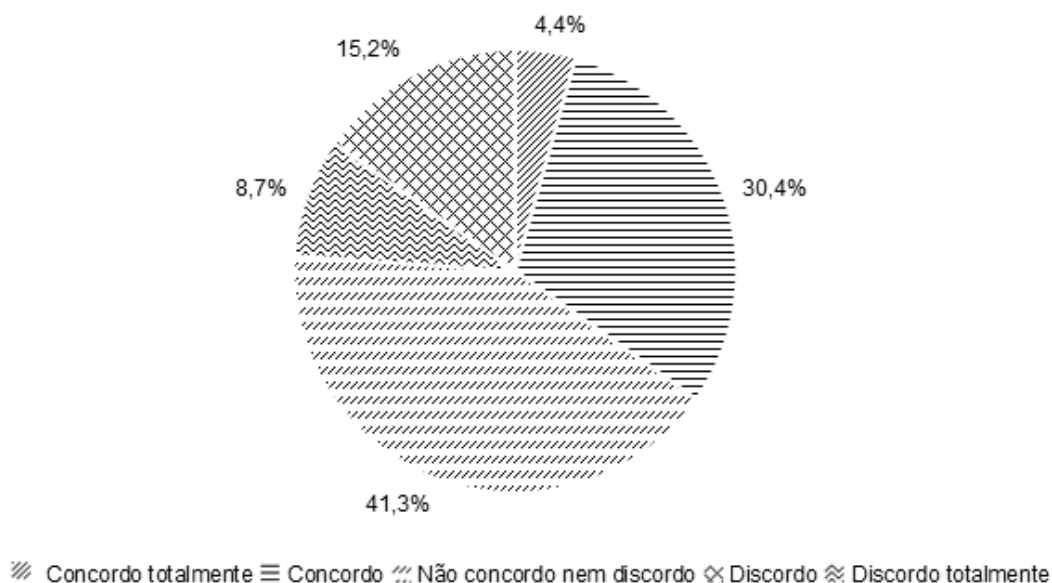
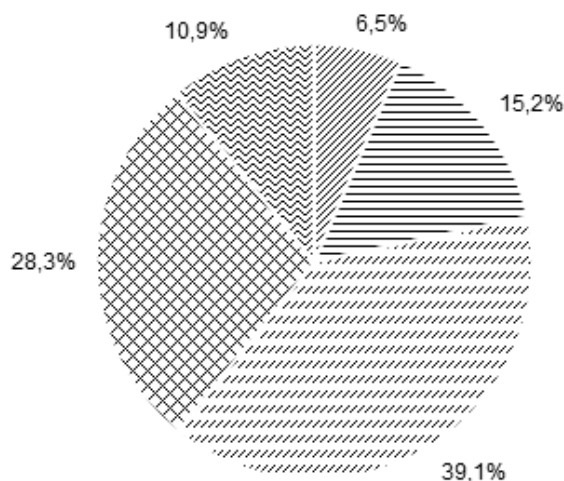


Figura 14: Percepção relativamente ao facto da abstenção se explicar, ou não, enquanto forma de protesto.
 Fonte: Elaboração própria.

A questão relativa ao entendimento da abstenção enquanto forma de protesto apresenta opiniões diversas. A percentagem de inquiridos que apresenta opinião favorável relativamente a esta afirmação corresponde a um total de 34,8%. Na investigação de Carvalho (2017) é referido que a abstenção sob a forma de protesto é algo presente nas democracias europeias e que tal pode ser explicado pela falta de identificação com os partidos (Subileau e Toinet, citado por Carvalho, 2017). De seguida, a opinião neutra, que corresponde a 41,3% das respostas. Os que apresentam opinião desfavorável representam 23,9% dos inquiridos.

A afirmação apresenta um mínimo de 1 e um máximo de 5. A média, de precisamente 3,00 e com um erro desvio de 1,095, não permite afirmar que os indivíduos concordam ou discordam com o facto da abstenção se explicar enquanto forma de protesto, sendo a média da sua opinião, precisamente, neutra.

Questão: *A abstenção explica-se enquanto forma de participação política.*



/// Concordo totalmente ≡ Concordo ::/ Não concordo nem discordo ✕ Discordo ⌘ Discordo totalmente

Figura 15: Percepção relativamente ao facto da abstenção se explicar, ou não, enquanto forma de participação política.

Fonte: Elaboração própria.

À afirmação *A abstenção explica-se enquanto forma de participação política*, a totalidade dos inquiridos que discorda corresponde 39,2%, enquanto que a globalidade das respostas favoráveis perfaz um total de 21,7%. A opinião neutra corresponde a 39,1% das respostas.

A afirmação, à semelhança da anterior, apresenta um mínimo de 1 um máximo de 5. Em média, os inquiridos têm opinião neutra ($\bar{X}=2,78$), com um erro desvio de 1,052.

5.1.3 Análise do voto

As questões relativas ao voto correspondem ao Grupo 2 do questionário e a análise descritiva das respostas será feita neste subcapítulo.

Questão: Os votos nulos e os votos em branco devem ser entendidos como abstenção.

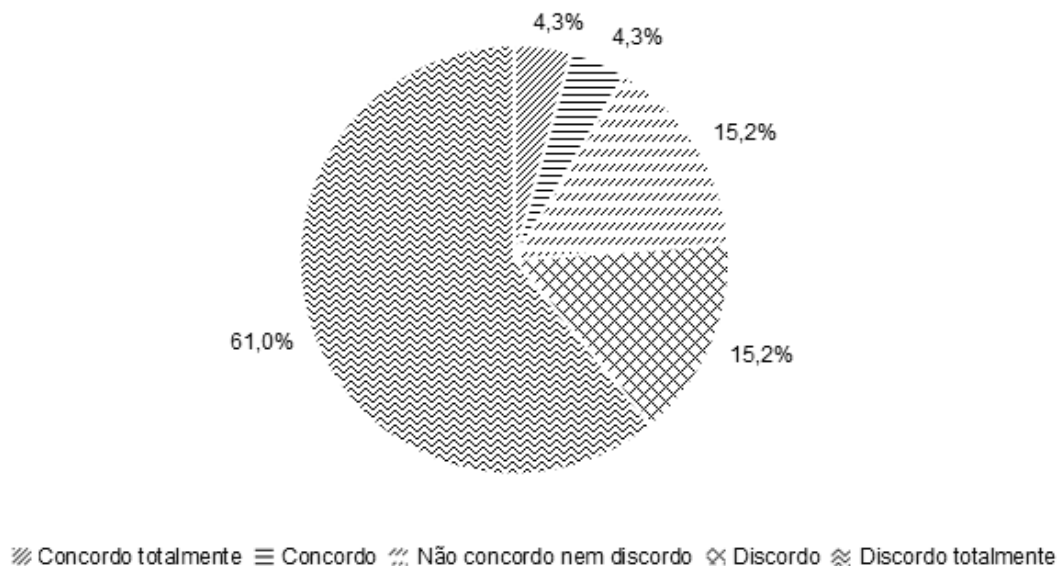


Figura 16: Entendimento dos votos nulos e dos votos em branco como abstenção.

Fonte: Elaboração própria.

Esta questão suscitou uma variedade de respostas. O total de inquiridos que está de acordo corresponde a 8,6%. Por outro lado, a totalidade dos que estão em desacordo é de 76,2%, uma diferença considerável relativamente à opinião favorável. 15,2% das respostas são neutras. Portanto, neste caso, os respondentes que estão a favor correspondem à minoria. De acordo com o estudado no artigo de Novaes Ramos (2009), os votos em branco, os votos nulos e a abstenção são agrupados na mesma categoria – a do alheamento eleitoral. Ainda que não seja o mesmo que dizer que os votos nulos e os votos em branco devem ser entendidos como abstenção, é possível assumir que os mesmos podem ser equiparados à abstenção.

O mínimo da afirmação é de 1 e o máximo é de 5. Em média, os inquiridos não estão de acordo com a afirmação ($\bar{X}=1,76$), ou seja, não concordam que os votos nulos e os votos em branco devam ser entendidos como abstenção (erro desvio de 1,139).

Questão: O voto deve ser obrigatório.

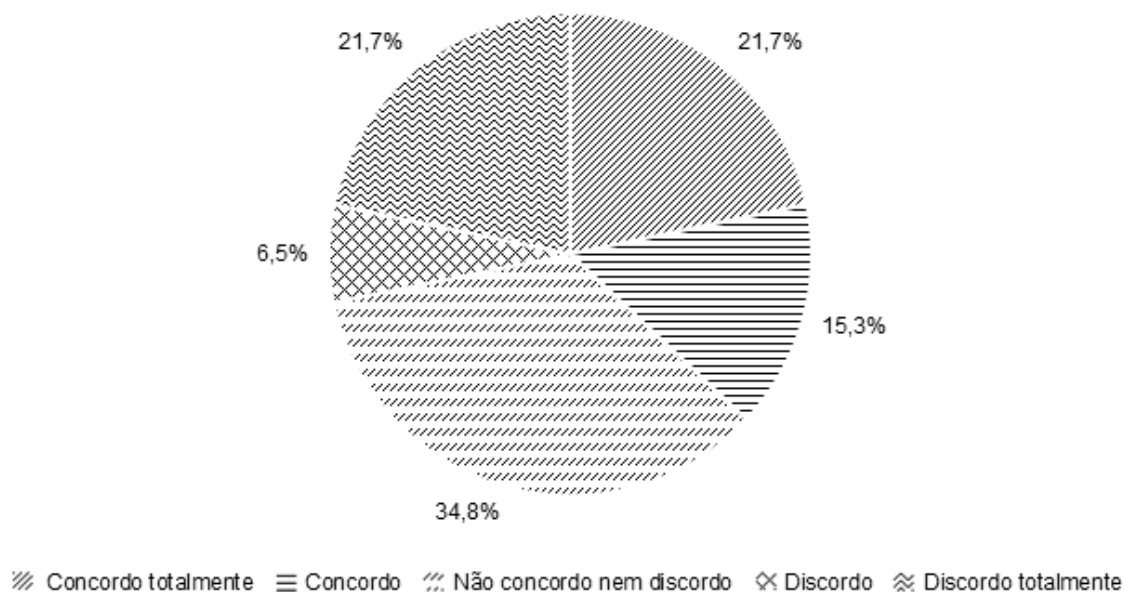


Figura 17: Obrigatoriedade do voto.
 Fonte: Elaboração própria.

A afirmação relativa à obrigatoriedade do voto divide opiniões: a opinião que mais representatividade tem é a favorável, com um total de 37%. A opinião neutra apresenta uma taxa de 34,8% de respostas e a desfavorável exibe um total de 28,2% de respostas. Não existe, assim, uma maioria, o que prova que, de facto, este é um tema que divide muitas opiniões (Lacroix, 2007; Lever, 2008; Sheppard, 2015; Volacu, 2019).

Esta afirmação apresenta um mínimo de 1 e um máximo de 5, pelo que existem inquiridos que discordam totalmente desta afirmação e há quem esteja totalmente de acordo. A média é de 3,09 pelo que, com um erro desvio de 1,411, não é possível afirmar que haja uma maioria de acordo ou de desacordo com a obrigatoriedade do voto.

Questão: *O voto obrigatório não pode ser defendido em base democráticas.*

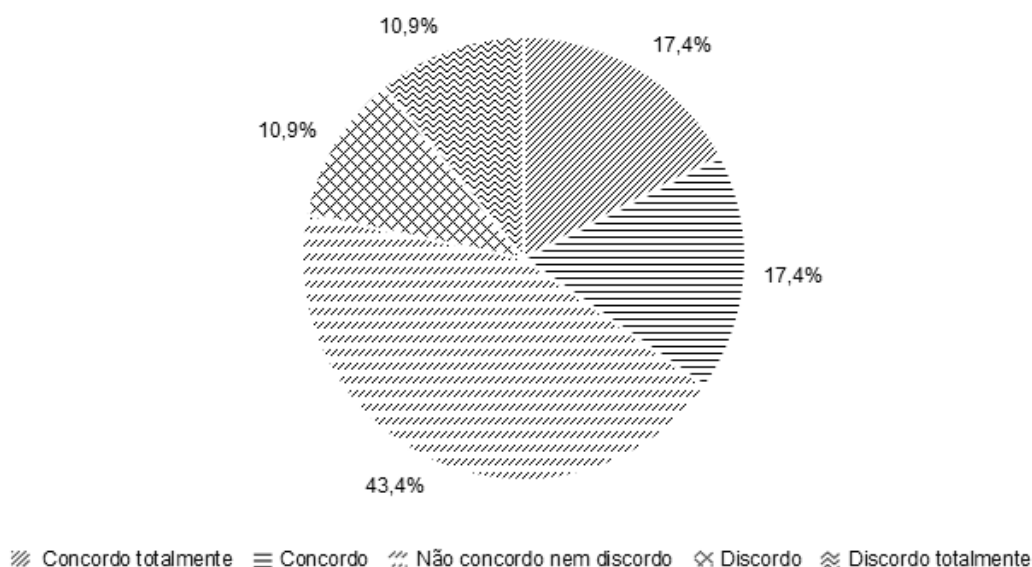


Figura 18: Voto obrigatório do ponto de vista democrático.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 18, a afirmação *O voto obrigatório não pode ser defendido em bases democráticas* apresenta um total de 34,8% de respostas de concordância, entre os que concordam e os que concordam totalmente. A opinião neutra perfaz 43,4% das respostas e os inquiridos que não estão de acordo correspondem a 21,8%, no total.

Na literatura foram encontrados autores que defendem e outros que são contra esta assunção. Lacroix (2007) defende que o voto obrigatório pode ser defendido de um ponto de vista liberal, enquanto que para Lever (2008) e Volacu (2019) tal não é possível, pois existe incompatibilidade entre a obrigatoriedade do voto e a democracia.

Esta afirmação, relacionada com a anterior, apresenta, igualmente, um mínimo de 1 e um máximo de 5. A média, de 3,20, não permite afirmar que os inquiridos concordam ou discordam da afirmação (com um erro desvio de 1,185).

Questão: *O voto na área de residência aumenta a participação eleitoral.*

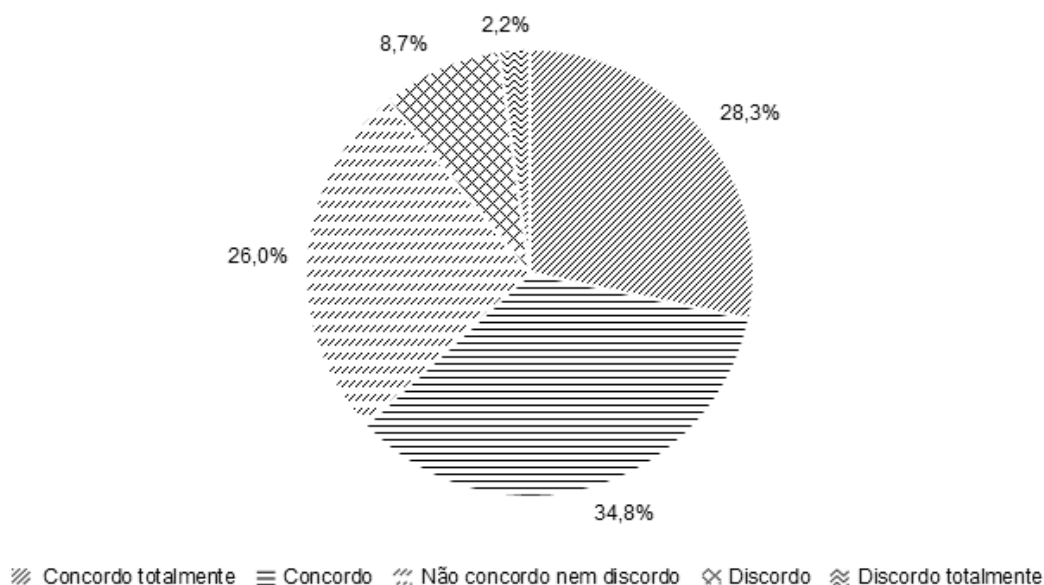


Figura 19: Voto na área de residência.
 Fonte: Elaboração própria.

A afirmação *O voto na área de residência aumenta a participação eleitoral* apresenta um total de 63,1% de respostas a favor, entre os que concordam e os que concordam totalmente (Figura 19). A opção neutra perfaz 26% das respostas e um total de 10,9% discorda (8,7% discorda e 2,2% discorda totalmente).

A afirmação apresenta os extremos da Escala de Likert como mínimo e como máximo. Tendo em conta a média – 3,78 – é possível afirmar que os inquiridos concordam com o facto de que o voto na área de residência aumenta a participação eleitoral (com um erro desvio de 1,031).

Questão: *O voto eletrónico aumenta a participação eleitoral.*

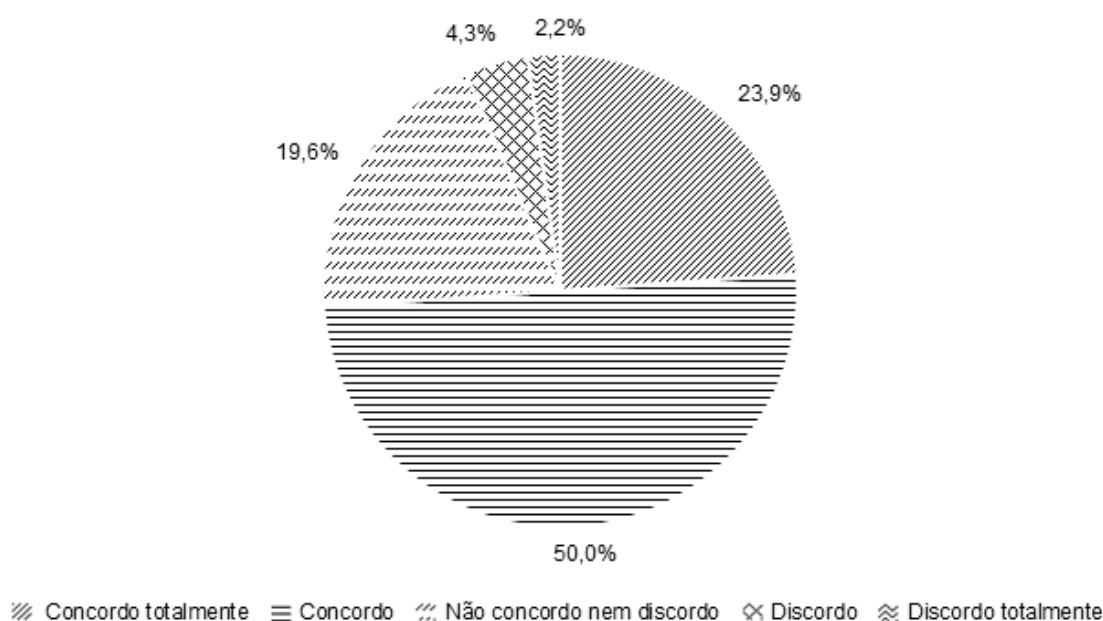


Figura 20: Voto eletrónico.
 Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 20, 73,9% dos inquiridos são da opinião que o voto eletrónico aumenta a participação eleitoral. Apenas 6,5%, no total, discorda e ainda uma parte não concorda nem discorda (19,6%).

Segundo Solvak e Vassil, citado por Cancela e Vicente (2019), existem exemplos de países onde a participação eleitoral aumentou e isso pode dever-se à aplicação do voto eletrónico.

Uma vez mais, verifica-se um mínimo de 1 e um máximo de 5. Em média ($\bar{X}=3,89$) pode afirmar-se que os inquiridos estão de acordo com o facto de o voto eletrónico aumentar a participação eleitoral (erro desvio de 0,900).

Questão: O voto antecipado aumenta a participação eleitoral.

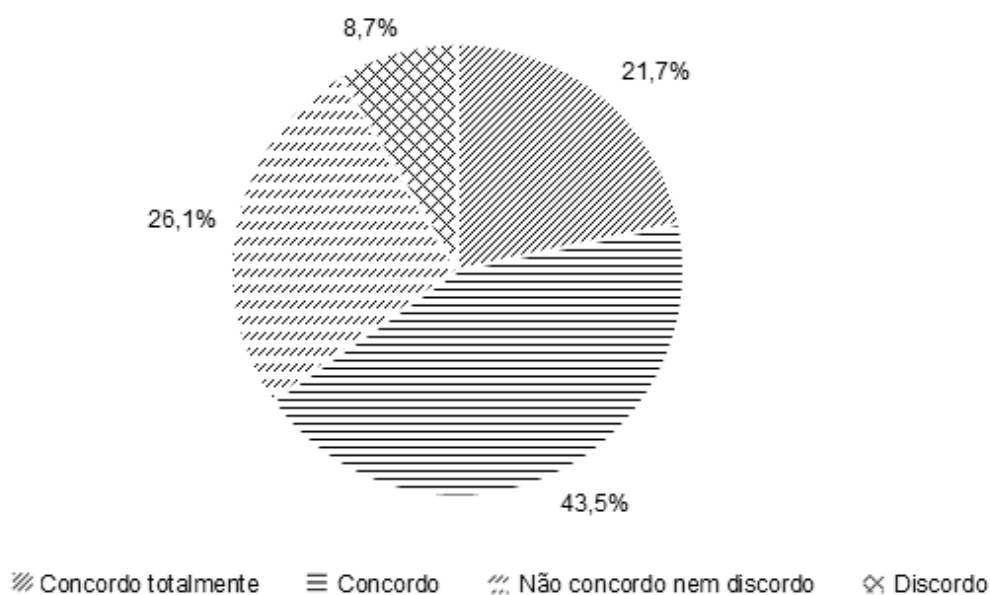


Figura 21: Voto antecipado.
Fonte: Elaboração própria.

O voto antecipado como medida de aumento da participação eleitoral apresenta um total de 65,2% de inquiridos a favor, ideia também já assumida por Finseraas e Vernby, citado por Cancela e Vicente (2019). 8,7% discorda desta afirmação e 26,1% não tem opinião formada.

A questão apresenta um mínimo de 2 e um máximo de 5. Com uma média de 3,78 e um erro desvio de 0,892, pode afirmar-se que os inquiridos concordam que o voto antecipado aumenta a participação eleitoral.

5.1.4 Análise das ações para contrariar a abstenção

No ponto que se inicia, irá ser apresentada a análise descritiva das respostas relativas à competência e responsabilidade de entidades para contrariar a abstenção.

Questão: A União Europeia deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.

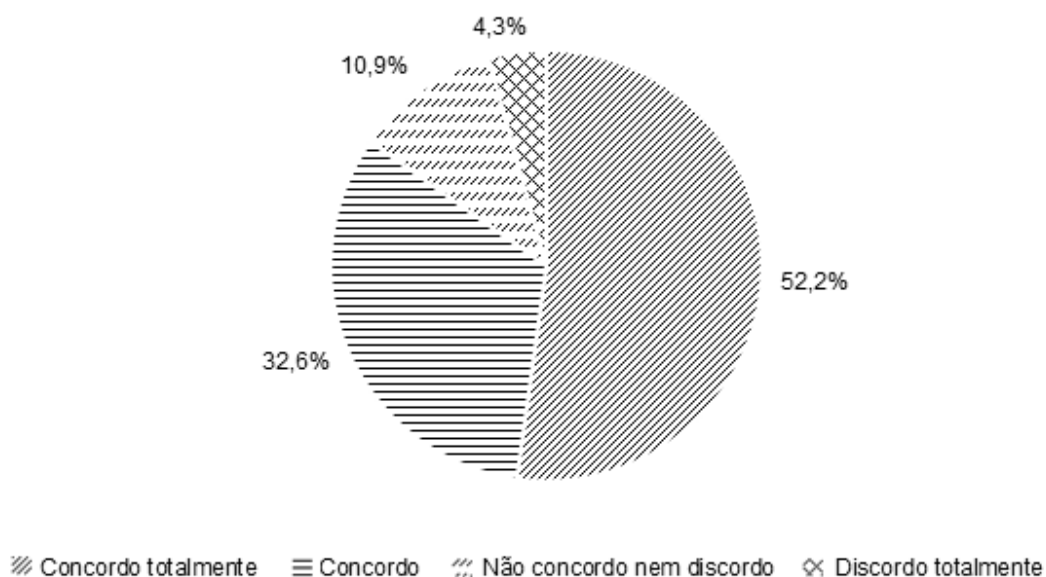


Figura 22: Desenvolvimento de ações por parte da UE.
Fonte: Elaboração própria.

A afirmação que diz que a União Europeia tem o dever de realizar ações para contrariar a abstenção eleitoral conta com um total de 84,8% de respostas favoráveis, sendo que 52,2% dos inquiridos estão totalmente de acordo. Uma parte dos inquiridos (10,9%) não concorda nem discorda da afirmação e existe, ainda, uma fração que discorda totalmente desta afirmação, correspondente a 4,3% das respostas. Este último valor considera-se reduzido relativamente à percentagem de inquiridos que apresenta opinião favorável, que alcança mais de 80%.

A grande maioria das opiniões em relação a esta afirmação é favorável, o que mostra o quanto as pessoas – particularmente as que estão envolvidas no meio político (membros do Executivo) – demonstram o sentimento de que algo deve ser feito a um nível externo. Schäfer e Debus (2017) abordam uma análise no seu artigo que argumenta que a dimensão da integração europeia se tornou relevante para a decisão de participação dos cidadãos. Tal facto tem implicações na democracia representativa a nível europeu e indica que a falta de resposta política pode levar a uma menor participação eleitoral. Ora, isto sugere que a União Europeia deve promover a integração dos cidadãos de forma a que eles se sintam motivados a participar nas mais diversas ações, nomeadamente nas eleições.

Esta questão tem um mínimo de 1 um máximo de 5, pelo que as opiniões são divergentes. Ainda assim, em média, os inquiridos concordam ($\bar{X}=4,28$), com um erro desvio de 0,981, que a UE deva desenvolver estas ações.

Questão: Portugal deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.

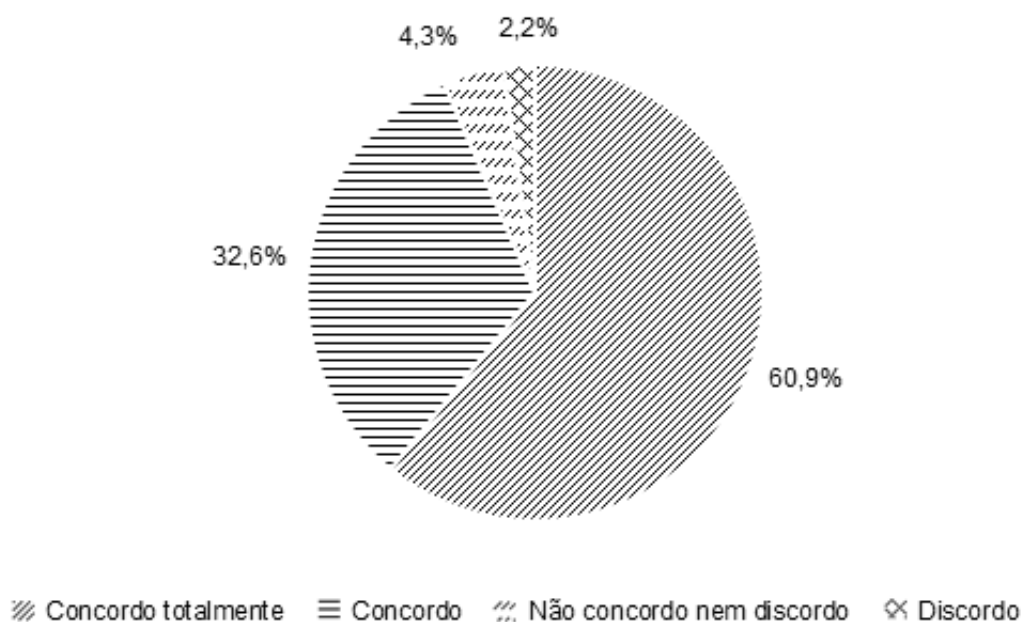


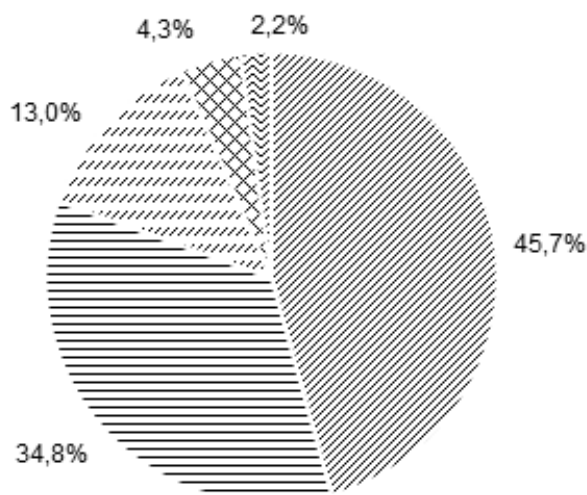
Figura 23: Desenvolvimento de ações por parte de Portugal.

Fonte: Elaboração própria.

Analisando, agora, a mesma afirmação, mas aplicada a Portugal, 93,5% dos inquiridos apresenta opinião favorável, sendo que mais de metade está totalmente de acordo (60,9%). Os cidadãos pensam, no geral, que os problemas de maior dimensão são decididos a um nível nacional (Reif e Schmitt, citado por Navarrete, 2020). 4,3% demonstra opinião neutra e ainda há quem discorde da afirmação, com 2,2% das respostas. Importa, ainda, referir que ninguém discorda totalmente desta afirmação.

Esta questão apresenta um mínimo de 2 e um máximo de 5, pelo que se pode concluir que não existe ninguém que discorde totalmente desta afirmação. A média é de 4,52 com um erro desvio de 0,691, pelo que se verifica que, em média, os inquiridos estão totalmente de acordo com o facto de deverem ser desenvolvidas ações ao nível nacional.

Questão: O Município deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.



/// Concordo totalmente ≡ Concordo // Não concordo nem discordo ✕ Discordo ⌘ Discordo totalmente

Figura 24: Desenvolvimento de ações por parte dos municípios.
Fonte: Elaboração própria.

Analisando, ainda, a mesma afirmação, desta vez aplicada ao contexto do Município, verifica-se que a maioria continua de acordo, representando 80,5% das respostas. 13% dos inquiridos não concorda nem discorda e um total de 6,5% não está de acordo com esta afirmação.

Uma menor terceirização de serviços, o uso da democracia direta e a atribuição de maior poder a funcionários eleitos e não nomeados são algumas das possíveis ações que poderiam ser implementadas pelos municípios, segundo Hajnal e Lewis (2003), para aumentar a participação eleitoral.

Esta afirmação apresenta um mínimo de 1 e um máximo de 5. A média é de 4,17 com um erro desvio de 0,973, pelo que os inquiridos concordam que as autarquias locais municipais devem desenvolver ações para tentar diminuir a abstenção.

Tendo em conta as três afirmações anteriores relativas ao desenvolvimento de ações para contrariar a abstenção a nível europeu, nacional e municipal, é possível aferir que o maior número de respostas favoráveis diz respeito ao âmbito nacional, com uma percentagem de 93,5%. Na segunda posição estão as ações desenvolvidas pela União Europeia, que conta com um total de 84,8% de respostas favoráveis e, por fim, a mesma afirmação aplicada ao contexto municipal, com 80,5% das respostas. Face ao exposto, a maioria dos inquiridos acha que Portugal é quem mais tem o dever de desenvolver ações para contrariar a abstenção, sendo o Município o órgão com menor responsabilidade neste campo. No caso das respostas desfavoráveis, o maior número é relativo à afirmação aplicada aos municípios. Ou seja, 6,5% discorda que o Município deva desenvolver ações para contrariar a abstenção. Por outro lado, 4,3% discorda que a União Europeia deva desenvolver estas ações e 2,2% partilha esta mesma opinião em relação a Portugal.

Para concluir, segundo os dados, Portugal é quem mais deve desenvolver ações para contrariar a abstenção e é a afirmação que apresenta menos pessoas a discordar. O Município, contrariamente, é visto como sendo a figura, entre estas três analisadas, que menos deve desenvolver estas ações e, por outro lado, o valor mais alto na discordância, e a UE encontra-se na segunda posição quer nas opiniões favoráveis, quer nas desfavoráveis. De uma forma geral, as próprias autarquias entendem que não são quem mais deve realizar ações para contrariar a abstenção, mas sim Portugal enquanto Governo.

Questão: As ações desenvolvidas a nível Municipal são as mais eficazes para contrariar a abstenção.

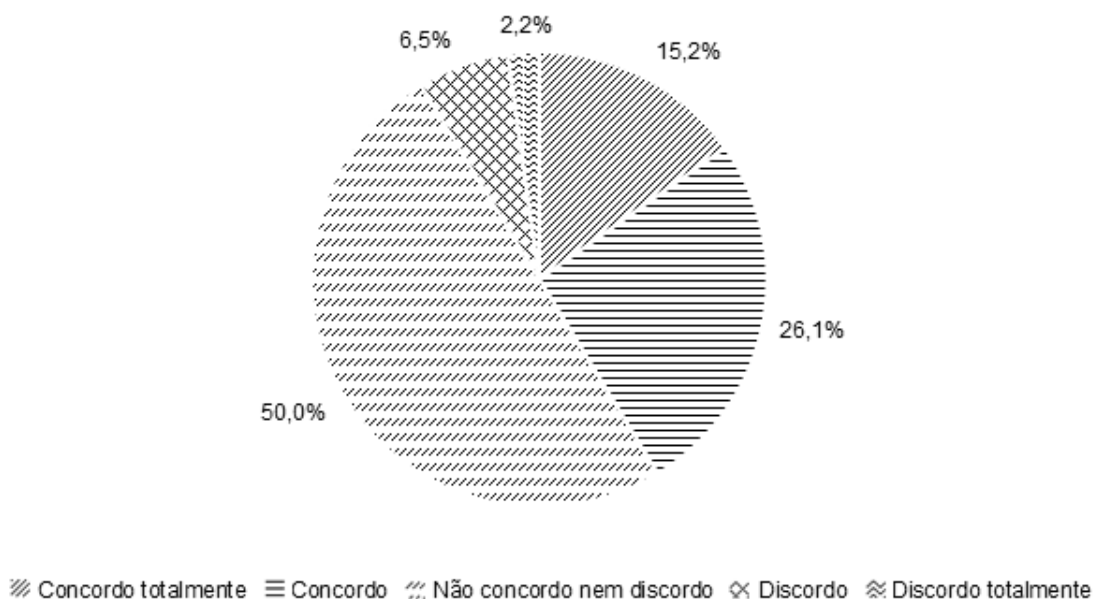


Figura 25: Eficácia das ações desenvolvidas pelos municípios.
 Fonte: Elaboração própria.

A afirmação *As ações desenvolvidas a nível Municipal são as mais eficazes para contrariar a abstenção* apresenta um total de 41,3% de respostas positivas, de acordo com a Figura 25. As respostas neutras, dadas pela maioria, apresentam uma taxa de 50% e, por fim, as opiniões desfavoráveis perfazem 8,7% das respostas.

Como já referido anteriormente, algumas ações desenvolvidas ao nível municipal poderiam ter impacto no aumento da participação eleitoral (Hajnal e Lewis, 2003), o que se traduz na eficácia de contrariar a abstenção.

Nesta afirmação, o mínimo é de 1 e o máximo de 5. A média é de 3,46 e, com um erro desvio de 0,912, não é possível afirmar que os inquiridos concordam com esta afirmação, mas antes assumir uma resposta neutra.

Questão: As ações desenvolvidas pelos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção.

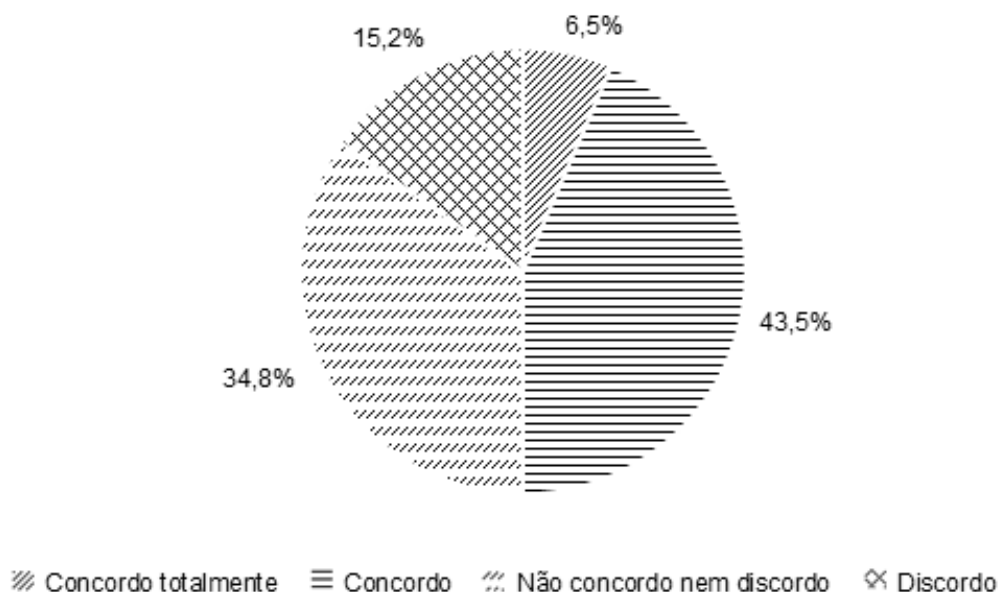


Figura 26: Eficácia das ações desenvolvidas pelos cidadãos.
 Fonte: Elaboração própria.

Tendo em conta a Figura 26, metade dos inquiridos estão de acordo com o facto de que as ações desenvolvidas pelos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção – um total de 50% entre os que concordam totalmente e os que concordam. Os que apresentam opinião neutra perfazem um total de 34,8% e existe, ainda, uma fração que discorda (15,2%).

Os cidadãos devem procurar interrelacionarem-se com as autarquias locais, pois dada a proximidade destas últimas com os primeiros e a sua dimensão relativamente pequena torna-se mais fácil para eles integrarem-se na esfera política, aumentando os seus níveis de conhecimento e, conseqüentemente, de ações no âmbito da política (Hajnal e Lewis, 2003).

A afirmação apresenta um mínimo de 2 e um máximo de 5, o que significa que existem pessoas que discordam e outras que concordam. Com uma média de 3,41, não é possível afirmar que, em média, os inquiridos concordam ou discordam com a afirmação, mas sim que a opinião é neutra (com um erro desvio de 0,832).

Questão: As ações desenvolvidas pelos cidadãos com o apoio do Município são as mais eficazes para contrariar a abstenção.

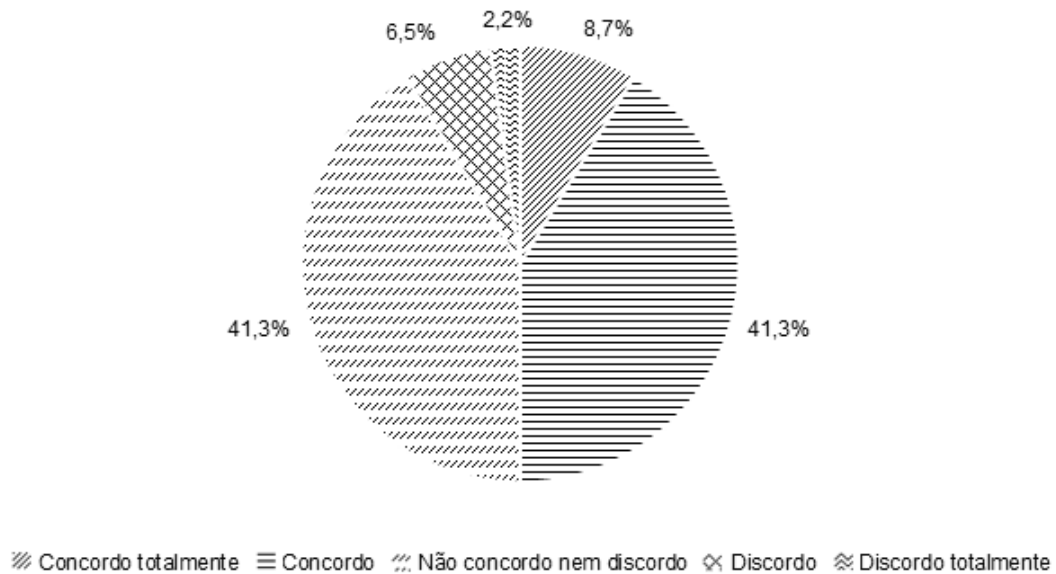


Figura 27: Ações desenvolvidas pelos cidadãos com o apoio dos municípios.
Fonte: Elaboração própria.

Um total de 50% dos inquiridos tem opinião favorável no que toca ao facto de as ações desenvolvidas pelos cidadãos com o apoio do Município serem as mais eficazes para contrariar a abstenção. Existe uma parte que não concorda nem discorda desta afirmação (41,3%) e, ainda, um total de 8,7% de indivíduos que não é a favor.

A afirmação apresenta um mínimo de 1 e um máximo de 5, o que significa que existem opiniões diversificadas. A média, de 3,48 (com um erro desvio de 0,836) não permite afirmar que os inquiridos concordam ou discordam desta afirmação.

Questão: *As ações desenvolvidas pelo Município com o apoio dos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção.*

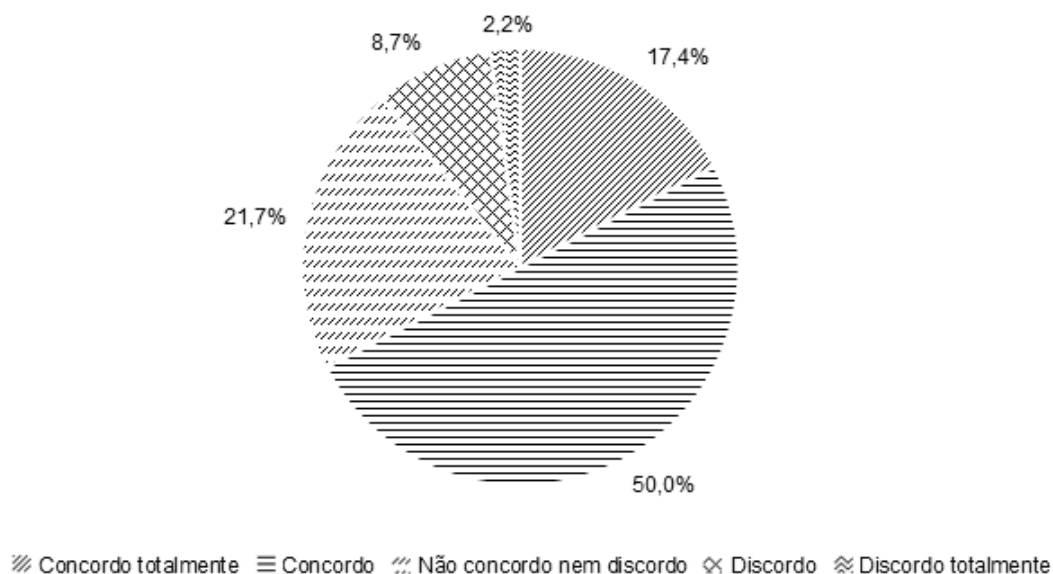


Figura 28: Ações desenvolvidas pelos municípios com o apoio dos cidadãos.
 Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos inquiridos concorda com o facto de que as ações desenvolvidas pelo Município com o apoio dos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção – 67,4% – portanto, um valor de concordância superior relativamente à afirmação anterior. A opinião neutra perfaz um total de 21,7% das respostas e 10,9% apresenta opinião desfavorável.

Para esta afirmação, com um mínimo de 1 e um máximo de 5, é possível dizer que, em média, os inquiridos concordam com o facto de que as ações desenvolvidas pelo Município com o apoio dos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção ($\bar{X}=3,72$ e erro desvio de 0,935).

5.1.5 Análise do *Whole-of-Government*

Este ponto versa sobre a análise descritiva dos dados referentes a respostas dadas no âmbito do modelo do WG, bem como na análise da utilização do WG por região.

Questão: *Conheço o conceito do Whole-of-Government.*

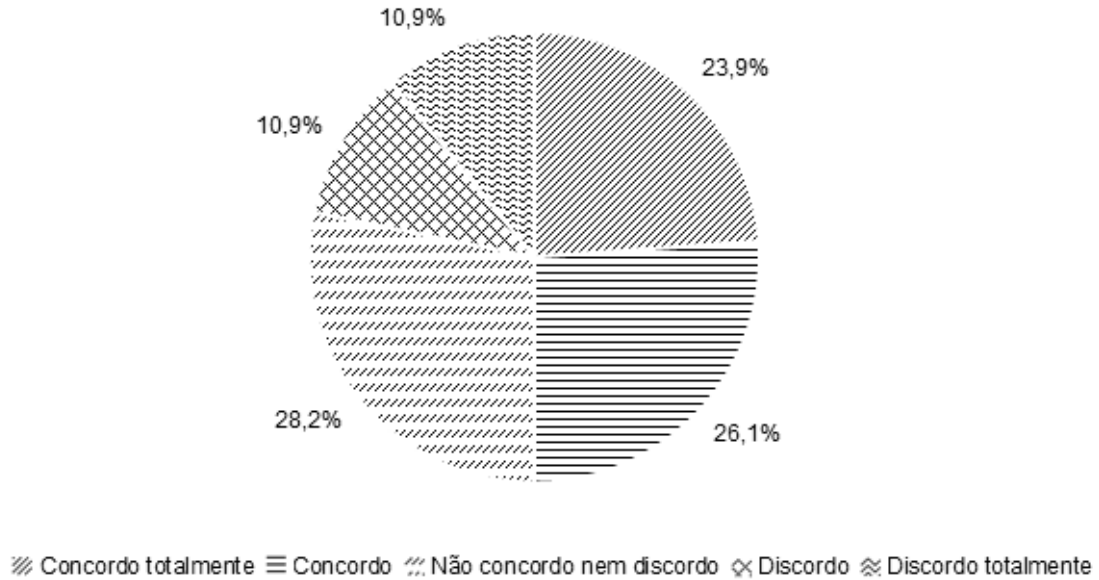


Figura 29: Conhecimento do WG.
Fonte: Elaboração própria.

Para esta afirmação, tendo em conta a Figura 29, 50% das pessoas afirma conhecer o conceito do WG. De acordo com a Figura 29, 28,2% não tem uma opinião formada e um total de 21,8% dos inquiridos desconhece o tema. O facto de existir cerca de um quinto de inquiridos que não conhece o conceito do WG e mais de um quarto que apresenta opinião neutra pode dever-se ao recente surgimento do modelo que, segundo Halligan *et al.* (2011), se desenvolveu a partir do JUG, mencionado pela primeira vez em 1997. O WG surge, assim, no final da década de 1990 (Christensen e Lægreid, 2007).

A afirmação exibe um mínimo de 1 um máximo de 5, pelo que as respostas estão divididas. A média é de 3,41 (com um erro desvio de 1,275), não se podendo afirmar que existem, em média, inquiridos que concordam ou discordam desta afirmação.

Questão: O WG é um modelo utilizado neste Município.

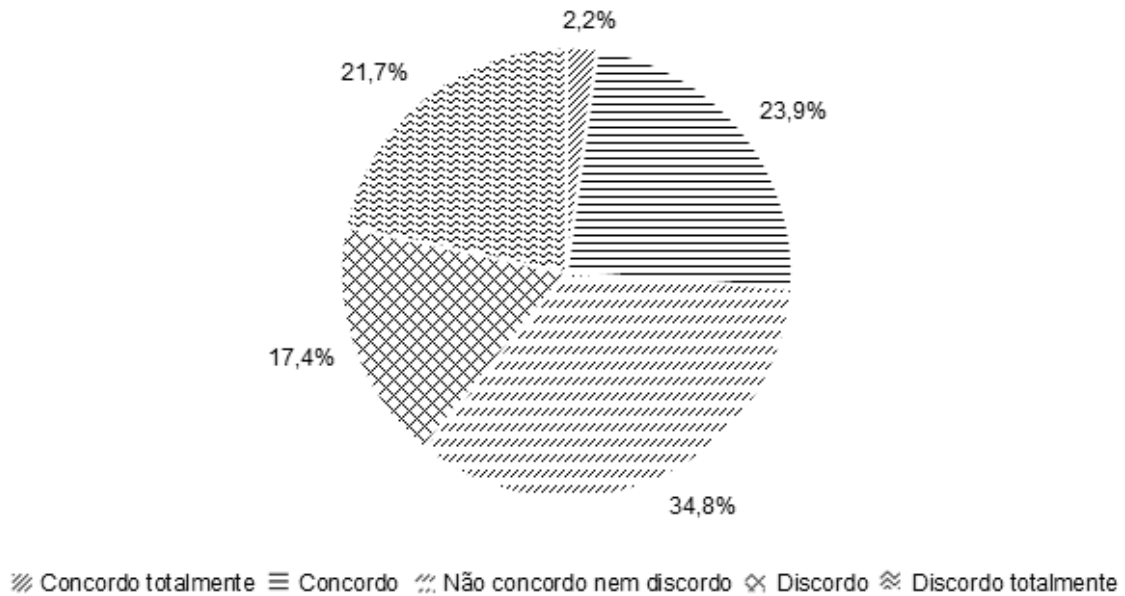
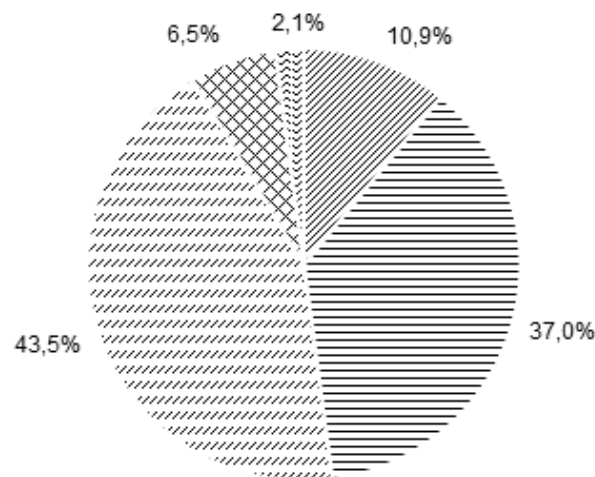


Figura 30: Utilização do WG.
Fonte: Elaboração própria.

A utilização do WG nos municípios é uma afirmação que divide opiniões, como mostra a Figura 30. Da totalidade dos municípios que responderam, 26,1% aplicam o modelo, 34,8% tem opinião neutra e um total de 39,1% discorda da afirmação, não utilizando, portanto, o modelo no município. Existe, assim, uma menor quantidade de municípios que utilizam o modelo do que aqueles que não utilizam.

Nesta afirmação, o mínimo é de 1 e o máximo de 5. A média é de 2,67, pelo que, com um erro desvio de 1,136, não se pode afirmar que, em médio, o WG é um modelo utilizado nas autarquias, nem o oposto pode ser afirmado.

Questão: O WG é um modelo passível de ser utilizado neste Município.



/// Concordo totalmente ≡ Concordo ::/ Não concordo nem discordo ✕ Discordo ⌘ Discordo totalmente

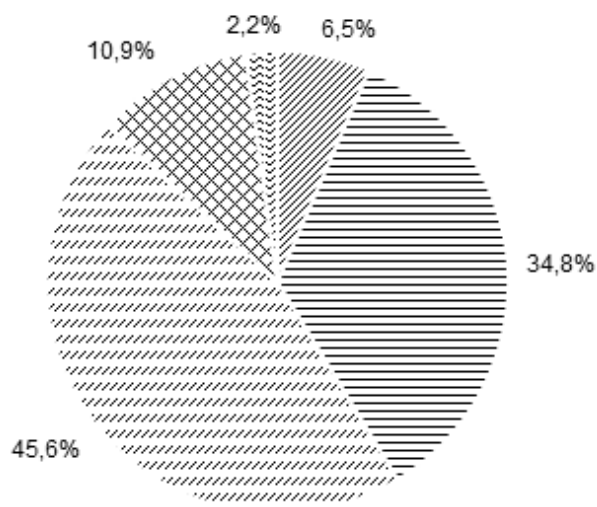
Figura 31: Possibilidade de utilização do WG.

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 31 mostra que uma percentagem de 47,9% dos inquiridos admite a hipótese de o WG ser aplicado na autarquia. 43,5% apresenta opinião neutra e há quem discorde, com um total de 8,6% das respostas.

A afirmação apresenta um mínimo de 1 e um máximo de 5, o que significa que existem municípios onde o WG não é passível de ser utilizado e outros onde o é. Contudo, em média, não se pode afirmar que existe a possibilidade do WG ser um modelo utilizado nos municípios ($\bar{X}=3,48$, com um erro desvio de 0,863).

Questão: *O WG pode auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção.*



Concordo totalmente
 Concordo
 Não concordo nem discordo
 Discordo
 Discordo totalmente

Figura 32: Possibilidade do WG auxiliar os municípios.

Fonte: Elaboração própria.

A afirmação *O WG pode auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção* depara-se com um dos objetivos da dissertação – perceber em que medida o WG pode ser utilizado pelos municípios na tentativa de diminuir a abstenção eleitoral.

Os dados revelam que 45,6% das opiniões é neutra. Ainda assim, uma parte considerável está de acordo com esta afirmação – um total de 41,3% – e 13,1% não concorda.

A afirmação apresenta um mínimo de 1 e um máximo de 5. A média é de 3,33, pelo que, com um erro desvio de 0,845, não se pode afirmar que existe uma opinião clara quanto ao facto do WG ser um modelo que pode auxiliar as autarquias na diminuição da abstenção.

Para testar a hipótese relacionada com esta questão – *O WG pode auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção* – aplicou-se o teste adequado para o efeito, sendo que os resultados se encontram na Tabela 4 do Anexo B.

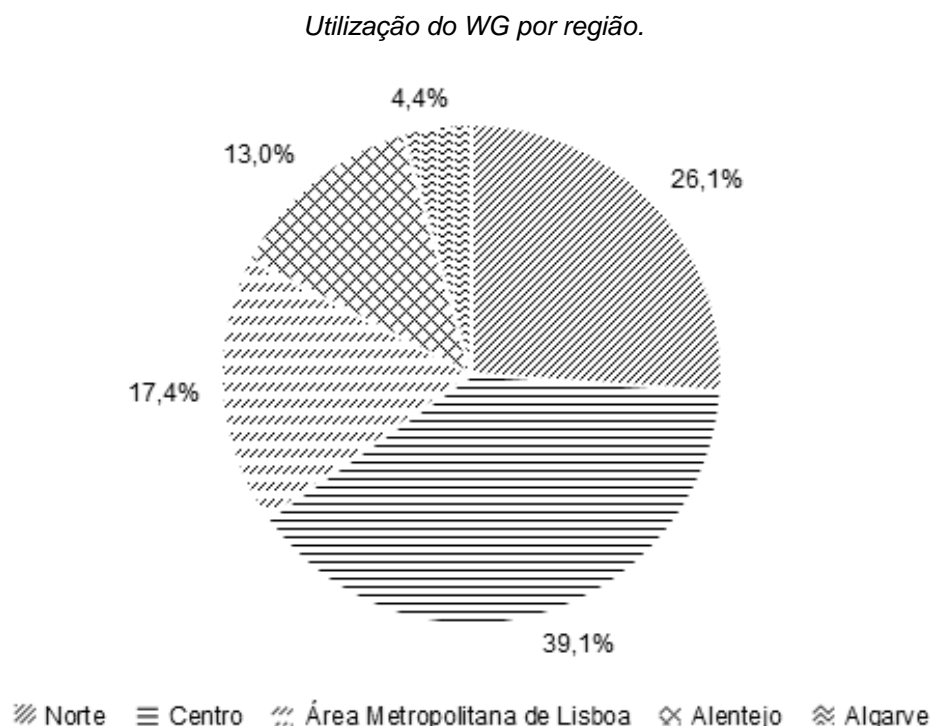


Figura 33: Utilização do WG por região.
Fonte: Elaboração própria.

Ainda no âmbito da aplicação do WG nos municípios, proceder-se-á à descrição dos dados relativamente à aplicação do WG por região. Dos 46 municípios que responderam ao questionário, 23 afirmaram que o WG é um modelo aplicado na respetiva autarquia ou apresentam exemplos práticos da implementação do mesmo, correspondendo a, precisamente, 50% dos inquiridos. Destes 23, analisou-se a percentagem por região. Através do gráfico representado na Figura 33 é possível verificar que o WG é maioritariamente utilizado na Região Centro, com 39,1% das respostas, seguindo-se a Região Norte, com 26,1%, e a Área Metropolitana da Lisboa, com 17,4%. De seguida, vem a Região do Alentejo (13%) e, por fim, a Região do Algarve, com 4,4% das respostas. A Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira apresentam uma percentagem nula nesta questão (esta última região não apresenta, sequer, municípios que tenham aderido ao questionário, como foi referido inicialmente).

5.1.6 Triangulação dos dados – *Whole-of-Government*

A quantidade de respostas que afirmam que o WG é um modelo utilizado no município (Figura 30) e a quantidade de respondentes que afirmam existir exemplos práticos da aplicação do mesmo (pergunta aberta 1) perfazem um total de 23 respostas. Aplicado o método de triangulação dos dados, em todos estes municípios foram encontrados exemplos da aplicação deste modelo, sobretudo sob forma de projetos singulares das autarquias e em geminações. Os exemplos mais evidenciados pelos municípios foram o Orçamento Participativo e acordos de cooperação com outras entidades. Um exemplo específico de cooperação com outras entidades foi o projeto ICLEI – Governos Locais para a Sustentabilidade. O ICLEI é uma associação internacional constituída por governos locais e regionais que trabalham em conjunto no âmbito da sustentabilidade, sendo um

projeto que vai de encontro ao propósito do WG. De acordo com a literatura de Christensen e Lægheid (2007), Bouckaert e Halligan (2008) e Peters (2015), este projeto é constituído por organismos governamentais de diferentes níveis que trabalham em conjunto (Bouckaert e Halligan, 2008; Christensen e Lægheid, 2007; Halligan *et al.*, 2011; Peters, 2015) para atingir um objetivo comum, dando resposta a uma ou mais questões específicas (Shergold, 2004).

5.1.7 Medidas de gestão pública e implementação de medidas por parte dos municípios para contrariar a abstenção

Neste ponto, em primeiro lugar, analisar-se-á, através da Figura 34, a percentagem de municípios, por região, que respondeu afirmativamente à questão *Este Município já desenvolveu ações para contrariar a abstenção eleitoral?*

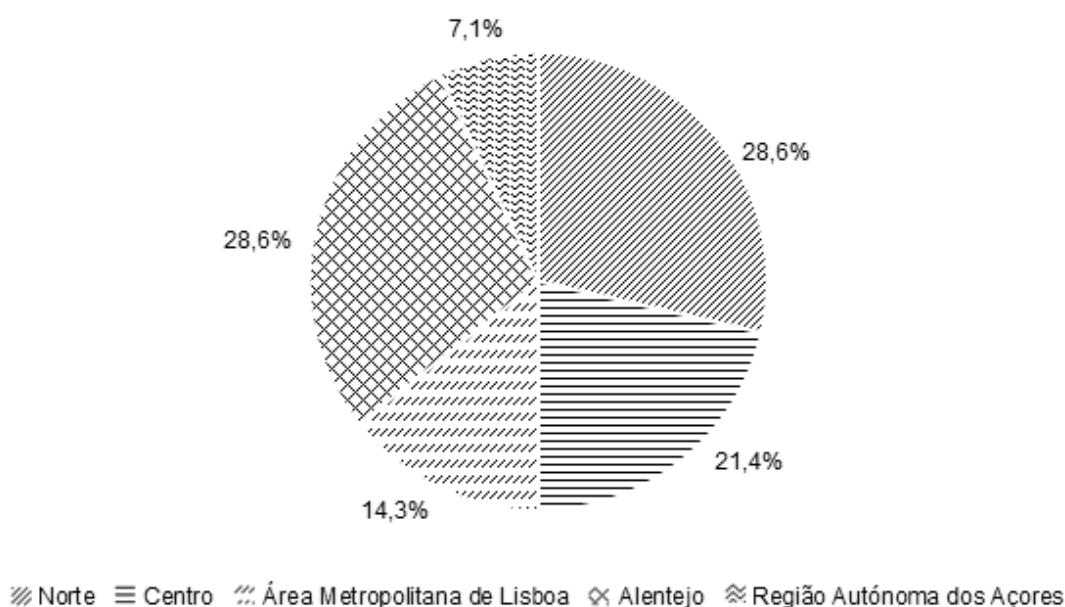


Figura 34: Ações para contrariar a abstenção por região.
Fonte: Elaboração própria.

Analisados os dados desta questão verificou-se que, dos 46 município que responderam, 28 afirmam já terem implementado ações para tentar colmatar a abstenção, correspondendo a um total de 60,9% dos inquiridos. A partir da quantidade de respostas afirmativas, procedeu-se à apresentação dos resultados divididos por regiões. Neste caso, são as Regiões do Norte e do Alentejo que mais afirmam ter desenvolvido ações para contrariar a abstenção, com uma taxa de 28,6% de respostas cada. Com 21,4% vem a Região do Centro, 14,3% corresponde à Área Metropolitana da Lisboa e, por fim, a Região Autónoma dos Açores conta com 7,1% das respostas. A Região do Algarve não apresenta inquiridos que tenham respondido afirmativamente a esta questão e a Região Autónoma da Madeira, como já foi visto anteriormente, não apresenta municípios que tenham respondido ao questionário.

Uma outra hipótese desta investigação, que derivou da hipótese já analisada – *Os municípios estão preocupados*, é: *Os municípios preocupados implementam medidas*. Assim, de forma a confirmar, ou não, esta hipótese, recorreremos à análise CHAID, cujos resultados serão explicados no ponto 6.3.

Como referido na introdução desta dissertação e conforme o tema da mesma assim o indica, pretende-se conhecer que medidas específicas podem ser tomadas pelos municípios no âmbito da diminuição da abstenção. Para obter tais dados, foram inseridas perguntas no questionário relacionadas com esta problemática. A Figura 34, anteriormente apresentada e discutida, mostrou que 60,9% dos municípios afirmou ter desenvolvido ações nesta matéria. Analisadas as propostas de todos, as que se revelaram mais comuns foram a transparência para com os cidadãos e a implementação do Orçamento Participativo – que, segundo os autarcas e de acordo com Bergelt (2012), pode aumentar a transparência das ações da Administração Pública – e ações de sensibilização juntos dos cidadãos. A implementação do voto eletrónico foi também uma medida indicada no questionário.

A conferência *Portugal Talks*, na edição de 2018, teve como tema de debate a abstenção eleitoral, de onde se apresentam as principais ideias propostas para diminuir a abstenção: voto obrigatório, voto antecipado, voto remoto e incentivo ao dever cívico. Esta última sugestão vai de encontro às medidas referidas por vários municípios relativamente à criação de políticas de proximidade e esclarecimento junto dos cidadãos, bem como educação contínua sobre a cidadania.

Hajnal e Lewis (2003) sugerem que fazer coincidir o dia de diferentes tipos de eleições teria, de longe, um grande impacto no aumento da participação eleitoral. No caso português, uma vez que são as eleições autárquicas que maior taxa de participação apresenta, de acordo com os gráficos da evolução da abstenção em Portugal, seria de fazer coincidir a data das eleições legislativas – que são as que apresentam maior abstenção – com a data das primeiras.

Existe, também, quem sugira que o voto obrigatório possa ser a melhor forma de combater a abstenção. Esta medida vai de encontro à ideologia de autores como Franklin (2004), Freitas do Amaral (2014), Lacroix (2007) e Rebelo de Sousa (2014), atual Presidente da República.

Como também já foi referido anteriormente, outras possíveis medidas para diminuir a abstenção, nomeadamente aplicadas pelos municípios, seria uma menor terceirização de serviços, o uso da democracia direta e a atribuição de maior poder a funcionários eleitos e não nomeados (Hajnal e Lewis, 2003).

6. Caracterização Estatística da Amostra

A caracterização estatística da amostra irá abordar os seguintes tópicos: confiabilidade, análise da correlação²³ e análise CHAID²⁴. Todos estes pontos permitiram complementar e fortalecer os resultados apresentados no capítulo anterior.

6.1 Confiabilidade

Na análise de confiabilidade do questionário, foram avaliados os valores de consistência interna do mesmo através do Alfa de Cronbach, que indica o quanto os itens de uma escala estão correlacionados (Costa, 2013). A análise foi feita por grupos (1, 2, 3, 4 e 5) e na totalidade do questionário, cujos resultados se apresentam de seguida: Grupo 1 – Abstenção: $\alpha=0,325$ (8 itens); Grupo 2 – O voto: $\alpha= -0,068$ (6 itens); Grupo 3 – Ações para contrariar a abstenção: $\alpha=0,705$ (7 itens); Grupo 4 – *Whole-of-Government*: $\alpha=0,848$ (4 itens); Grupo 5 – Perguntas abertas: $\alpha= 0,702$ (4 itens); Total: $\alpha=0,671$ (29 itens). Os grupos 3, 4 e 5 e o Total têm classificações do Alfa de Cronbach aceitáveis, de acordo com Nunally (citado por Costa, 2013) e Maroco e Garcia-Marques

²³ A análise da correlação de Pearson, pela sua dimensão, está representada no Anexo C.

²⁴ CHAID – *CHI-squared Automatic Interaction Detection*.

(2006). O Grupo 1 apresenta um valor do alfa baixo pelo que, por forma a obter um valor de alfa maior, poderia ter-se retirados alguns itens do questionário, porém, optou-se por não o fazer porque os itens eram relevantes para a recolha de dados do presente estudo (Maroco e Garcia-Marques, 2006). Os itens do Grupo 2 apresentam um Alfa de Cronbach negativo, mas tal pode ser possível na medida em que algumas das correlações entre os itens deste grupo são, elas próprias, negativas (Maroco e Garcia-Marques, 2006).

6.2 Análise Derivada do Método CHAID

Um dos métodos estatísticos de análise aplicado a algumas variáveis foi o CHAID – *CHI-squared Automatic Interaction Detection*. Este é um método estatístico de análise multivariada com capacidade de classificação automática para um grande número de fatores que podem estar relacionados entre si ou condicionarem-se mutuamente. O CHAID consiste num modelo baseado em árvores de decisão, composto por um ou mais nós (ou ramos) para cada variável independente, em que cada nó contém a presença ou a ausência de variáveis dependentes (Althuwaynee *et al.*, 2014).

Com base neste método, partindo da elaboração de tabelas customizadas, procedeu-se à construção de esquemas em árvore de forma a complementar a interpretação dos dados. Este esquema foi aplicado num conjunto de variáveis do questionário que denotam grande relevância para o objeto de estudo.

A abstenção é um problema que preocupa o inquirido e este desenvolveu ações na tentativa de diminuir a abstenção.

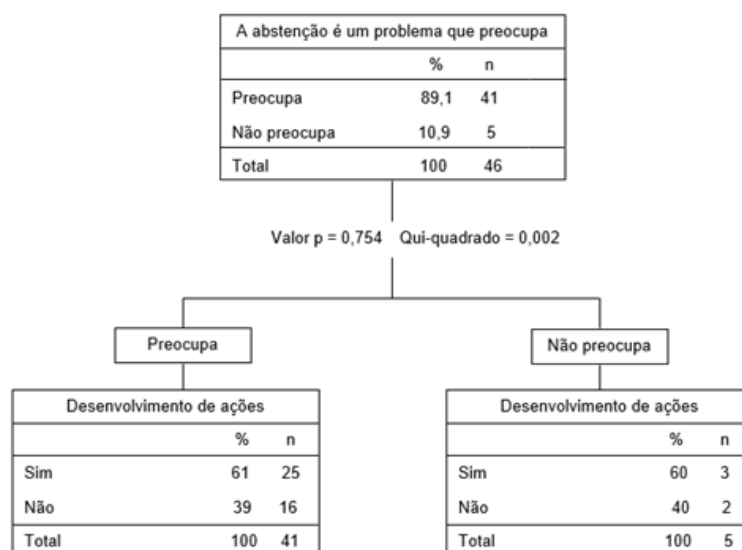


Figura 35: Relação entre o facto de a abstenção ser um problema e o desenvolvimento de ações.
 Fonte: Elaboração própria.

A principal evidência que emerge da Figura 35 é que independentemente de se preocuparem ou não, os municípios desenvolveram ações na tentativa de contrariar o problema da abstenção, ou seja, 61% nas autarquias preocupadas e 60% nas autarquias que não estão preocupadas.

Este resultado contraria o resultado esperado, ou seja, se a autarquia manifesta a sua não preocupação com a abstenção então seria de esperar que não desenvolvesse ações para a contrariar. O facto de a relação não ser estatisticamente significativa reforça esta evidência: estatisticamente o desenvolvimento de ações é independente da preocupação.

A abstenção é um problema que preocupa o inquirido e este acha que o voto deve ser obrigatório.

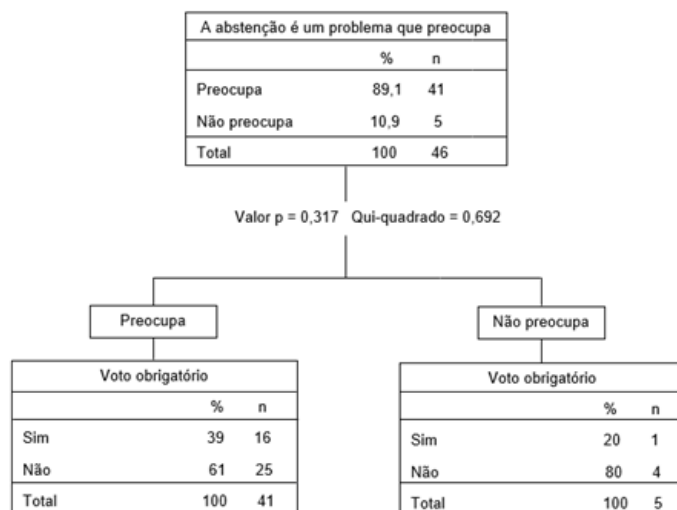


Figura 36: Relação entre o facto de a abstenção ser um problema e o voto obrigatório.
 Fonte: Elaboração própria.

Neste ponto é analisada a percentagem de municípios cuja abstenção preocupa e, destes, quais acham que o voto deve ser obrigatório. Como foi visto no ponto anterior, um total de 41 inquiridos – correspondente a 89,1% da amostra – considera a abstenção um problema. Deste total, 16 é a favor da obrigatoriedade do voto (39%). Verifica-se, portanto, que mesmo havendo preocupação com a abstenção, a opção de tornar o voto obrigatório não é a mais frequente, tal como também foi comprovado nas medidas apontadas pelos municípios para contrariar a abstenção, em que apenas um deu essa sugestão. À semelhança da anterior, esta relação não é estatisticamente significativa, o que corrobora o facto de a preocupação com a abstenção ser independente do facto de se ser apologista, ou não, do voto obrigatório.

O WG é utilizado no Município e existem exemplos práticos da sua implementação.

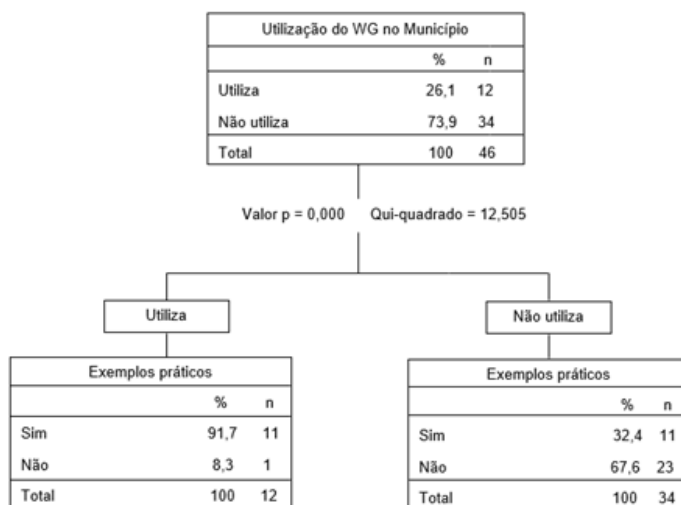


Figura 37: Relação entre a utilização do WG e a apresentação de exemplos práticos.
Fonte: Elaboração própria.

Uma das questões desta dissertação foi perceber se o WG é um modelo conhecido e utilizado no meio municipal. Para complementar estes dados, pretendeu-se também saber se existem exemplos práticos deste modelo nos municípios. Assim, analisou-se essa relação recorrendo ao esquema em árvore, tendo-se concluído que, dos 46 municípios, 12 utilizam o WG (26,1%). Destes 12, 11 apresentaram exemplos práticos, correspondendo a 91,7% deste grupo de inquiridos e os resultados são estatisticamente significativos. Desta forma, conseguiu-se perceber se, efetivamente, os inquiridos estão familiarizados com o conceito, pois ao afirmar que o WG é utilizado no município, os exemplos que dão estão devem estar enquadrados no âmbito deste modelo.

Existência de exemplo prático da aplicação do WG e se os resultados esperados foram alcançados.

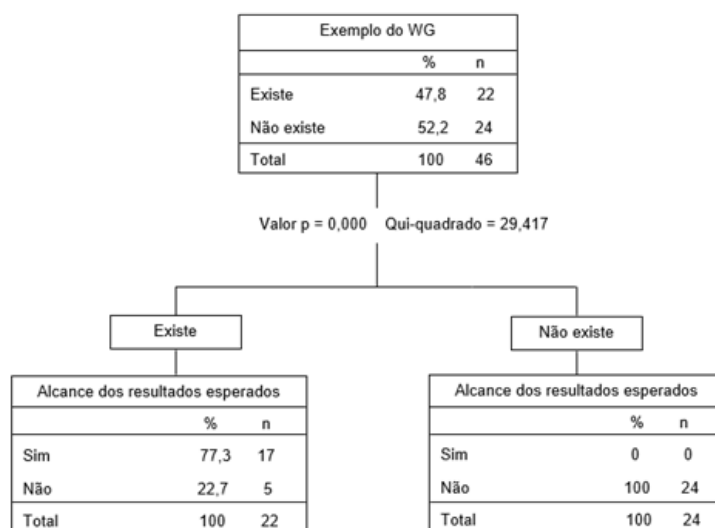


Figura 38: Relação entre a existência de exemplo prático do WG e o alcance dos resultados esperados.
Fonte: Elaboração própria.

A análise desta relação foi feita com o objetivo de perceber se, de facto, a utilização do WG permitiu alcançar os resultados esperados com a sua implementação. Assim, dos 22 inquiridos que apresentaram exemplos práticos da aplicação do WG no seu município, 17 afirmam que os resultados esperados foram alcançados e os resultados são estatisticamente significativos. Este valor corresponde a 77,3% deste grupo, parecendo um valor satisfatório.

Desenvolvimento de ações para contrariar a abstenção eleitoral e se os resultados esperados foram alcançados.

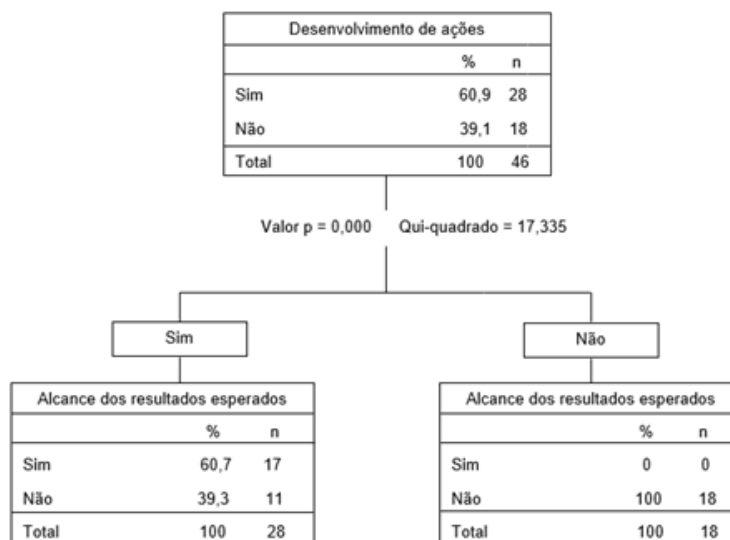


Figura 39: Relação entre o desenvolvimento de ações e o alcance dos resultados esperados.
 Fonte: Elaboração própria.

Tal como no ponto anterior, neste pretendeu-se averiguar a percentagem de municípios onde os resultados foram alcançados decorrentes do desenvolvimento de ações para diminuir a abstenção eleitoral. Dos 46 municípios, 28 afirmam ter desenvolvido ações na tentativa de contrariar a abstenção, correspondendo a 60,9% da amostra e os resultados são estatisticamente significativos. Desta percentagem, mais de metade (60,7%) afirma que os resultados esperados foram alcançados, portanto, 17 em 28 municípios.

Utilização do WG e preocupação com a abstenção.

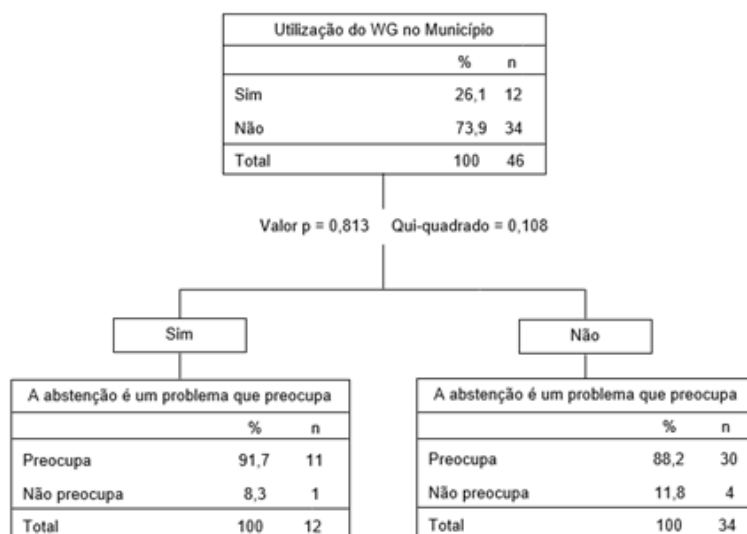


Figura 40: Relação entre a utilização do WG e a preocupação com a abstenção.
 Fonte: Elaboração própria.

Uma das hipóteses desta dissertação é que nos municípios onde se adota o modelo do WG os autarcas estão preocupados com a abstenção. Como tal, optou-se por analisar a relação entre estas duas variáveis desta forma (esquema em árvore), para melhor se visualizar os resultados e permitir rejeitar, ou não, esta hipótese.

Das 12 autarquias que utilizam o WG, 11 estão preocupadas com a abstenção, correspondendo a 91,7% do grupo. Ainda assim, dos 34 municípios que não utilizam o WG, 30 afirmam que a abstenção é um problema que os preocupa, correspondendo à grande maioria (88,2%). Apesar destes resultados, esta relação não é estatisticamente significativa, o que prova que a utilização do WG nos municípios é independente da preocupação destes com a abstenção.

Nos municípios onde se adotam medidas de WG os autarcas estão a desenvolver medidas para diminuir a abstenção.

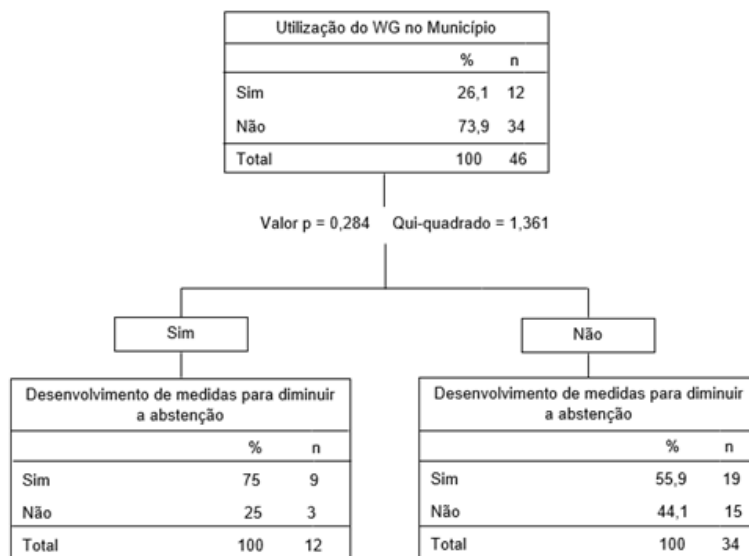


Figura 41: Relação entre a utilização do WG e o desenvolvimento de medidas para diminuir a abstenção.
Fonte: Elaboração própria.

A análise destas duas variáveis com recurso a este método foi também com o objetivo de rejeitar, ou não, uma outra hipótese: *Nos municípios onde se adota o modelo do WG são desenvolvidas medidas para diminuir a abstenção.*

Nos 12 municípios que adotam o modelo do WG, 9 afirmam desenvolver medidas para tentar diminuir a abstenção, correspondendo a 75% do grupo. Apesar de não ser certo e não ser possível tirar essa conclusão, isto pode sugerir que a implementação do modelo do WG pode ser com o objetivo de tentar diminuir a abstenção eleitoral.

Esta relação não é estatisticamente significativa, pelo que a utilização do WG nos municípios é independente do desenvolvimento de ações para tentar diminuir a abstenção eleitoral.

Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação

Esta dissertação de mestrado incidiu sobre as medidas de gestão pública que poderiam ser aplicadas pelos municípios com o objetivo de tentar diminuir a abstenção. Para além da metodologia utilizada e descrita anteriormente, esta pesquisa teve também em conta as linhas de orientação do RRI – *Responsible Research and Innovation* (em português, Pesquisa e Inovação Responsáveis), que consiste numa política de pesquisa responsável, em que os resultados da investigação tenham interesse público²⁵.

Relativamente aos objetivos principais, todos eles foram alcançados: a abstenção eleitoral em Portugal foi caracterizada, tendo-se chegado à conclusão que, no panorama geral, a mesma tem vindo a aumentar, sendo as eleições para o Parlamento Europeu as que apresentam taxas mais altas. Quanto às iniciativas de gestão pública que podem ser implementadas pelos municípios na tentativa de diminuir a abstenção, foi reunido um conjunto de possíveis medidas que surgiram das

²⁵ De acordo com *A Practical Guide to Responsible Research and Innovation – Key Lessons from RRI Tools* (2018).

respostas do questionário. Essas medidas foram confrontadas com outras encontradas na literatura, para perceber se havia coincidência ou se, por outro lado, as medidas divergiam umas das outras. A conclusão a que se chegou é que algumas das medidas são, de facto, coincidentes com as propostas por outros autores (p. ex.: voto obrigatório, voto eletrónico e incentivo ao dever cívico), enquanto que outras são diferentes, como é o caso da implementação do orçamento participativo.

Um outro objetivo principal era perceber se o WG poderia auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção. Tendo em conta os dados analisados na Figura 32 do ponto 5.1.5, 41,3% da amostra concorda com esta afirmação. De acordo com o conceito do WG, este é um modelo que se pode aplicar a todos os níveis de decisão e para colmatar as mais diversas falhas, nomeadamente dar respostas a questões fraturantes, nas quais se pode incluir a abstenção eleitoral.

Para concretizar os objetivos da pesquisa começou-se por fazer uma revisão bibliográfica que permitisse o enquadramento do tema e que suscitasse alguma(s) hipótese(s) de investigação. Com a revisão da literatura pretendia-se, também, encontrar eventuais trabalhos ou pesquisas acerca deste tema, mas tal não se sucedeu. Foram encontrados vários trabalhos acerca de eleições, abstenção eleitoral e municípios, mas nenhum que relacionasse estes tópicos entre si. Da mesma forma, não foi encontrado nenhum questionário relacionado com este tema nem que se assemelhasse ao que foi aplicado neste trabalho, pelo que não foi possível a comparação entre perguntas semelhantes e as respetivas respostas. Conforme foi referido no ponto 5.1, foi possível comparar este questionário com outros igualmente aplicados a municípios, mas não do mesmo âmbito.

A título pessoal, a principal conclusão em termos de uma possível medida que pudesse ter efeito no aumento da participação eleitoral seria a implementação de uma disciplina relacionada com a política e a cidadania nas escolas. Esta disciplina deveria acompanhar os alunos desde, pelo menos, o 5º ano e até ao 12º, adaptando-se o conteúdo às diferentes idades. Este poderia ser um primeiro passo para aumentar os níveis de cultura política e para consciencializar sobre a importância do voto, podendo ser uma medida que, a médio prazo, começasse a mostrar os primeiros resultados.

Em termos de limitações, a falta de recursos temporais e económicos foi uma das principais, na medida em que se pretendia ter ido pessoalmente a um conjunto de câmaras municipais aplicar o questionário em forma de entrevista, para que houvesse um contacto mais direto entre o investigador e o inquirido. Isto tinha como objetivo poder comparar as respostas dos questionários que foram preenchidos via online com os que resultaram do contacto pessoal, bem como garantir que as respostas eram dadas por um membro do executivo. Mais tarde, a falta de condições de segurança em termos de saúde também se revelou um impedimento, devido à situação de pandemia que se instalou.

Por outro lado, em termos teóricos, foi encontrada pouca informação no âmbito do papel dos municípios relativamente à abstenção, bem como falta de questionários sobre este tema, que impediu que se comparasse o questionário feito nesta investigação com outro(s) já existente(s).

A pandemia causada pela Covid-19 atrasou a pesquisa deste trabalho. O inquérito por questionário foi aplicado cerca de três meses mais tarde do que o inicialmente planeado: estava planeado aplicar em março que foi, precisamente, o mês em que Portugal “parou” devido à pandemia. Como tal, considerou-se que aplicar o inquérito por questionário nessa altura não seria prudente e acredita-se que a quantidade de respostas seria, ainda, menor. A veracidade das mesmas poderia, igualmente, estar comprometida, visto que os municípios que respondessem poderiam fazê-lo de uma forma pouco ponderada, de modo a preencher o questionário o mais depressa possível porque teriam assuntos mais importantes com que lidar no momento. O número de respostas foi baixo comparativamente às expectativas e crê-se que se deve, essencialmente, à Covid-19, que continuou e continua presente nas nossas vidas, tendo interferência em todos os grupos sociais e profissionais, nomeadamente nos municípios.

Não obstante as limitações acima descritas, acredita-se que continuam e vão continuar a existir motivos e meios para estudar a abstenção e formas de a combater. Como linhas de investigação futuras, propõe-se a investigação deste tema ao nível europeu, isto é, a possibilidade de comparar os níveis de abstenção da Europa com os de Portugal e tirar as respetivas conclusões. Seria também interessante estudar mais aprofundadamente o papel da União Europeia nesta problemática, ou seja, as competências que a mesma tem e que deve usar para tentar diminuir a abstenção.

Referências Bibliográficas

- Abraham, H. J. (1955). *Compulsory Voting*. Public Affairs Press.
- Althuwaynee, O. F., Pradhan, B., Park, H.-J., & Lee, J. H. (2014). A novel ensemble decision tree-based CHi-squared Automatic Interaction Detection (CHAID) and multivariate logistic regression models in landslide susceptibility mapping. *Landslides*, 11(6), 1063–1078.
- Andrade, M. M. (2010). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. (10ª). Atlas.
- Arteaga, P. (2011). *Evaluación de conocimientos sobre gráficos estadísticos y conocimientos didácticos de futuros profesores*. Universidad de Granada.
- Bakvis, H., & Juillet, L. (2004). The Horizontal Challenge: Line Departments, Central Agencies and Leadership. *Canada School of Public Service*.
- Ballinger, C. (2006). Democracy and Voting. *Hansard Society*.
- Bergelt, J. B. (2012). *ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: uma análise sobre a importância do orçamento público e as consequências para a gestão estatal do aumento da participação popular nos processos orçamentários*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Bezes, P., & Le Lidec, P. (2016). The Politics of Organization. The New Divisions of Labor in State Bureaucracies. *Revue française de science politique*, 66(3), 407–433.
- Bhattacharya, S., Duffy, J., & Kim, S.-T. (2013). *Compulsory versus Voluntary Voting: An Experimental Study*.
- Bilhim, J. (2004). *A governação nas autarquias locais*. 96.
- Birch, S. (2009). Full participation. A comparative study of compulsory voting. *United Nations University Press*.
- Birch, S. (2018). Democratic norms, empirical realities and approaches to improving voter turnout. *Res Publica*, 24(1), 9–30.
- Blais, A. (2006). What Affects Voter Turnout? *Annual Review of Political Science*, 9, 111–125.
- Bogdanor, V. (2005). *Joined-Up Government* (Oxford University Press).
- Boston, J., & Eichbaum, C. (2005). State sector reform and renewal in New Zealand: Lessons for governance. *Conference on 'Repositioning of Public Governance—Global Experiences and Challenges*, 18–19.
- Bouckaert, G., & Halligan, J. (2008). *Managing performance international comparisons*. Routledge.
- Boyle, R. (1999). The management of cross-cutting issues. *Institute of Public Administration*, 8.
- Brady, H. E., Verba, S., & Schlozman, K. L. (1995). Beyond SES: a resource model of political participation. *American Political Science Review*, 89, 271–294.
- Brennan, J., & Hill, L. (2014). *Compulsory Voting—For and Against*. Cambridge University Press.
- Brunsson, N., & Olsen, J. P. (1993). *The Reforming Organization*. Routledge.
- Bryman, A., & Cramer, D. (2005). *Quantitative data analysis with SPSS 12 and 13: A guide for social scientists*. Psychology Press.
- Bühlmann, M., Merkel, W., Müller, L., & Weißels, B. (2012). *The Democracy Barometer: A New Instrument to Measure the Quality of Democracy and its Potential for Comparative Research* (Vol. 11). <https://doi.org/10.1057/eps.2011.46>

- Burke, K., Morris, K., & McGarrigle, L. (2012). *An introductory guide to implementation: Terms, concepts and frameworks*.
- Cancela, J. C. G., & Vicente, M. (2019). *Abstenção e Participação Eleitoral em Portugal: Diagnóstico e Hipóteses de Reforma*. Câmara Municipal de Cascais.
- Cardia, M. S. (1998). Cinco tipos de Democracia Institucional. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 12, 309–316.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2015). *METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO: Guia para autoaprendizagem* (3ª). Universidade Aberta.
- Carter, A. (2005). *Direct action and democracy today*. Polity Press.
- Carvalho, L. V. (2017). *A abstenção eleitoral em Portugal nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias, dos últimos 40 anos*. Universidade Católica Portuguesa.
- Centre for Management and Policy Studies. (2000). *Joined-Up Solutions to Policy Development*.
- Cerroni, U. (1992). *Política. Método, teorías, procesos, sujetos, instituciones y categorías*. Siglo XXI.
- César, C. (2009). Para proteger a Democracia Carlos César defende voto obrigatório em Portugal. *Público*. <https://www.publico.pt/2009/05/28/politica/noticia/carlos-cesar-defende-voto-obrigatorio-em-portugal-1383497>
- Charbit, C., & Michalun, M. V. (2009). Mind the gaps: Managing Mutual Dependence in Relations among Levels of Government. *OECD Working Papers on Public Governance*, 14. <https://doi.org/doi:10.1787/221253707200>
- Christensen, T., Fimreite, A. L., & Lægreid, P. (2007). Reform of the Employment and Welfare Administrations – the Challenges of Co-ordinating Diverse Public Organisations. *International review of administrative sciences*, 73(3), 389–408.
- Christensen, T., Fimreite, A. L., & Lægreid, P. (2012). *Joined-up Government: Reform challenges, experiences and accountability relations*.
- Christensen, T., & Lægreid, P. (2007). The Whole-of-Government Approach to Public Sector Reform. *Public Administration Review*, 1059–1066.
- Christensen, T., & Lægreid, P. (2017). Introduction—theoretical approach and research questions. Em *Transcending new public management* (pp. 13–28). Routledge.
- Ciconne, A. (2001). The constitutional right to vote is not a duty. *Hamline Journal of Public Law and Policy*, 325–357.
- Ciconne, A. (2002). The constitutional right to vote is not a duty. *Hamline Journal of Public Law & Policy*, 23(2).
- Colgan, A., Kennedy, L. A., & Doherty, N. (2014). *A Primer on Implementing Whole of Government Approaches*. Centre for Effective Services.
- Comissão Europeia. (2019). *Horizon 2020—Work Programme 2018-2020: Europe in a changing world – Inclusive, innovative and reflective societies*. European Commission.
- Constituição da República Portuguesa, n. Diário da República n.º 86/1976, Série I (1976). <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>

- Costa, J. A. da. (2013). *O Índice Alfa de Cronbach como ferramenta na avaliação do instrumento de pesquisa aplicado na prática de gestão por competências*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Costa e Silva, E. (2013). Regulando pluralismo e diversidade em Portugal: Uma equação sem cidadãos. *Observatorio Journal*.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches* (4ª). SAGE Publications.
- de Brí, F., Commissioners, I. R., & Bannister, F. (2010). Whole-of-government: Beyond Silos and Toward 'Wicked Problems'. *Proceedings of the 10th European Conference on E-Government: National Centre for Taxation Studies, University of Limerick, Ireland*, 17–18.
- Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, n. Diário da República n.º 4/2015, Série I (2015). <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/4/2015/01/07/p/dre/pt/html>
- Delicado, A., Ramos, A., Ferreira, J. G., Guerra, J., & Rowland, J. (2015). Portugal no contexto europeu em anos de crise. *Portugal Social em Mudança*, 1.
- Drechsler, W. (2005). The Rise and Demise of the New Public Management. *Post-autistic economics review*, 33(14).
- Duverger, M. (1985). *Os grandes sistemas políticos*. Almedina.
- Engelen, B. (2004). *The Disease of Democracy and the Remedial Role of Compulsory Voting*.
- Engelen, B. (2007). Why Compulsory Voting Can Enhance Democracy. *Palgrave Mcmillan Ltd*, 23–39.
- Fafard, P. (2013). *Health in all meets Horizontal Government*. First International Conference on Public Policy, Grenoble.
- Fedderson, T. J., & Pesendorfer, W. (1996). The Swing Voter's Curse. *Forthcoming American Economic Review*.
- Fedderson, T. J., & Pesendorfer, W. (1999). Abstention in elections with asymmetric information and diverse preferences. *American Political Science Review*, 93(2), 381–398.
- Ferreira, V. M. A. (2011). *Caracterização das iniciativas de e-participação nas autarquias portuguesas*. Universidade do Minho.
- Fimreite, A. L., & Lægreid, P. (2005). The regulatory state and the executing municipality—Consequences of public sector reform in Norway. *Paper to be presented at the 21st EGOS Colloquium in Berlin*.
- Franklin, M. N. (2004). Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies since 1945. *Cambridge University Press*.
- Freire, A. (2000). Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995. *Análise Social*, 115–145.
- Freire, A., & Magalhães, P. (2002). *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. ICS - Imprensa de Ciências Sociais.
- Freitas do Amaral, D. (2014). Freitas do Amaral defende voto obrigatório nas eleições. *RTP Notícias*. https://www.rtp.pt/noticias/politica/freitas-do-amaral-defende-voto-obrigatorio-nas-eleicoes_a728615

- Freitas do Amaral, D. (2018). *Curso de Direito Administrativo: Vol. I (4ª)*. Almedina.
- Galvin, M., & Geraldine, M. S. (2017). Theorising participation in urban regeneration partnerships: An adult education perspective. *Journal of Education Policy*, 32(6), 809–831.
- Gomes, W. (2005). Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, 12(27), 58–78.
- Gratschew, M. (2004). *Compulsory Voting in Western Europe (Voter Turnout in Western Europe since 1945)*. International IDEA.
- Guimarães, P. R. B. (2008). *Métodos Quantitativos Estatísticos (1ª)*. IESDE Brasil.
- Hajnal, Z. L., & Lewis, P. G. (2003). Municipal Institutions and voter turnout in Local Elections. *Urban Affairs Review*, 38(5), 645–668.
- Halligan, J., & Adams, J. (2004). Security, capacity and post-market reforms: Public management change in 2003. *Australian Journal of Public Administration*, 63(1), 85–93.
- Halligan, J., Buick, F., & O’Flynn, J. (2011). Experiments with joined- up, horizontal and whole- of- government in Anglophone countries. *International Handbook on Civil Service Systems*, 74–99.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2012). *Investigação por questionário (2ª edição)*. Edições Sílabo.
- Hoffman, J., & Graham, P. (2006). *Introduction to Political Concepts*. Pearson Longman.
- Hood, C. (2005). The Idea of Joined-Up Government: A Historical Perspective. Em *Joined-Up Government* (pp. 19–42). British Academy.
- Hunt, S. (2005). *Whole-of-government: Does working together work?* [Policy and Governance Discussion Paper]. Australian National University.
- Huntington, S. P. (1993). *The third wave: Democratization in the late twentieth century (Vol. 4)*. University of Oklahoma Press.
- Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. (2017). *Inquérito Social Europeu*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2015). *NUTS 2013: As novas unidades territoriais para fins estatísticos*.
- Júnior, S. D. da S., & Costa, F. J. (2014). Mensuração e escalas de verificação: Uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. *PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, 15, 1–16.
- Kearney, A. T. (2005). *Shared Services in Government: Turning Private—Sector Lessons into Public—Sector Best Practices* [AT Kearney, Chicago, IL.].
- Kearney, A. T. (2009). *Shared Services in Government 2: Building a platform for better public services at lower cost*.
- Kettl, D. F. (2013). *System under stress: Homeland security and American politics*. Sage.
- Kirakowski, J. (2000). *Questionnaires in Usability Engineering*.
- Krasner, S. (1988). Sovereignty: An Institutional Perspective. *Comparative Political Studies*, 21(1), 66–69.
- Lacroix, J. (2007). A Liberal Defence of Compulsory Voting. *Political Studies Association*, 27(3), 190–195.

- Lægreid, P., & Wise, L. R. (2007). Reforming human resource management in civil service systems: Recruitment, mobility, and representativeness. Em *The civil service in the 21st century* (pp. 169–182). Palgrave Macmillan.
- Lauth, H.-J. (2013). *Demokratie und Demokratiemessung: Eine konzeptionelle Grundlegung für den interkulturellen Vergleich*. Springer-Verlag.
- Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, n.º Diário da República n.º 176/2013, Série I (2013). <https://data.dre.pt/eli/lei/75/2013/09/12/p/dre/pt/html>
- Lever, A. (2008). A liberal defence of compulsory voting: Some reasons for scepticism. *Politics*, 28(1), 61–64.
- Lever, A. (2009). Liberalism, Democracy and the Ethics of Voting. *Politics*, 29(3), 223–227. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9256.2009.01359.x>
- Lijphart, A. (1997). Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma Presidential Address. *Cambridge University Press*, 91, 1–14.
- Lijphart, A. (2012). *Patterns of democracy: Government forms and performance in thirty-six countries* (2ª). Yale University Press.
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of psychology*.
- Ling, T. (2002). Delivering Joined-Up Government in the UK: Dimensions, Issues and Problems. *Public Administration*, 80(4), 615–642.
- Lüchmann, L. (2002). *Possibilidades e Limites da Democracia Deliberativa—A Experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Universidade Estadual de Campinas.
- Lüchmann, L. (2007). Democracia deliberativa, pobreza e participação política. *Política & Sociedade*, 11.
- Magalhães, P. C. (2001). Desigualdade, desinteresse e desconfiança: A abstenção nas eleições legislativas de 1999. *Análise Social*, 35(157), 1079–1093.
- Management Advisory Committee. (2004). *Connecting Government: Whole of Government Responses to Australia's Priority Challenges*. Government of Australia.
- March, J. G., & Olsen, J. P. (1983). Organizing political life: What administrative reorganization tells us about government. *American Political Science Review*, 77(2), 281–296.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística: Com utilização do SPSS* (3ª). Edições Sílabo.
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65–90.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Psiquilíbrios Edições.
- Martins, R. (2010). *Análise Económica do Comportamento Eleitoral em Portugal* [Universidade de Coimbra]. <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/13820/1/Comportamento%20eleitoral%20em%20Portugal%20%28Rodrigo%20Martins%29.pdf>
- Mattiazzi, G. (2011). Participação política, abstencionismo, democracia: Onde está o problema? *Perspectivas-Journal of Political Science*, 6, 131–154.
- McCall, R. B. (2000). *Fundamental Statistics for the Behavioral Sciences* (8ª). Cengage Learning.

- Medeiros, J. B. (2019). *Redação Científica: Prática de fichamentos, resumos, resenhas* (13ª). Atlas.
- Medina, J. (1985a). *História Contemporânea de Portugal—Estado Novo* (Vol. 1). Amigos do Livro.
- Medina, J. (1985b). *História Contemporânea de Portugal—Vinte e Cinco de Abril*. Amigos do Livro.
- Menezes, I., Pereira, V. B., & Hedtke, R. (2016). *Educação e participação cívica e política—40 anos de mudança em Portugal e na Europa*.
- Mill, J. S. (1970). *Sobre la libertad*. Alianza Editorial.
- Miranda, J. (2007). *A originalidade e as principais características da Constituição Potuguesa*. 16, 254–280.
- Morlino, L. (2004). 'Good' and 'bad' democracies: How to conduct research into the quality of democracy. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 20(1), 5–27. <https://doi.org/10.1080/13523270410001687082>
- Mulgan, G. (2009). *The art of public strategy: Mobilizing power and knowledge for the common good*. Oxford University Press on Demand.
- Munck, G. L. (2016). What is democracy? A reconceptualization of the quality of democracy. *Democratization*, 23(1), 1–26.
- Navarrete, R. M. (2020). Ideological proximity and voter turnout in multilevel systems: Evidence from Spain. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 30(3), 297–316.
- Nicolau, J. (2004). *Sistemas Eleitorais* (5ª). FGV.
- Novaes Ramos, P. (2009). Alheamento Eleitoral: Reflexões sobre o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções na teoria política contemporânea. *Mediações*, 14(1), 170–199.
- Office of the First Minister and Deputy First Minister (OFMDFM). (2003). *A Practical Guide to Policy Making in Northern Ireland*. Economic Policy Unit, Office of the First Minister and Deputy First Minister.
- O'Flynn, J., Buick, F., Blackman, D., & Halligan, J. (2011). You win some, you lose some: Experiments with joined-up government. *International Journal of Public Administration*, 34(4), 244–254.
- O'Leary, R., Gerard, C., & Bingham, L. B. (2006). Introduction to the Symposium on Collaborative Public Management. *Public Administration Review*, 6–9.
- Oliveira, C. (1996). *História dos municípios e do poder local: Dos finais da Idade Média à União Europeia*.
- Oliveira, J. C. P. de, Oliveira, A. L. de, Morais, F. de A. M., Silva, G. M. da, & Silva, C. N. M. da. (2016). O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: Vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. *III CONEDU—Congresso Nacional de Educação*.
- Organisation de Coopération et de Développement Économiques (OCDE). (2003). *Revue de l'OCDE sur la gestion budgétaire*. *Organisation de Coopération et de Développement Économiques*, 3(3).
- Othman, M. H., & Razali, R. (2018). Whole of government critical success factors towards integrated e-government services: A preliminary review. *Jurnal Pengurusan (UKM Journal of Management)*, 53, 73–82.

- Peña Vera, T., & Pirela Morillo, J. (2007). La complejidad del análisis documental. *Información, cultura y sociedad*, 16, 55–81.
- Peters, B. G. (2015). *Pursuing horizontal management: The politics of public sector coordination*. University Press of Kansas.
- Pinto, A. C., Sousa, L. de, & Magalhães, P. (2013). *A Qualidade da Democracia em Portugal—A Visão dos Cidadãos (1ª)*. Instituto de Ciências Sociais.
- Pollitt, C. (2003). Joined-up Government: A Survey. *Political Studies Review*, 1(1), 34–49. <https://doi.org/10.1111/1478-9299.00004>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual da Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Rebello de Sousa, M. (2014). Marcelo Rebello de Sousa defende voto obrigatório. *SOL*. <https://sol.sapo.pt/artigo/105458/marcelo-rebello-de-sousa-defende-voto-obrigatorio>
- Rodríguez Burgos, K. E. (2015). *Democracia y tipos de democracia*.
- Rodríguez Burgos, K. E., & Sáenz López, K. A. (2010). La promoción de la participación ciudadana. *Elecciones, gobierno y gobernabilidad*.
- Rosenberg, A. (2006). *Democracia y lucha de clases en la antigüedad*. Editorial El Viejo Topo.
- Roy, J., & Langford, J. (2008). *Integrating Service Delivery Across Levels of Government: Case Studies of Canada and Other Countries*. IBM Center for the Business of Government.
- Ryan, C., & Walsh, P. (2004). Collaboration of Public Sector Agencies: Reporting and Accountability Challenges. *International Journal of Public Sector Management*, 17(7), 621–631.
- Saraiva, J. H. (1981). *História de Portugal. Pequena História das Grandes Nações*.
- Schäfer, C., & Debus, M. (2017). No participation without representation—Policy distances and abstention in European Parliament elections. *European Public Policy*, 25(12), 1835–1854.
- Sharpe, R. A., Taylor, T., Fleming, L. E., Morrissey, K., Morris, G., & Wigglesworth, R. (2018). Making the case for “whole system” approaches: Integrating public health and housing. *International journal of environmental research and public health*, 15(11), 2345.
- Sheppard, J. (2015). Compulsory voting and political knowledge: Testing a ‘compelled engagement’ hypothesis. *Electoral Studies*, 300–307.
- Shergold, P. (2004). Connecting Government: Whole of Government Responses to Australia’s Priority Challenges. *Management Advisory Committee*, 251.
- Silva, I. M. S. R. da. (2006). *A autarquia como promotora da política educativa local: O caso de um município*.
- Silva, R. R. da, & Silva, E. M. da. (2017). A percepção sobre o voto no Brasil. *Revista Vale: Arte, Ciência e Cultura*, 9.
- Soares, P. H. (2004). Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo. *Rvista de Informação Legislativa*, 161.
- Solijonov, A. (2016). *Voter Turnout Trends around the World*. International IDEA.
- Sousa, L. de. (2011). Recuperar o Estado e a Política. Em *A Constituição Revista: Um e-book da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS)* (pp. 23–30). https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20342/1/ICS_LSousa_Recuperar_CLN.pdf
- Touraine, A. (2001). La democracia: Una idea nueva. *¿Qué es la democracia?*, 11.

- Trein, P., Meyer, I., & Maggetti, M. (2019). The integration and coordination of public policies: A systematic comparative review. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 21(4), 332–349.
- Vichi, B. de S. (2007). *Política Urbana: Sentido Jurídico, competências e responsabilidades*. Editora Fórum.
- Volacu, A. (2019). Democracy and Compulsory Voting. *Political Research Quarterly*, 1–10. <https://doi.org/DOI: 10.1177/1065912919839155>
- Wheeler, D. L. (1978). A Primeira República Portuguesa e a História. *Análise Social*, XIV, 865–872.
- Whelan, P. (2003). *Cross-Departmental Challenges: A Whole-of-Government Approach for the Twenty-First Century*. Institute of Public Affairs.
- Williams, P. (2002). The competent boundary spanner. *Public Administration*, 80(1), 103–124.
- Zappellini, M. B., & Feuerschütte, S. G. (2015). O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. *Administração: ensino e pesquisa*, 16(2), 241–273.

Apêndices

Apêndice A: Inquérito por Questionário

Questionário – Abstenção Eleitoral

O presente questionário insere-se num estudo académico a decorrer no ISCAP (Politécnico do Porto), no âmbito do Mestrado em Gestão das Organizações - Ramo de Gestão Pública e tem como objetivo analisar a Abstenção Eleitoral.

O questionário é constituído por 25 perguntas fechadas e 5 perguntas abertas e o tempo de resposta é entre 5 a 10min, sendo os dados anónimos e confidenciais.

As questões assinaladas com (*) são de resposta obrigatória.

Município*

Nome (opcional)

Cargo*

De acordo com as seguintes afirmações, pontue cada uma com 1 (Discordo totalmente), 2 (Discordo), 3 (Não concordo nem discordo), 4 (Concordo), 5 (Concordo totalmente).

1. A abstenção*:					
1.1. É um problema.	1	2	3	4	5
1.2. É um problema que me preocupa.	1	2	3	4	5
1.3. É um problema com solução.	1	2	3	4	5
1.4. Explica-se pela falta de interesse dos eleitores.	1	2	3	4	5
1.5. Explica-se pela falta de confiança nos políticos.	1	2	3	4	5
1.6. Explica-se pela falta de entendimento da importância do voto.	1	2	3	4	5
1.7. Explica-se enquanto forma de protesto.	1	2	3	4	5
1.8. Explica-se enquanto forma de participação política.	1	2	3	4	5
2. O voto*					
2.1. Os votos nulos e os votos em branco devem ser entendidos como abstenção.	1	2	3	4	5
2.2. O voto deve ser obrigatório.	1	2	3	4	5
2.2.1. O voto obrigatório não pode ser defendido em bases democráticas.	1	2	3	4	5
2.3. O voto na área de residência aumenta a participação eleitoral.	1	2	3	4	5
2.4. O voto eletrónico aumenta a participação eleitoral.	1	2	3	4	5
2.5. O voto antecipado aumenta a participação eleitoral.	1	2	3	4	5
3. Ações para contrariar a abstenção*					
3.1. A União Europeia deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.	1	2	3	4	5
3.2. Portugal deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.	1	2	3	4	5
3.3. O Município deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.	1	2	3	4	5
3.4. As ações desenvolvidas a nível Municipal são as mais eficazes para contrariar a abstenção.	1	2	3	4	5
3.5. As ações desenvolvidas pelos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção.	1	2	3	4	5
3.6. As ações desenvolvidas pelos cidadãos com o apoio do Município são as mais eficazes para contrariar a abstenção.	1	2	3	4	5
3.7. As ações desenvolvidas pelo Município com o apoio dos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção.	1	2	3	4	5
4. Whole-of-Government*					
4.1. Conheço o conceito do <i>Whole-of-Government</i> (WG).	1	2	3	4	5
4.2. O WG é um modelo utilizado neste Município.	1	2	3	4	5
4.3. O WG é um modelo passível de ser utilizado neste Município.	1	2	3	4	5

4.4. O WG pode auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção.	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

Perguntas abertas*

Existe, nesta Autarquia, algum exemplo prático da aplicação de governo participado (*whole-of-government*) pelos cidadãos?

(No caso da resposta anterior ser positiva) A implementação deste modelo permitiu alcançar os resultados esperados?

Que possíveis medidas de gestão pública podem ser implementadas pelas autarquias locais para minimizar o problema da abstenção eleitoral?

Este Município já desenvolveu ações para contrariar a abstenção eleitoral?

(No caso da resposta anterior ser positiva) Essas ações permitiram alcançar os resultados esperados?

Comentários a tecer (opcional)

Anexos

Anexo A Tabela de estatística descritiva

Tabela 2: Estatística descritiva.

	N	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio
Problema	46	3	5	4,65	0,640
Preocupação	46	2	5	4,57	0,807
Solução	46	2	5	3,61	0,649
Falta de interesse dos eleitores	46	3	5	3,76	0,639
Falta de confiança nos políticos	46	1	5	3,41	0,748
Falta de entendimento da importância do voto	46	2	5	3,80	0,778
Forma de protesto	46	1	5	3,00	1,095
Participação política	46	1	5	2,78	1,052
Votos nulos e brancos	46	1	5	1,76	1,139
Voto obrigatório	46	1	5	3,09	1,411
Voto obrigatório (bases democráticas)	46	1	5	3,20	1,185
Voto na área de residência	46	1	5	3,78	1,031
Voto eletrónico	46	1	5	3,89	0,900
Voto antecipado	46	2	5	3,78	0,892
Ações – EU	46	1	5	4,28	0,981
Ações – PT	46	2	5	4,52	0,691
Ações – CM	46	1	5	4,17	0,973
Eficácia – CM	46	1	5	3,46	0,912
Eficácia – Cidadãos	46	2	5	3,41	0,832
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	46	1	5	3,48	0,836
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	46	1	5	3,72	0,935
Conhecimento do WG	46	1	5	3,41	1,275
Utilização do WG	46	1	5	2,67	1,136
Possibilidade de utilização do WG	46	1	5	3,48	0,863
WG pode auxiliar as CM	46	1	5	3,33	0,845
Exemplo prático do WG	46	0	1	0,48	0,505
Desenvolvimento de ações	46	0	1	0,61	0,493

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do *SPSS Statistics*.

Anexo B Testes de hipóteses

Tabela 3: Teste da hipótese *Os municípios estão preocupados.*

Teste Binomial						
		Categoria	N	Proporção observada	Proporção de teste	Sig exata (unilateral)
A abstenção é um problema que preocupa o inquirido	Grupo 1	Preocupa	41	0,89	0,89	0,605
	Grupo 2	Não preocupa	5	0,11		
	Total		46	1		

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do *SPSS Statistics*.

Uma vez que o Valor P (Sig. Exata unilateral) é maior que 0,05, não se rejeita a hipótese, ou seja, não existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que os municípios não estão preocupados.

Tabela 4: Teste da hipótese *O WG pode auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção.*

Teste Binomial						
		Categoria	N	Proporção observada	Proporção de teste	Sig exata (unilateral)
O WG pode auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção	Grupo 1	Sim	19	0,41	0,41	0,539
	Grupo 2	Não	27	0,59		
	Total		46	1		

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do *SPSS Statistics*.

O Valor P é maior que 0,05, logo não se rejeita a hipótese, pois não existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que o WG não pode auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção.

Anexo C Análise da correlação

Este ponto faz parte da análise estatística e é dedicado à análise da correlação entre todas as variáveis do questionário. O valor da correlação será analisado com base nos valores de referência para o Coeficiente de Correlação de Pearson, indicados na Tabela 5.

Tabela 5: Valores de referência para o Coeficiente de Correlação.

Intervalo de Referência		Critério
0,90 – 1	(valor positivo ou negativo)	muito alta
0,70 – 0,89	(valor positivo ou negativo)	alta
0,40 – 0,69	(valor positivo ou negativo)	moderada
0,20 – 0,39	(valor positivo ou negativo)	baixa
< 0,20	(valor positivo ou negativo)	muito baixa

Fonte: Adaptado de Bryman e Cramer (2005, p. 219).

A análise será agrupada por questões, ou seja, analisou-se a correlação entre a questão 1.1 e todas as seguintes, a questão 1.2 com as seguintes e assim sucessivamente.

Tabela 6: A abstenção é um problema.

	Problema	
Problema	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	–
Preocupação	Correlação de Pearson	,862**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Solução	Correlação de Pearson	0,093
	Sig. (2 extremidades)	0,539
Falta de interesse – eleitores	Correlação de Pearson	0,172
	Sig. (2 extremidades)	0,252
Falta de confiança – políticos	Correlação de Pearson	- 0,018
	Sig. (2 extremidades)	0,905
Falta de entendimento – voto	Correlação de Pearson	- 0,050
	Sig. (2 extremidades)	0,739
Forma de protesto	Correlação de Pearson	0,032
	Sig. (2 extremidades)	0,834
Participação política	Correlação de Pearson	- 0,148
	Sig. (2 extremidades)	0,327
Votos nulos e brancos	Correlação de Pearson	- 0,056
	Sig. (2 extremidades)	0,713
Voto obrigatório	Correlação de Pearson	0,182

	Sig. (2 extremidades)	0,227
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson	- 0,230
	Sig. (2 extremidades)	0,123
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	0,018
	Sig. (2 extremidades)	0,908
Voto eletrónico	Correlação de Pearson	0,280
	Sig. (2 extremidades)	0,059
Voto antecipado	Correlação de Pearson	- 0,096
	Sig. (2 extremidades)	0,524
Ações – UE	Correlação de Pearson	,443**
	Sig. (2 extremidades)	0,002
Ações – PT	Correlação de Pearson	,420**
	Sig. (2 extremidades)	0,004
Ações – CM	Correlação de Pearson	,385**
	Sig. (2 extremidades)	0,008
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	- 0,103
	Sig. (2 extremidades)	0,497
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,025
	Sig. (2 extremidades)	0,867
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	- 0,139
	Sig. (2 extremidades)	0,357
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,018
	Sig. (2 extremidades)	0,907
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,126
	Sig. (2 extremidades)	0,406
Utilização do WG	Correlação de Pearson	0,024
	Sig. (2 extremidades)	0,875
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	0,228
	Sig. (2 extremidades)	0,128
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	,297*
	Sig. (2 extremidades)	0,045
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	0,114
	Sig. (2 extremidades)	0,452
Resultados do WG	Correlação de Pearson	0,018
	Sig. (2 extremidades)	0,904
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	- 0,021
	Sig. (2 extremidades)	0,890
Resultados das ações	Correlação de Pearson	- 0,117
	Sig. (2 extremidades)	0,439

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Problema* apresenta uma forte correlação com a questão *A abstenção é um problema que me preocupa*. Neste caso, quanto mais a abstenção é considerada um problema, mais a

abstenção é um problema que preocupa os inquiridos. A correlação é estatisticamente significativa no nível 0,01.

A variável apresenta uma correlação moderada e estatisticamente significativa com as variáveis representativas de ações a desenvolver quer pela União Europeia, quer por Portugal – variáveis 3.1 e 3.2 – respetivamente. A variável apresenta uma correlação baixa com as variáveis 2.2.1. *Voto obrigatório (bases democráticas)*, 2.4. *Voto eletrónico*, 3.3. *Ações – CM* (sendo que neste caso a correlação é estatisticamente significativa), 4.3. *Possibilidade de utilização do WG* e, finalmente, 4.4. *WG pode auxiliar as CM*, sendo que, também neste caso, a correlação é estatisticamente significativa. Com as restantes variáveis, a correlação é muito baixa.

Tabela 7: A abstenção é um problema que me preocupa.

	Preocupação	
Preocupação	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	–
Solução	Correlação de Pearson	0,177
	Sig. (2 extremidades)	0,239
Falta de interesse – eleitores	Correlação de Pearson	0,139
	Sig. (2 extremidades)	0,358
Falta de confiança – políticos	Correlação de Pearson	- 0,064
	Sig. (2 extremidades)	0,672
Falta de entendimento – voto	Correlação de Pearson	- 0,103
	Sig. (2 extremidades)	0,495
Forma de protesto	Correlação de Pearson	0,126
	Sig. (2 extremidades)	0,405
Participação política	Correlação de Pearson	- 0,140
	Sig. (2 extremidades)	0,354
Votos nulos e brancos	Correlação de Pearson	- 0,019
	Sig. (2 extremidades)	0,901
Voto obrigatório	Correlação de Pearson	0,151
	Sig. (2 extremidades)	0,317
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson	- 0,258
	Sig. (2 extremidades)	0,084
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	0,124
	Sig. (2 extremidades)	0,411
Voto eletrónico	Correlação de Pearson	,392**
	Sig. (2 extremidades)	0,007
Voto antecipado	Correlação de Pearson	- 0,011
	Sig. (2 extremidades)	0,944
Ações – UE	Correlação de Pearson	,636**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Ações – PT	Correlação de Pearson	,416**

	Sig. (2 extremidades)	0,004
Ações – CM	Correlação de Pearson	,353*
	Sig. (2 extremidades)	0,016
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	- 0,147
	Sig. (2 extremidades)	0,329
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,042
	Sig. (2 extremidades)	0,783
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	- 0,047
	Sig. (2 extremidades)	0,755
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	- 0,078
	Sig. (2 extremidades)	0,606
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,070
	Sig. (2 extremidades)	0,642
Utilização do WG	Correlação de Pearson	0,036
	Sig. (2 extremidades)	0,813
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	0,242
	Sig. (2 extremidades)	0,106
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	,310*
	Sig. (2 extremidades)	0,036
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	0,194
	Sig. (2 extremidades)	0,195
Resultados do WG	Correlação de Pearson	0,102
	Sig. (2 extremidades)	0,500
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,048
	Sig. (2 extremidades)	0,754
Resultados das ações	Correlação de Pearson	- 0,048
	Sig. (2 extremidades)	0,754

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Preocupação* apresenta uma correlação moderada com as variáveis 3.1. *Ações – UE* e 3.2. *Ações – PT*, sendo a correlação estatisticamente significativa para um nível de significância de 0,01.

Com as variáveis 2.2.1. *Voto obrigatório (bases democráticas)*, 2.4. *Voto eletrónico* (estatisticamente significativa), 3.3. *Ações – CM* (estatisticamente significativa), 4.3. *Possibilidade de utilização do WG* e 4.4. *WG pode auxiliar as CM* (estatisticamente significativa) a correlação é baixa. As restantes variáveis apresentam uma correlação muito baixa.

Tabela 8: A abstenção é um problema com solução.

	Solução	
Solução	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	–
Falta de interesse – eleitores	Correlação de Pearson	0,144
	Sig. (2 extremidades)	0,338
Falta de confiança – políticos	Correlação de Pearson	- 0,072
	Sig. (2 extremidades)	0,636
Falta de entendimento – voto	Correlação de Pearson	0,153
	Sig. (2 extremidades)	0,310
Forma de protesto	Correlação de Pearson	0,094
	Sig. (2 extremidades)	0,535
Participação política	Correlação de Pearson	- 0,030
	Sig. (2 extremidades)	0,845
Votos nulos e brancos	Correlação de Pearson	0,141
	Sig. (2 extremidades)	0,349
Voto obrigatório	Correlação de Pearson	0,111
	Sig. (2 extremidades)	0,464
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson	- 0,158
	Sig. (2 extremidades)	0,294
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	0,103
	Sig. (2 extremidades)	0,498
Voto eletrónico	Correlação de Pearson	- 0,036
	Sig. (2 extremidades)	0,810
Voto antecipado	Correlação de Pearson	0,042
	Sig. (2 extremidades)	0,783
Ações – UE	Correlação de Pearson	0,247
	Sig. (2 extremidades)	0,098
Ações – PT	Correlação de Pearson	0,119
	Sig. (2 extremidades)	0,433
Ações – CM	Correlação de Pearson	0,216
	Sig. (2 extremidades)	0,150
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,196
	Sig. (2 extremidades)	0,192
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,265
	Sig. (2 extremidades)	0,075
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	,393**
	Sig. (2 extremidades)	0,007
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,217
	Sig. (2 extremidades)	0,148
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,012
	Sig. (2 extremidades)	0,939
Utilização do WG	Correlação de Pearson	- 0,117
	Sig. (2 extremidades)	0,440

Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	0,104
	Sig. (2 extremidades)	0,493
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,197
	Sig. (2 extremidades)	0,189
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	0,109
	Sig. (2 extremidades)	0,471
Resultados do WG	Correlação de Pearson	0,072
	Sig. (2 extremidades)	0,633
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,189
	Sig. (2 extremidades)	0,208
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,151
	Sig. (2 extremidades)	0,317

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Solução* tem com as restantes variáveis correlações baixas e muito baixas, apesar de que com a variável *Eficácia – Cidadãos com apoio da CM* a relação é estatisticamente significativa. Isto evidencia que estatisticamente os inquiridos que acham que a abstenção é um problema com solução duvidam que as ações desenvolvidas pelos cidadãos com o apoio da CM são as mais eficazes para diminuir a abstenção.

Tabela 9: A abstenção explica-se pela falta de interesse dos eleitores.

		Falta de interesse – eleitores
Falta de interesse – eleitores	Correlação de Pearson	1
	Correlação de Pearson	–
Falta de confiança – políticos	Correlação de Pearson	- 0,021
	Sig. (2 extremidades)	0,889
Falta de entendimento – voto	Correlação de Pearson	0,217
	Sig. (2 extremidades)	0,148
Forma de protesto	Correlação de Pearson	0,159
	Sig. (2 extremidades)	0,292
Participação política	Correlação de Pearson	,318 [*]
	Sig. (2 extremidades)	0,031
Votos nulos e brancos	Correlação de Pearson	0,256
	Sig. (2 extremidades)	0,086
Voto obrigatório	Correlação de Pearson	0,245
	Sig. (2 extremidades)	0,100
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson	- 0,260
	Sig. (2 extremidades)	0,081
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	0,189
	Sig. (2 extremidades)	0,208

Voto eletrónico	Correlação de Pearson	- 0,008
	Sig. (2 extremidades)	0,960
Voto antecipado	Correlação de Pearson	- 0,015
	Sig. (2 extremidades)	0,920
Ações – UE	Correlação de Pearson	- 0,102
	Sig. (2 extremidades)	0,498
Ações – PT	Correlação de Pearson	- 0,215
	Sig. (2 extremidades)	0,152
Ações – CM	Correlação de Pearson	- 0,182
	Sig. (2 extremidades)	0,227
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	- ,419**
	Sig. (2 extremidades)	0,004
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	- 0,103
	Sig. (2 extremidades)	0,497
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	- 0,197
	Sig. (2 extremidades)	0,189
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	- 0,041
	Sig. (2 extremidades)	0,785
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	- 0,094
	Sig. (2 extremidades)	0,533
Utilização do WG	Correlação de Pearson	- 0,232
	Sig. (2 extremidades)	0,120
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	- 0,110
	Sig. (2 extremidades)	0,465
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	- 0,141
	Sig. (2 extremidades)	0,352
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	- ,326*
	Sig. (2 extremidades)	0,027
Resultados do WG	Correlação de Pearson	- 0,190
	Sig. (2 extremidades)	0,206
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	- 0,071
	Sig. (2 extremidades)	0,641
Resultados das ações	Correlação de Pearson	- 0,206
	Sig. (2 extremidades)	0,170

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Falta de interesse – eleitores* apresenta uma correlação negativa moderada e estatisticamente significativa com a variável *Eficácia – CM*. Com as restantes variáveis, as correlações são entre baixas e muito baixas. Dá-se particular destaque à correlação com a variável *Participação política*, que apesar de ser baixa é estatisticamente significativa e, portanto, se pode interpretar da seguinte forma: quando a *Falta de interesse* aumenta, a *Participação política* aumenta, mas pouco, o que não deixa de ser um paradoxo, que poderá ser estudado em investigações futuras.

Tabela 10: Explica-se pela falta de confiança nos políticos.

		Falta de confiança políticos	de -
Falta de confiança – políticos	Correlação de Pearson		1
	Sig. (2 extremidades)		-
Falta de entendimento – voto	Correlação de Pearson		-,355*
	Sig. (2 extremidades)		0,016
Forma de protesto	Correlação de Pearson		0,054
	Sig. (2 extremidades)		0,720
Participação política	Correlação de Pearson		-0,025
	Sig. (2 extremidades)		0,871
Votos nulos e brancos	Correlação de Pearson		0,092
	Sig. (2 extremidades)		0,541
Voto obrigatório	Correlação de Pearson		0,113
	Sig. (2 extremidades)		0,456
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson		-0,118
	Sig. (2 extremidades)		0,434
Voto na área de residência	Correlação de Pearson		0,177
	Sig. (2 extremidades)		0,240
Voto eletrónico	Correlação de Pearson		-0,097
	Sig. (2 extremidades)		0,522
Voto antecipado	Correlação de Pearson		0,071
	Sig. (2 extremidades)		0,639
Ações - UE	Correlação de Pearson		0,110
	Sig. (2 extremidades)		0,467
Ações - PT	Correlação de Pearson		0,090
	Sig. (2 extremidades)		0,553
Ações - CM	Correlação de Pearson		0,021
	Sig. (2 extremidades)		0,889
Eficácia - CM	Correlação de Pearson		0,076
	Sig. (2 extremidades)		0,616
Eficácia - Cidadãos	Correlação de Pearson		-0,102
	Sig. (2 extremidades)		0,501
Eficácia - Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson		-0,074
	Sig. (2 extremidades)		0,624
Eficácia - CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson		0,075
	Sig. (2 extremidades)		0,619
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson		-0,160
	Sig. (2 extremidades)		0,289
Utilização do WG	Correlação de Pearson		-0,126
	Sig. (2 extremidades)		0,405
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson		-0,106
	Sig. (2 extremidades)		0,482

WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,169
	Sig. (2 extremidades)	0,261
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-0,064
	Sig. (2 extremidades)	0,673
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,026
	Sig. (2 extremidades)	0,863
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,099
	Sig. (2 extremidades)	0,514
Resultados das ações	Correlação de Pearson	-0,040
	Sig. (2 extremidades)	0,793

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Falta de confiança – políticos* apresenta uma correlação negativa baixa, mas estatisticamente significativa, com a variável *Falta de entendimento – voto*. Isto evidencia que quando a falta de confiança aumenta, a falta de entendimento diminui, ou seja, os mais esclarecidos confiam menos. Com todas as restantes variáveis a correlação é muito baixa.

Tabela 11: Explica-se pela falta de entendimento da importância do voto.

	Falta de entendimento – voto	de –
Falta de entendimento – voto	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Forma de protesto	Correlação de Pearson	-0,235
	Sig. (2 extremidades)	0,116
Participação política	Correlação de Pearson	-0,026
	Sig. (2 extremidades)	0,864
Votos nulos e brancos	Correlação de Pearson	-0,179
	Sig. (2 extremidades)	0,233
Voto obrigatório	Correlação de Pearson	-0,045
	Sig. (2 extremidades)	0,767
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson	0,259
	Sig. (2 extremidades)	0,082
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	-0,193
	Sig. (2 extremidades)	0,199
Voto eletrónico	Correlação de Pearson	0,096
	Sig. (2 extremidades)	0,526
Voto antecipado	Correlação de Pearson	0,161
	Sig. (2 extremidades)	0,284
Ações – UE	Correlação de Pearson	-0,188
	Sig. (2 extremidades)	0,211
Ações – PT	Correlação de Pearson	-0,054

	Sig. (2 extremidades)	0,722
Ações – CM	Correlação de Pearson	-0,071
	Sig. (2 extremidades)	0,637
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	-0,122
	Sig. (2 extremidades)	0,420
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,265
	Sig. (2 extremidades)	0,075
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	0,010
	Sig. (2 extremidades)	0,945
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,075
	Sig. (2 extremidades)	0,620
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,061
	Sig. (2 extremidades)	0,688
Utilização do WG	Correlação de Pearson	0,052
	Sig. (2 extremidades)	0,732
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	0,109
	Sig. (2 extremidades)	0,469
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	-0,002
	Sig. (2 extremidades)	0,988
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-0,096
	Sig. (2 extremidades)	0,526
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,086
	Sig. (2 extremidades)	0,572
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	-0,176
	Sig. (2 extremidades)	0,241
Resultados das ações	Correlação de Pearson	-0,164
	Sig. (2 extremidades)	0,276

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Falta de entendimento – voto* apresenta uma correlação baixa e negativa com as variáveis *Forma de protesto*, *Voto obrigatório (bases democráticas)* e *Eficácia – Cidadãos*.

Com as restantes variáveis, o grau de correlação é muito baixo e, com grande parte delas, negativo.

Tabela 12: Explica-se enquanto forma de protesto.

	Forma de protesto	
Forma de protesto	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Participação política	Correlação de Pearson	,347*
	Sig. (2 extremidades)	0,018
Votos nulos e brancos	Correlação de Pearson	0,160
	Sig. (2 extremidades)	0,287
Voto obrigatório	Correlação de Pearson	0,158

	Sig. (2 extremidades)	0,294
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson	0,017
	Sig. (2 extremidades)	0,910
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	0,000
	Sig. (2 extremidades)	1,000
Voto eletrónico	Correlação de Pearson	0,113
	Sig. (2 extremidades)	0,456
Voto antecipado	Correlação de Pearson	0,136
	Sig. (2 extremidades)	0,366
Ações – UE	Correlação de Pearson	,351*
	Sig. (2 extremidades)	0,017
Ações – PT	Correlação de Pearson	0,147
	Sig. (2 extremidades)	0,330
Ações – CM	Correlação de Pearson	,334*
	Sig. (2 extremidades)	0,023
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,111
	Sig. (2 extremidades)	0,462
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	-0,219
	Sig. (2 extremidades)	0,143
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	0,097
	Sig. (2 extremidades)	0,521
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,152
	Sig. (2 extremidades)	0,314
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	-0,127
	Sig. (2 extremidades)	0,399
Utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,286
	Sig. (2 extremidades)	0,054
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,212
	Sig. (2 extremidades)	0,158
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,000
	Sig. (2 extremidades)	1,000
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-,361*
	Sig. (2 extremidades)	0,014
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,247
	Sig. (2 extremidades)	0,098
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,161
	Sig. (2 extremidades)	0,285
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,121
	Sig. (2 extremidades)	0,424

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Forma de protesto* apresenta uma relação baixa, mas estatisticamente significativa com as variáveis *Participação política*, *Ações – UE*, *Ações – CM* e *Exemplo prático do WG* (correlação negativa). Com as variáveis *Eficácia – Cidadãos*, *Utilização do WG*, *Possibilidade de*

utilização do WG e Resultados do WG a correlação é negativa e baixa. Com todas as restantes variáveis a relação é muito baixa.

Tabela 13: Explica-se enquanto forma de participação política.

	Participação política	
Participação política	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Votos nulos e brancos	Correlação de Pearson	,345*
	Sig. (2 extremidades)	0,019
Voto obrigatório	Correlação de Pearson	0,028
	Sig. (2 extremidades)	0,854
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson	0,035
	Sig. (2 extremidades)	0,818
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	,304*
	Sig. (2 extremidades)	0,040
Voto eletrónico	Correlação de Pearson	0,115
	Sig. (2 extremidades)	0,446
Voto antecipado	Correlação de Pearson	-0,122
	Sig. (2 extremidades)	0,418
Ações – UE	Correlação de Pearson	-0,004
	Sig. (2 extremidades)	0,980
Ações – PT	Correlação de Pearson	-0,177
	Sig. (2 extremidades)	0,240
Ações – CM	Correlação de Pearson	-0,092
	Sig. (2 extremidades)	0,541
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,013
	Sig. (2 extremidades)	0,931
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,029
	Sig. (2 extremidades)	0,850
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	-0,005
	Sig. (2 extremidades)	0,971
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,162
	Sig. (2 extremidades)	0,282
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	-0,197
	Sig. (2 extremidades)	0,190
Utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,191
	Sig. (2 extremidades)	0,204
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,128
	Sig. (2 extremidades)	0,398
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	-0,268
	Sig. (2 extremidades)	0,071
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-,344*
	Sig. (2 extremidades)	0,019

Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,175
	Sig. (2 extremidades)	0,245
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	-0,024
	Sig. (2 extremidades)	0,876
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,024
	Sig. (2 extremidades)	0,876

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Participação política* apresenta uma correlação negativa e baixa com a variável *WG pode auxiliar as CM* (correlação negativa). A mesma variável apresenta uma correlação baixa e negativa, mas estatisticamente significativa com a variável *Votos nulos e brancos* – o que sugere que, quando a participação política aumenta, a percentagem de votos nulos e brancos diminui – bem como com as variáveis *Voto na área de residência* e com a questão aberta *Exemplo prático do WG*. Com as restantes variáveis a correlação é muito baixa.

Tabela 14: Os votos nulos e os votos em branco devem ser entendidos como abstenção.

	Votos nulos e brancos	e
Votos nulos e brancos	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Voto obrigatório	Correlação de Pearson	0,096
	Sig. (2 extremidades)	0,525
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson	0,019
	Sig. (2 extremidades)	0,900
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	0,258
	Sig. (2 extremidades)	0,084
Voto eletrónico	Correlação de Pearson	-0,091
	Sig. (2 extremidades)	0,548
Voto antecipado	Correlação de Pearson	-0,096
	Sig. (2 extremidades)	0,526
Ações – UE	Correlação de Pearson	0,002
	Sig. (2 extremidades)	0,989
Ações – PT	Correlação de Pearson	-0,036
	Sig. (2 extremidades)	0,814
Ações – CM	Correlação de Pearson	-0,122
	Sig. (2 extremidades)	0,419
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,086
	Sig. (2 extremidades)	0,570
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,036
	Sig. (2 extremidades)	0,811
Eficácia - Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	0,239
	Sig. (2 extremidades)	0,109

Eficácia - CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,186
	Sig. (2 extremidades)	0,217
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	-0,252
	Sig. (2 extremidades)	0,091
Utilização do WG	Correlação de Pearson	-,371*
	Sig. (2 extremidades)	0,011
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	-,333*
	Sig. (2 extremidades)	0,024
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	-,402**
	Sig. (2 extremidades)	0,006
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-,338*
	Sig. (2 extremidades)	0,022
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,225
	Sig. (2 extremidades)	0,132
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,077
	Sig. (2 extremidades)	0,613
Resultados das ações	Correlação de Pearson	-0,115
	Sig. (2 extremidades)	0,445

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Votos nulos e brancos* apresenta uma correlação negativa moderada e estatisticamente significativa com a variável *WG pode auxiliar as CM*.

Com as variáveis *Voto na área de residência*, *Eficácia - Cidadãos com apoio da CM*, *Conhecimento do WG* e com a questão aberta *Resultados do WG* a correlação é negativa baixa.

Com as variáveis *Utilização do WG*, *Possibilidade de utilização do WG* e com a questão aberta *Exemplo prático do WG*, a variável em análise apresenta uma correlação negativa baixa, mas estatisticamente significativa. Com as restantes variáveis a correlação é muito baixa.

Tabela 15: O voto deve ser obrigatório.

Voto obrigatório		
Voto obrigatório	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson	-,475**
	Sig. (2 extremidades)	0,001
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	0,029
	Sig. (2 extremidades)	0,851
Voto eletrónico	Correlação de Pearson	0,078
	Sig. (2 extremidades)	0,608
Voto antecipado	Correlação de Pearson	0,051
	Sig. (2 extremidades)	0,738
Ações – UE	Correlação de Pearson	0,142

	Sig. (2 extremidades)	0,345
Ações – PT	Correlação de Pearson	0,135
	Sig. (2 extremidades)	0,372
Ações – CM	Correlação de Pearson	0,199
	Sig. (2 extremidades)	0,185
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	-0,101
	Sig. (2 extremidades)	0,506
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	-0,050
	Sig. (2 extremidades)	0,740
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	0,020
	Sig. (2 extremidades)	0,893
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,171
	Sig. (2 extremidades)	0,257
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,140
	Sig. (2 extremidades)	0,353
Utilização do WG	Correlação de Pearson	0,060
	Sig. (2 extremidades)	0,694
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,163
	Sig. (2 extremidades)	0,280
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	-0,006
	Sig. (2 extremidades)	0,970
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-0,028
	Sig. (2 extremidades)	0,851
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,082
	Sig. (2 extremidades)	0,589
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,088
	Sig. (2 extremidades)	0,559
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,193
	Sig. (2 extremidades)	0,199

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Voto obrigatório* apresenta uma correlação negativa moderada e estatisticamente significativa com a variável *Voto obrigatório (bases democráticas)*. Isto significa que, estatisticamente, quando a primeira variável aumenta, a variável relativa à opinião de que o voto obrigatório não pode ser defendido em bases democráticas diminui. Este é o resultado esperado tendo em conta a literatura (Lever, 2008; Volacu, 2019). Assim, é de esperar que quem defende o voto obrigatório não ache que o mesmo não pode ser defendido em bases democráticas. As restantes variáveis apresentam correlação muito baixa.

Tabela 16: O voto obrigatório não pode ser defendido em bases democráticas.

		Voto obrigatório (bases democráticas)
Voto obrigatório (bases democráticas)	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	-0,074
	Sig. (2 extremidades)	0,627
Voto eletrónico	Correlação de Pearson	0,083
	Sig. (2 extremidades)	0,584
Voto antecipado	Correlação de Pearson	-0,106
	Sig. (2 extremidades)	0,483
Ações – UE	Correlação de Pearson	-0,125
	Sig. (2 extremidades)	0,408
Ações – PT	Correlação de Pearson	0,008
	Sig. (2 extremidades)	0,957
Ações – CM	Correlação de Pearson	-0,030
	Sig. (2 extremidades)	0,842
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,265
	Sig. (2 extremidades)	0,075
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,006
	Sig. (2 extremidades)	0,967
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	0,128
	Sig. (2 extremidades)	0,398
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,131
	Sig. (2 extremidades)	0,385
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	-0,084
	Sig. (2 extremidades)	0,579
Utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,051
	Sig. (2 extremidades)	0,739
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,007
	Sig. (2 extremidades)	0,965
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	-0,043
	Sig. (2 extremidades)	0,777
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-0,160
	Sig. (2 extremidades)	0,289
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,020
	Sig. (2 extremidades)	0,896
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	-0,070
	Sig. (2 extremidades)	0,642
Resultados das ações	Correlação de Pearson	-0,116
	Sig. (2 extremidades)	0,444

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Voto obrigatório (bases democráticas)* apresenta uma correlação muito baixa com todas as variáveis exceto com a variável *Eficácia – CM*, em que a correlação é baixa.

Tabela 17: O voto na área de residência aumenta a participação eleitoral.

		Voto na área de residência
Voto na área de residência	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Voto eletrônico	Correlação de Pearson	0,213
	Sig. (2 extremidades)	0,154
Voto antecipado	Correlação de Pearson	-0,053
	Sig. (2 extremidades)	0,729
Ações – UE	Correlação de Pearson	0,172
	Sig. (2 extremidades)	0,253
Ações – PT	Correlação de Pearson	0,038
	Sig. (2 extremidades)	0,802
Ações – CM	Correlação de Pearson	0,039
	Sig. (2 extremidades)	0,799
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,013
	Sig. (2 extremidades)	0,930
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,055
	Sig. (2 extremidades)	0,716
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	0,020
	Sig. (2 extremidades)	0,894
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,027
	Sig. (2 extremidades)	0,858
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	-0,015
	Sig. (2 extremidades)	0,923
Utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,062
	Sig. (2 extremidades)	0,683
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	0,045
	Sig. (2 extremidades)	0,769
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,058
	Sig. (2 extremidades)	0,703
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	0,033
	Sig. (2 extremidades)	0,826
Resultados do WG	Correlação de Pearson	0,084
	Sig. (2 extremidades)	0,581
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,147
	Sig. (2 extremidades)	0,330
Resultados das ações	Correlação de Pearson	-0,061
	Sig. (2 extremidades)	0,685

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Voto na área de residência* apresenta uma correlação baixa com a variável *Voto eletrónico* e muito baixa com todas as outras.

Tabela 18: O voto eletrónico aumenta a participação eleitoral.

	Voto eletrónico	
Voto eletrónico	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Voto antecipado	Correlação de Pearson	0,081
	Sig. (2 extremidades)	0,594
Ações - UE	Correlação de Pearson	,413**
	Sig. (2 extremidades)	0,004
Ações – PT	Correlação de Pearson	,415**
	Sig. (2 extremidades)	0,004
Ações – CM	Correlação de Pearson	,377**
	Sig. (2 extremidades)	0,010
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,116
	Sig. (2 extremidades)	0,443
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,061
	Sig. (2 extremidades)	0,686
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	-0,047
	Sig. (2 extremidades)	0,754
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,200
	Sig. (2 extremidades)	0,182
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	-0,212
	Sig. (2 extremidades)	0,158
Utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,122
	Sig. (2 extremidades)	0,418
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,103
	Sig. (2 extremidades)	0,495
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,106
	Sig. (2 extremidades)	0,483
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-0,030
	Sig. (2 extremidades)	0,844
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,152
	Sig. (2 extremidades)	0,312
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	-0,014
	Sig. (2 extremidades)	0,927
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,063
	Sig. (2 extremidades)	0,678

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Voto eletrónico* apresenta uma correlação moderada e estatisticamente significativa com as variáveis *Ações – UE* e *Ações – PT*.

Também com a variável *Ações – CM* a correlação é estatisticamente significativa, apesar de baixa.

Com as variáveis *Eficácia – CM com apoio dos cidadãos* e *Conhecimento do WG* a correlação é baixa e estatisticamente não significativa. Com as restantes variáveis a correlação é muito baixa.

Tabela 19: O voto antecipado aumenta a participação eleitoral.

	Voto antecipado	
Voto antecipado	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Ações – UE	Correlação de Pearson	0,173
	Sig. (2 extremidades)	0,250
Ações – PT	Correlação de Pearson	0,152
	Sig. (2 extremidades)	0,313
Ações – CM	Correlação de Pearson	0,172
	Sig. (2 extremidades)	0,252
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,097
	Sig. (2 extremidades)	0,520
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	,333*
	Sig. (2 extremidades)	0,024
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	0,202
	Sig. (2 extremidades)	0,178
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,031
	Sig. (2 extremidades)	0,837
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,100
	Sig. (2 extremidades)	0,508
Utilização do WG	Correlação de Pearson	0,257
	Sig. (2 extremidades)	0,084
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	0,080
	Sig. (2 extremidades)	0,596
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,214
	Sig. (2 extremidades)	0,153
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	0,187
	Sig. (2 extremidades)	0,215
Resultados do WG	Correlação de Pearson	0,198
	Sig. (2 extremidades)	0,188
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,120
	Sig. (2 extremidades)	0,425
Resultados das ações	Correlação de Pearson	,325*
	Sig. (2 extremidades)	0,028

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Voto antecipado* apresenta uma correlação baixa com as variáveis *Eficácia – Cidadãos com apoio da CM*, *Utilização do WG* e *WG pode auxiliar as CM*.

Também com as variáveis *Eficácia – Cidadãos* e *Resultados das ações* a correlação é baixa, mas estatisticamente significativa. Com as restantes variáveis a correlação é muito baixa.

Tabela 20: A União Europeia deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.

	Ações – UE	
Ações – UE	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Ações – PT	Correlação de Pearson	,728**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Ações – CM	Correlação de Pearson	,646**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,051
	Sig. (2 extremidades)	0,735
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	-0,010
	Sig. (2 extremidades)	0,947
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	0,075
	Sig. (2 extremidades)	0,619
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,065
	Sig. (2 extremidades)	0,669
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	-0,131
	Sig. (2 extremidades)	0,386
Utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,155
	Sig. (2 extremidades)	0,305
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,058
	Sig. (2 extremidades)	0,701
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,181
	Sig. (2 extremidades)	0,228
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	0,080
	Sig. (2 extremidades)	0,597
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,004
	Sig. (2 extremidades)	0,979
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,042
	Sig. (2 extremidades)	0,781
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,048
	Sig. (2 extremidades)	0,752

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Ações – UE* tem uma correlação alta e estatisticamente significativa com a variável *Ações – PT*. Assim, quando a variável relativa à opinião de que a UE deve realizar ações para

contrariar a abstenção aumenta, a variável relativa à mesma opinião, mas aplicada a Portugal, também aumenta e a correlação tem uma intensidade alta.

Com a variável *Ações – CM* a correlação é moderada e estatisticamente significativa, apesar de com uma menor intensidade do que o que acontece com a correlação aplicada a Portugal.

Este é o resultado esperado tendo em conta a análise dos resultados destas questões. Nestas, verificou-se uma menor percentagem de respostas (80,5%) que concordavam com o facto de os municípios deverem realizar ações para contrariar a abstenção, face à percentagem de respostas relativamente ao desenvolvimento de ações por parte da UE e de Portugal (84,8% e 93,5%, respetivamente). As restantes variáveis apresentam uma correlação muito baixa.

Tabela 21: Portugal deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.

	Ações – PT	
Ações – PT	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Ações – CM	Correlação de Pearson	,721**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,284
	Sig. (2 extremidades)	0,056
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,042
	Sig. (2 extremidades)	0,782
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	-0,095
	Sig. (2 extremidades)	0,529
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,096
	Sig. (2 extremidades)	0,527
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	-0,023
	Sig. (2 extremidades)	0,879
Utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,062
	Sig. (2 extremidades)	0,685
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	-0,092
	Sig. (2 extremidades)	0,541
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,159
	Sig. (2 extremidades)	0,291
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	0,033
	Sig. (2 extremidades)	0,826
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,091
	Sig. (2 extremidades)	0,549
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	-0,067
	Sig. (2 extremidades)	0,660
Resultados das ações	Correlação de Pearson	-0,061
	Sig. (2 extremidades)	0,687

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Ações – PT* apresenta uma correlação forte e estatisticamente significativa com a variável *Ações – CM*. Com a variável *Eficácia – CM* a correlação é baixa e com as restantes variáveis a correlação é muito baixa.

Tabela 22: O Município deve desenvolver ações para contrariar a abstenção.

	Ações – CM	
Ações – CM	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	0,259
	Sig. (2 extremidades)	0,082
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	-0,118
	Sig. (2 extremidades)	0,434
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	0,141
	Sig. (2 extremidades)	0,349
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	,397**
	Sig. (2 extremidades)	0,006
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,120
	Sig. (2 extremidades)	0,427
Utilização do WG	Correlação de Pearson	0,012
	Sig. (2 extremidades)	0,936
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	0,005
	Sig. (2 extremidades)	0,976
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	,335*
	Sig. (2 extremidades)	0,023
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-0,037
	Sig. (2 extremidades)	0,805
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,006
	Sig. (2 extremidades)	0,968
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,075
	Sig. (2 extremidades)	0,621
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,152
	Sig. (2 extremidades)	0,314

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Ações – CM* tem uma correlação baixa com a variável *Eficácia – CM*. Com as variáveis *Eficácia – CM com apoio dos cidadãos* e *WG pode auxiliar as CM* a correlação é baixa, mas estatisticamente significativa. Com as restantes variáveis a correlação é muito baixa.

Tabela 23: As ações desenvolvidas a nível Municipal são as mais eficazes para contrariar a abstenção.

	Eficácia – CM	
Eficácia – CM	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	0,156
	Sig. (2 extremidades)	0,301
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	,319*
	Sig. (2 extremidades)	0,031
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	,468**
	Sig. (2 extremidades)	0,001
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,006
	Sig. (2 extremidades)	0,967
Utilização do WG	Correlação de Pearson	0,168
	Sig. (2 extremidades)	0,264
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	0,168
	Sig. (2 extremidades)	0,264
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,178
	Sig. (2 extremidades)	0,238
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	0,094
	Sig. (2 extremidades)	0,533
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,011
	Sig. (2 extremidades)	0,944
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	-0,020
	Sig. (2 extremidades)	0,895
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,214
	Sig. (2 extremidades)	0,154

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Eficácia – CM* apresenta uma correlação moderada e estatisticamente significativa com a variável *3.5.Eficácia – CM com apoio dos cidadãos*. Deste modo, quando a primeira variável aumenta, a segunda também aumenta.

A correlação com a variável *Eficácia – Cidadãos com apoio da CM* é baixa, mas estatisticamente significativa, o que significa que quando a opinião de que as ações desenvolvidas a nível municipal são as mais eficazes para contrariar a abstenção aumenta, a opinião de que as ações desenvolvidas pelos cidadãos com o apoio do município são as mais eficazes diminui. Com as restantes variáveis a correlação é muito baixa.

Tabela 24: As ações desenvolvidas pelos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção.

	Eficácia – Cidadãos	
Eficácia – Cidadãos	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-*

Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	,444**
	Sig. (2 extremidades)	0,002
Eficácia – CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	0,096
	Sig. (2 extremidades)	0,524
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,024
	Sig. (2 extremidades)	0,873
Utilização do WG	Correlação de Pearson	0,193
	Sig. (2 extremidades)	0,200
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	,338*
	Sig. (2 extremidades)	0,022
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,247
	Sig. (2 extremidades)	0,098
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	0,154
	Sig. (2 extremidades)	0,307
Resultados do WG	Correlação de Pearson	0,085
	Sig. (2 extremidades)	0,576
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	-0,070
	Sig. (2 extremidades)	0,642
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,229
	Sig. (2 extremidades)	0,125

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Eficácia – Cidadãos* tem uma correlação moderada com a variável *Eficácia – Cidadãos com apoio da CM*.

Com as variáveis *Possibilidade de utilização do WG* (estatisticamente significativa), *WG pode auxiliar as CM* e com a questão aberta *Resultados das ações* a correlação é baixa. Com as restantes variáveis a correlação é muito baixa.

Tabela 25: As ações desenvolvidas pelos cidadãos com o apoio do Município são as mais eficazes para contrariar a abstenção.

	Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	
Eficácia – Cidadãos com apoio da CM	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Eficácia - CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	,603**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,061
	Sig. (2 extremidades)	0,689
Utilização do WG	Correlação de Pearson	0,074
	Sig. (2 extremidades)	0,624
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	0,169
	Sig. (2 extremidades)	0,262

WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,152
	Sig. (2 extremidades)	0,314
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-0,027
	Sig. (2 extremidades)	0,856
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,033
	Sig. (2 extremidades)	0,829
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,213
	Sig. (2 extremidades)	0,155
Resultados das ações	Correlação de Pearson	,473**
	Sig. (2 extremidades)	0,001

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Eficácia – Cidadãos com apoio da CM* apresenta uma relação moderada e estatisticamente significativa com a variável *Eficácia – CM com apoio dos cidadãos*, ou seja, quem é da opinião de que as ações desenvolvidas pelos cidadãos com o apoio do município são as mais eficazes para contrariar abstenção, também concorda com o oposto. Com a variável *Desenvolvimento de ações* a correlação é baixa e com as restantes variáveis a correlação é muito baixa.

Tabela 26: As ações desenvolvidas pelo Município com o apoio dos cidadãos são as mais eficazes para contrariar a abstenção.

		Eficácia - CM com apoio dos cidadãos
Eficácia - CM com apoio dos cidadãos	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	0,044
	Sig. (2 extremidades)	0,771
Utilização do WG	Correlação de Pearson	0,079
	Sig. (2 extremidades)	0,603
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	0,116
	Sig. (2 extremidades)	0,442
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	0,147
	Sig. (2 extremidades)	0,328
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	-0,131
	Sig. (2 extremidades)	0,386
Resultados do WG	Correlação de Pearson	-0,092
	Sig. (2 extremidades)	0,542
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,145
	Sig. (2 extremidades)	0,337
Resultados das ações	Correlação de Pearson	,375*
	Sig. (2 extremidades)	0,010

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Eficácia – Municípios* apresenta uma correlação muito baixa com todas as variáveis, exceto com questão aberta *Resultados das ações*, cuja correlação é baixa e estatisticamente significativa. A variável tem um baixo nível de correlação com todas as variáveis do Grupo 4 – *Whole-of-Government* e também com três das quatro perguntas de resposta aberta.

Tabela 27: Conheço o conceito do *Whole-of-Government* (WG).

		Conhecimento do WG
Conhecimento do WG	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Utilização do WG	Correlação de Pearson	,678**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	,524**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	,491**
	Sig. (2 extremidades)	0,001
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	,446**
	Sig. (2 extremidades)	0,002
Resultados do WG	Correlação de Pearson	,444**
	Sig. (2 extremidades)	0,002
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,266
	Sig. (2 extremidades)	0,074
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,046
	Sig. (2 extremidades)	0,762

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável apresenta uma correlação moderada e estatisticamente significativa com quase todas as variáveis relacionadas com o WG, o que sugere que quem conhece o WG utiliza-o ou existe a possibilidade de o utilizar e que o modelo pode auxiliar as CM a atuarem contra a abstenção.

Com as variáveis relacionadas com o *Desenvolvimento de ações* e *Resultados das ações* a correlação é baixa e muito baixa, respetivamente.

Tabela 28: O WG é um modelo utilizado neste Município.

		Utilização do WG
Utilização do WG	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	,684**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	,507**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	,626**

	Sig. (2 extremidades)	0,000
Resultados do WG	Correlação de Pearson	,589**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,161
	Sig. (2 extremidades)	0,284
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,266
	Sig. (2 extremidades)	0,074

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Utilização do WG* apresenta uma correlação moderada e estatisticamente significativa com quase todas as variáveis relacionadas com o WG, e correlação muito fraca e fraca, respetivamente, com as variáveis *Desenvolvimento de ações* e *Resultados das ações*.

Tabela 29: O WG é um modelo passível de ser utilizado neste Município.

		Possibilidade de utilização do WG
Possibilidade de utilização do WG	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	,788**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	,535**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Resultados do WG	Correlação de Pearson	,438**
	Sig. (2 extremidades)	0,002
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,105
	Sig. (2 extremidades)	0,489
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,100
	Sig. (2 extremidades)	0,508

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Possibilidade de utilização do WG* tem uma correlação forte e estatisticamente significativa com a variável *WG pode auxiliar as CM*. É de esperar que, se existe a possibilidade deste modelo ser implementado num município, é porque se acha que o mesmo pode auxiliar as Câmara Municipais, pelo que este resultado era previsível. Com as restantes variáveis relacionadas com o WG, a variável em análise apresenta uma correlação moderada e estatisticamente significativa e com as duas restantes variáveis a correlação é muito fraca.

Tabela 30: O WG pode auxiliar os municípios a atuarem contra a abstenção.

		WG pode auxiliar as CM
WG pode auxiliar as CM	Correlação de Pearson	1

	Sig. (2 extremidades)	-
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	,460**
	Sig. (2 extremidades)	0,001
Resultados do WG	Correlação de Pearson	,327*
	Sig. (2 extremidades)	0,027
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,201
	Sig. (2 extremidades)	0,180
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,165
	Sig. (2 extremidades)	0,274

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *WG pode auxiliar as CM* tem uma correlação moderada e estatisticamente significativa com a variável *Exemplo prático do WG*. Com as variáveis *Resultados do WG* e *Desenvolvimento de ações* a correlação é baixa, ainda que com a primeira seja estatisticamente significativa. Com a variável *Resultados das ações* a correlação é muito baixa.

Tabela 31: Exemplo prático da aplicação do WG.

	Exemplo prático do WG	
Exemplo prático do WG	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Resultados do WG	Correlação de Pearson	,748**
	Sig. (2 extremidades)	0,000
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,179
	Sig. (2 extremidades)	0,235
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,171
	Sig. (2 extremidades)	0,256

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Exemplo prático do WG* tem uma correlação forte com a variável *Resultados do WG*, resultado que seria de esperar tendo em conta as respostas obtidas no inquérito por questionário – a maioria dos inquiridos que afirmou que este modelo é implementado no município, afirmou que a sua implementação permitiu alcançar os resultados esperados (77,3%, no total). Com as restantes variáveis analisadas neste ponto a correlação é muito baixa.

Tabela 32: A implementação do WG permitiu o alcance dos resultados esperados.

		Resultados do WG
Resultados do WG	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	0,288
	Sig. (2 extremidades)	0,053
Resultados das ações	Correlação de Pearson	0,249
	Sig. (2 extremidades)	0,095

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Resultados do WG* tem uma correlação baixa com as variáveis aqui em análise, algo que seria de esperar pois a aplicação do WG e, conseqüentemente, os resultados respetivos são independentes do desenvolvimento de ações para diminuir a abstenção.

Tabela 33: Que possíveis medidas de gestão pública podem ser implementadas pelas autarquias locais para minimizar o problema da abstenção eleitoral.

		Desenvolvimento de ações
Desenvolvimento de ações	Correlação de Pearson	1
	Sig. (2 extremidades)	-
Resultados das ações	Correlação de Pearson	,665**
	Sig. (2 extremidades)	0,000

Fonte: Elaboração própria adaptado do *SPSS Statistics*.

A variável *Desenvolvimento de ações* tem uma relação moderada e estatisticamente significativa com a variável *Resultados das ações*. Tal facto também não é surpreendente, visto que a maioria dos inquiridos que afirma ter desenvolvido ações, também afirma que as mesmas permitiram alcançar os resultados esperados (um total de 60,7%).